

Direcção Geral do Ambiente

ESTRATÉGIA E PLANO DE AÇÃO NACIONAL SOBRE A BIODIVERSIDADE

2014 - 2030



Ficha técnica

Equipa Técnica

Maria Celeste Fortes Benchimol	Bióloga, PhD em Gestão insular e ordenamento, gestão de recursos marinhos e costeiros
Maria Teresa Vera-Cruz	Bióloga, Mestre em Gestão de Recursos Naturais
Katya Neves	Economista, Mestre em Gestão Ambiental

Equipa de Coordenação

Sónia Araújo	Direcção Geral do Ambiente
Liza Lima	Direcção Geral do Ambiente
Ricardo Monteiro	GEF SGP

Financiamento

GEF/UNEP

Este documento é disponibilizado pela Direcção Geral do Ambiente

Projeto “Revisão da Estratégia e Plano de Ação Nacional e Elaboração do 5º Relatório sobre o Estado da Biodiversidade

Como referir a este documento:

MAHOT, 2014. Estratégia Nacional e Plano de Ação para a Conservação da Biodiversidade 2015-2030. Direcção Geral do Ambiente, Praia- República de Cabo Verde, Pag. 100pp

Créditos fotográficos

Capa: Hellio & Van Ingen

Capítulos 1,3,4,5,7,8, 10: Hellio & Van Ingen

Capítulo 2: Jorge Matos

Capítulos 6 e 8: CVI/02/G31/A/1G/99- Integrated Participatory Ecosystem Management in and Around Protected Areas, Phase I

Capítulo 11: Aquiles Oliveira

Prefácio (Ministro /1 DGA)

Siglas e Abreviaturas

AAN	Associação dos Amigos da Natureza
ADAD	Associação para a Defesa do Ambiente e Desenvolvimento
ANAS	Agência Nacional de Água e Saneamento
ANMCV	Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde
AP	Áreas Protegidas
APM	Associação de pescadores do Maio
AMP	Áreas Marinhas Protegidas
MAAP	Ministério da Agricultura, Ambiente e Pescas
CBD	Convenção sobre a Diversidade Biológica
DGRM	Direcção-Geral dos Recursos Marinhos
DGP	Direcção-Geral das Pescas
EIA	Estudos de Impacto Ambiental
EPANB	Estratégia e Plano de Ação Nacional sobre a Biodiversidade
GEF	Fundo Mundial para o Ambiente
GEF SGP	Programa das Pequenas Subvenções do Fundo Mundial para o Ambiente às Organizações da Sociedade Civil
FEAPA	Federação das Associações de Pescadores Artesanais de São Vicente, São Nicolau e Santo Antão
INDP	Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas
INERF	Instituto Nacional de Engenharia Rural Agrícola e Florestas
INIDA	Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário (ex INIA)
MAA	Ministério do Ambiente e Agricultura
MAHOT	Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território
MDR	Ministério do Desenvolvimento Rural
MEA	Avaliação de Ecossistemas do Milénio
MESCI	Ministério da Educação e Desporto, Ministério do Ensino Superior, Ciência e Inovação
MFP	Ministério das Finanças e do Plano.
MIEM	Ministério das Infraestruturas e Economia Marítima

Morabi	Associação para a Autopromoção da Mulher no Desenvolvimento
MTIE	Ministério do Turismo, Indústria e Energia
OAAP	Organismo Autónomo para a Gestão de Áreas Protegidas
OMCV	Organização das Mulheres de Cabo Verde
ONG	Organização Não-governamental
OSC	Organismo da Sociedade Civil
PANA	Plano de Ação Nacional para o Ambiente
PIB	Produto Interno Bruto
PNMG	Parque Natural de Monte Gordo
PNBCPN	Parque Natural da Bordeira, Chã das Caldeiras e Pico Novo, conhecido por Parque Natural do Fogo (PNF)
PNSM	Parque Natural de Serra Malagueta
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRCM	Programa Regional de Conservação Marinha e Costeira
UNESCO	Programa das Nações Unidas para a Educação
ZDTI	Zonas de Desenvolvimento Turístico Integral

Sumário

Ficha técnica.....	2
Prefácio (Ministro /1 DGA).....	3
Siglas e Abreviaturas.....	4
Sumário	6
Resumo executivo.....	8
1. Visão.....	17
2. Metodologia	19
3. Importância da biodiversidade.....	24
4. Estado de Conservação da Biodiversidade	31
5. Análise das causas e consequências da perda de Biodiversidade	35
A. Exploração excessiva da biodiversidade	36
B. Degradação e/ou destruição de habitats terrestres e marinhos.....	41
C. Introdução de espécies exóticas.....	44
D. Deficiente gestão organizacional e aplicabilidade legislativa	46
E. Deficiente conhecimento e consciência ambiental.....	47
F. Alterações climáticas.....	48
G. Causas subjacentes de perda de biodiversidade	49
6. Quadro legal e institucional ligado à conservação da Biodiversidade	51
6.1 Quadro institucional nacional associado à Biodiversidade	51
6.2 Quadro jurídico para a preservação da Biodiversidade.....	56
7. Principais iniciativas de conservação da Biodiversidade em Cabo Verde.....	60
8. A Implementação da CBD relativamente às Metas de 2010	65
9. Prioridades Nacionais e Metas de conservação da Biodiversidade 2014-2025.....	69
9.1 Prioridades nacionais	69
9.2 Metas	78
10. Implementação da Estratégia e Plano de Ação	82
11. Seguimento e monitorização	97
12. Bibliografia	101
13. Anexos.....	107
Anexo 1. Quadro Estratégico de Objectivos, Metas e Indicadores	108
Anexo 3. Ações e actividades específicas	116
Anexo 2. Cronograma indicativo de actividades.....	123
Anexo 3. Correspondência das metas nacionais com as de Aichi	127
Anexo 4. Modelo conceptual das causas e consequências da perda de Biodiversidade.....	128

Índice das ilustrações

Figuras

FIGURA 1. ETAPAS DE ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DAS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DA PERDA DE BIODIVERSIDADE.....	21
FIGURA 2. ESQUEMA GERAL DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA EPANB 2014-2030.....	23
FIGURA 3. SISTEMA DE ARTICULAÇÃO DOS ATORES NA IMPLEMENTAÇÃO DO EPANB.....	87
FIGURA 4. ESQUEMA DE SEGUIMENTO E MONITORIZAÇÃO DA EPANB	98

Resumo executivo

A conservação da diversidade biológica de Cabo Verde e a utilização sustentável dos recursos naturais é uma responsabilidade de todos, cabendo ao Estado a obrigação de orientar as políticas e as ações que interferem com a salvaguarda do património natural do país.

Assim, a presente Estratégia Nacional e Plano de Ação sobre a Biodiversidade mais do que uma obrigação legal, revela-se um documento orientador fundamental para a política de conservação da natureza e da biodiversidade cabo-verdianas, bem como servirá de referência para a sociedade e para as instituições privadas e da sociedade civil, que importa mobilizar para o efeito.

Cabo Verde possui já uma experiência considerável na implementação de uma política de conservação da biodiversidade, tendo elaborado a sua primeira Estratégia em 1999. Esta permitiu reforçar significativamente a política ambiental, mas também a política do Governo de uma forma geral. No período entre 2000 e 2013, o país produziu avanços, com destaque para a criação de vários instrumentos legais de conservação e uso sustentável da biodiversidade, declaração das áreas protegidas e a implementação de planos de conservação de espécies ameaçadas, embora persistam inúmeras deficiências nos planos legal, institucional, de fiscalização, conhecimento científico e monitorização.

Como resultado da implementação da primeira estratégia, o país operacionalizou 3 parques naturais terrestres de uma rede de 47 áreas protegidas, alcançando em parte as metas que preconizavam recuperar os ecossistemas degradados e criar um corpo de guardas florestais formado e funcional. Estas unidades de conservação têm contribuído de forma significativa para a reposição do coberto vegetal com espécies endémicas ameaçadas de extinção e na proteção da biodiversidade através da conservação *in situ*.

A Estratégia Nacional e Plano de Ação sobre a Biodiversidade 2014-2030 é o resultado de um processo amplamente participativo, no qual foram envolvidos todos os setores da sociedade, a saber: instituições do estado e serviços desconcentrados, municípios, privados, setor acadêmico e organizações da sociedade civil.

A visão nacional para a conservação da biodiversidade para os próximos 15 anos desenvolve-se em torno de 3 princípios fundamentais: i) A conservação efetiva e a integração dos valores da Biodiversidade; ii) o envolvimento e a participação de toda a sociedade na conservação e uso sustentável da Biodiversidade; iii) e a distribuição justa e equitativa dos benefícios que assegurarão o desenvolvimento do país e o bem-estar da população.

As ilhas de Cabo Verde possuem uma diversidade de espécies da fauna e flora que lhes são específicas, o que as tornam globalmente significativas. A biodiversidade terrestre é constituída por 3.265 espécies distribuídas por 2097 géneros e 634 famílias. Sendo 62 espécies de fungos, 1 170 espécies de flora (líquenes, briófitas, pteridófitas, espermatófitas) e 2033 espécies animais (moluscos, artrópodes e cordados), das quais 540 taxa são endémicas (Arechavaleta et al 2005), sendo que, de acordo com a Primeira Lista Vermelha de Cabo Verde 26% das angiospérmicas encontram-se ameaçadas de extinção. (Leyens & Wolfram, 1996).

A biodiversidade marinha é bastante diversificada ainda que pouco conhecida. Os recursos marinhos sustentam atividades importantes, por vezes de subsistência, como a pesca, e a sua contribuição é notória não só em termos da segurança alimentar, mas na geração de emprego.

A expressão da Biodiversidade marinha é o resultado do efeito combinado de muitos fatores (Almada E., 1994). A ictiofauna (peixes) de Cabo Verde tem sido alvo de muitos levantamentos faunísticos e estudos sistemáticos, contudo estas informações estão muito dispersas e por vezes são contraditórias. Encontram-se inventariadas cerca de 570 espécies de peixes segundo Reiner, 2005 citado por DGA, 2005, onde muitas delas são comuns entre os arquipélagos da Macaronésia (4º Relatório da Biodiversidade, 2008).

Recentemente, foi apresentada uma lista de peixes da zona costeira das ilhas de Cabo Verde (Wirtz et al. 2013, *Unpub. data*), que inclui 24 novos registros. Esta lista possui 315 espécies de peixes das águas costeiras de Cabo Verde, vinte das quais (6,3%) aparecem como endêmicas do arquipélago. Trinta e oito, de mais de 660 novas espécies de peixes ósseos e cartilagosos encontradas estão na Lista Vermelha das espécies globalmente ameaçadas da IUCN, (Monteiro V. 2012).

A fauna marinha é composta ainda por outros grupos de espécies como, por exemplo, os corais. Existem cinco espécies de corais que constituem a comunidade coralina cabo-verdiana (Wells, 1964; DGA, 2006-2008). Cabo Verde é considerado como um importante *hotspot* quanto à diversidade de corais e um dos 10 lugares prioritários, a nível mundial, para a conservação dos habitats coralinos (Moisés et al. 2003; Roberts et al. 2002). Quanto aos invertebrados de pequeno porte, observam-se 93 espécies de crustáceos marinhos (*Amfípodes*, *Copépodes*) e 42 espécies de moluscos bivalves filtradores. Cerca de 50 espécies de gastrópodes marinhos do género *Conus* são endêmicas do arquipélago. Além disso, todo o arquipélago é considerado pela uma importante área de aves (IBA) e a segunda a maior área de nidificação no Atlântico Norte da tartaruga comum (*Caretta caretta*).

Para além de sua importância ecológica, a biodiversidade terrestre e marinha de Cabo Verde é um recurso natural que deve ser também avaliado pela sua importância económica, pois suporta atividades importantes como a agricultura, a pesca, o turismo e algumas indústrias, assegurando assim, o crescimento económico e o bem-estar da população.

Constata-se um contínuo declínio da biodiversidade em pelo menos dois dos seus principais componentes – espécies e ecossistemas:

- Muitos *stocks* pesqueiros de que são exemplos algumas espécies demersais, peixes de fundo, pequenos pelágicos e crustáceos (lagostas costeiras) apresentam indicações de estarem sobre forte pressão e a serem explorados para além da sua capacidade de reabastecimento;

- Mais de 50% das espécies de aves indígenas estão incluídas na «Lista vermelha de Aves de Cabo Verde», com algum grau de ameaça (Lobin et al., 1996). As aves de Cabo Verde são alvo de predação humana para fins alimentares, medicinais ou puramente diversão;
- A degradação e a destruição de praias, dunas e habitats costeiros em quase todas as ilhas de Cabo Verde têm levado à perda de Biodiversidade e de serviços ecossistémicos.
- As tartarugas marinhas da espécie *Caretta caretta* continuam a ser capturadas pela sua carne e ovos e o seu habitat poderá estar em risco por causa do desenvolvimento turístico costeiro, o que faz com que a população tartarugas de Cabo Verde, embora abundante, ocupe a 8ª posição na tabela mundial das 11 mais ameaçadas;
- A perda de espécies vegetais nativas em virtude da expansão da actividade agrícola e da extracção descontrolada pela população;

Esta perda contínua demonstra que mantêm-se presentes e intensas as principais forças motrizes que afetam a Biodiversidade e reduzem a resiliência dos ecossistemas, com sérias implicações para o bem-estar actual e futuro da população. As seis principais pressões que conduzem diretamente à perda da Biodiversidade nacional são:

- Exploração excessiva dos recursos naturais
- Destruição de habitats terrestres e marinhos
- Introdução de espécies exóticas
- Deficiente gestão organizacional e aplicabilidade legislativa
- Deficiente conhecimento e consciência ambiental
- Alterações climáticas

A tendência é atenuada ou revertida nas ilhas onde há projetos de conservação *in situ*. De facto, muitas ações em prol da biodiversidade de que são exemplos a reflorestação com espécies endémicas nos parques naturais, o plano nacional de conservação de tartarugas marinhas, as campanhas de proteção das Cagarras no ilhéu Raso, o plano de gestão das

pescas, entre outros, tiveram resultados positivos em determinadas áreas e entre espécies e ecossistemas.

A implementação de políticas apropriadas e de intervenções de gestão, podem frequentemente, reverter a degradação e melhorar a contribuição dos ecossistemas para o bem-estar humano. No momento, todas as decisões de políticas públicas apoiam-se em considerações económicas. Quando a biodiversidade for avaliada pelo seu justo valor económico, proporcional à utilidade, haverá um incremento e incentivo à preservação.

No entanto, as pressões sobre a Biodiversidade persistem e têm-se tornado mais amplas porque atividades como a agricultura, a pesca, o turismo, a construção e a imobiliária não levam em consideração a Biodiversidade nos seus processos produtivos e ações e, conseqüentemente, não adotam melhores práticas. Por outro lado, a falta de conhecimento científico sobre a Biodiversidade terrestre e, particularmente, a marinha, para suportar melhores tomadas de decisões, a fraca aplicação dos regulamentos e leis, a insuficiente consciência ambiental da população, a falta de coordenação entre as diferentes instituições e de vontade política têm igualmente concorrido para a contínua perda da Biodiversidade de Cabo Verde.

Para fazer face a estas pressões, os atores definiram sete prioridades nacionais onde mais se revela necessário incidir os esforços de todos os intervenientes para salvaguardar a Biodiversidade de Cabo Verde e, conseqüentemente, os benefícios que ela proporciona para as gerações actuais e futuras. São elas:

1. Envolvimento de toda a sociedade na conservação da Biodiversidade (população, organizações públicas e privadas, ONG e Associações);
2. Integração da importância da Biodiversidade nas estratégias, planos, políticas e programas de ação;
3. Redução das pressões e ameaças sobre a Biodiversidade marinha e terrestre;
4. Conservação de habitats prioritários e gestão sustentável dos recursos naturais;
5. Valorização e aumento da resiliência dos ecossistemas;
6. Aumento do conhecimento, monitorização e avaliação da Biodiversidade;

7. Mobilização de fundos.

Para cada prioridade foram definidas um conjunto de metas mensuráveis, que estão alinhadas com os objetivos estratégicos e as Metas de Aichi da Convenção sobre Diversidade Biológica para 2020. No total, foram identificadas 15 metas nacionais, a saber:

1. Até 2030, a sociedade estará consciente da importância e dos valores da Biodiversidade e das medidas necessárias para a sua conservação e utilização sustentável;
2. Até 2025, os valores ecológicos, económicos e sociais da Biodiversidade estarão integrados nas estratégias e nos processos de planeamento nacional e local e de redução da pobreza, sendo devidamente incorporados nas contas nacionais
3. Até 2025 o governo, as empresas e a sociedade civil, implementam planos e medidas para assegurar a produção e o consumo sustentáveis, mantendo os impactos do uso dos recursos naturais dentro de limites ecológicos seguros
4. Até 2018, a poluição será reduzida, as suas fontes identificadas e controladas para níveis que não sejam prejudiciais para o normal funcionamento dos ecossistemas
5. Até 2020, os recursos marinhos de interesse económico serão geridos de forma sustentável
6. Até 2025, pelo menos 20% das áreas terrestres e 5% das zonas costeiras e marinhas, ecologicamente representativas e importantes serão conservadas através de um sistema coerente de AP, geridas de forma eficaz e equitativa através da implementação de Planos Especiais de Ordenamento de Áreas Protegidas (PEOAP)
7. Até 2025, as espécies marinhas e terrestres ameaçadas e prioritárias serão preservadas e valorizadas
8. Até 2025, melhorar o património genético das plantas cultivadas e dos animais domésticos com valor económico e cultural
9. Até 2025, Cabo Verde reforça a proteção, melhora a conectividade e recupera os seus ecossistemas chave para que estes continuem a prover serviços essenciais à economia e ao bem-estar da população

10. Até 2018, todas as estratégias e planos de conservação nacionais aprovados integram elementos de resiliência e adaptação às mudanças climáticas
11. Protocolo de Nagoya implementado até 2015
12. Até 2015, Cabo Verde terá adoptado a EPANB como instrumento de política e começado a implementá-la com a ampla participação de todos os setores chave da sociedade
13. Até 2025, as comunidades locais têm uma participação plena e efetiva na implementação dos programas de conservação e seu conhecimento tradicional é valorizado
14. Até 2025, o conhecimento científico e empírico contribuirá para a conservação da Biodiversidade de Cabo Verde
15. Até 2025, Cabo Verde terá mobilizado os recursos financeiros necessários para a implementação da estratégia.

O documento da Estratégia está dividido em 13 partes. Os primeiros 8 capítulos descrevem a visão, a metodologia aplicada na elaboração do documento, o contexto da conservação da Biodiversidade em Cabo Verde, o estado geral de conservação da mesma, as principais causas de sua perda e consequências, o quadro legal e institucional, as principais iniciativas de conservação da Biodiversidade e a implementação da Convenção da Diversidade Biológica relativamente às metas de 2010.

O capítulo 9 trata das prioridades nacionais e das metas que se complementam e que bem orientadas irão contribuir para a redução da perda da biodiversidade e reforçar a resiliência dos ecossistemas de Cabo Verde.

O capítulo 10 fornece detalhes da implementação da Estratégia e das ações que deverão ser empreendidas para o alcance das metas. As ações são indicativas e conforme for-se implementando a Estratégia poderão ser seleccionadas outras que melhor contribuem ou reforçam o alcance das metas e os objetivos de conservação.

A coordenação da implementação deve ser da responsabilidade da Direção Geral do Ambiente com a participação dos vários ministérios que de forma direta ou indireta

interferem com o ambiente. Também devem ser implicados, embora a outro nível o Setor Privado, as Câmaras Municipais, as ONG e as Associações Comunitárias. A nível de cada ilha sugere-se a criação de uma plataforma de instituições e ou municípios visando uma gestão otimizada dos recursos naturais e humanos.

O capítulo 11 define o sistema de seguimento e monitorização da Estratégia. A avaliação da implementação da Estratégia Nacional e Plano de Ação sobre a Biodiversidade deve ser realizada anualmente e de forma sistemática pela equipe técnica de coordenação e seguimento proposto. Para permitir reajustes regulares necessários e se assegurar que as metas preconizadas sejam atingidas, a execução da presente Estratégia, nas suas múltiplas vertentes, deve ser alvo de uma avaliação de três em três anos, com base num relatório elaborado com as contribuições setoriais dos diferentes ministérios e demais entidades envolvidas.

As avaliações periódicas de três em três anos, devem articular-se sempre que possível com a avaliação promovida no âmbito da Convenção sobre a Diversidade Biológica.

As duas últimas partes integram a bibliografia e os anexos.

Capítulo 1
Visão



1. Visão

A visão nacional para a conservação da biodiversidade de Cabo Verde, que resultou de uma reflexão profunda de representantes de Instituições chave ligadas à Biodiversidade de Cabo Verde é expressada da seguinte forma:

Em 2030, Cabo Verde protege, recupera e valoriza a sua Biodiversidade, promove a sua utilização sustentável, potencia mecanismos de participação e de apropriação dos benefícios, de forma justa e equitativa, contribuindo para o desenvolvimento do país.

2. Metodologia

A metodologia utilizada para a elaboração da segunda Estratégia Nacional e Plano de Ação sobre a Biodiversidade (EPANB) foi bastante participativa e contou com o envolvimento das diversas entidades ligadas à conservação e utilização da Biodiversidade de Cabo Verde. Fizeram parte deste processo instituições do governo, serviços desconcentrados, municípios, organizações da sociedade civil, instituições de investigação, setor privado, entre outros.

A metodologia utilizada pode ser resumida nas seguintes etapas:

- I. Recolha e análise de documentação disponível
- II. Encontros com atores no terreno e aplicação de inquéritos
- III. Elaboração do diagnóstico sobre o estado de conservação, causas e consequências da perda da Biodiversidade
- IV. Realização de ateliês regionais de restituição do diagnóstico das causas e consequências e de identificação de prioridades nacionais, metas e ações
- V. Ateliê de validação preliminar das prioridades e metas para conservação da Biodiversidade de Cabo Verde com representantes de Instituições-chave
- VI. Elaboração do documento EPANB
- VII. Ateliê nacional de apresentação da EPANB e recolha de subsídios

I. Recolha e análise de documentação disponível

- Numa primeira fase fez-se a identificação e a análise da documentação existente e disponível ligada à Biodiversidade de Cabo Verde (planos, estratégias, programas e projetos, quadro legislativo e organizacional), tendo sido possível obter informações mais detalhadas sobre o estado de conservação da Biodiversidade, as políticas, o quadro legislativo-institucional, as iniciativas de conservação da Biodiversidade, a valorização, os envolvimento dos diversos intervenientes, a importância, a utilização, e as causas e consequências da perda de Biodiversidade;

- Numa segunda fase procedeu-se à preparação do trabalho de terreno, que incluiu a elaboração de um guião de entrevistas e de questionários e o levantamento dos atores associados ao domínio do ambiente;
- De 26 de Agosto a 06 de Outubro de 2013, foram realizados encontros com as instituições governamentais, os serviços desconcentrados do Estado, as organizações da sociedade civil, as comunidades, o setor privado, o setor académico e demais intervenientes ligados à problemática da Biodiversidade. No total, foram encontradas 238 pessoas, sendo 23% representantes de instituições do estado, 8% representantes dos municípios, 61% representantes de ONG e associações, 3% representantes do setor privado, 2% a título individual e os restantes representando outros grupos. As técnicas utilizadas nos encontros foram as de abordagem participativa e aplicação de questionários. Três tipos de inquéritos foram formulados de acordo com o público-alvo: 1) instituições ligadas ao setor do ambiente, 2) representantes do setor privado e 3) ONG, associações e comunidades;
- Os encontros visavam essencialmente três aspectos fundamentais, a saber: o recenseamento de todos os atores e parceiros na conservação da Biodiversidade em Cabo Verde, o levantamento de documentação (relatórios, planos, estratégias, estudos, etc.) produzida pelos atores ou de seu conhecimento, e a recolha de sua perceção sobre o estado de conservação da Biodiversidade, os valores, as pressões existentes e outras contribuições para a elaboração do presente diagnóstico e da Estratégia.

II. Elaboração do Diagnóstico sobre o estado de conservação, causas e consequências da perda da Biodiversidade

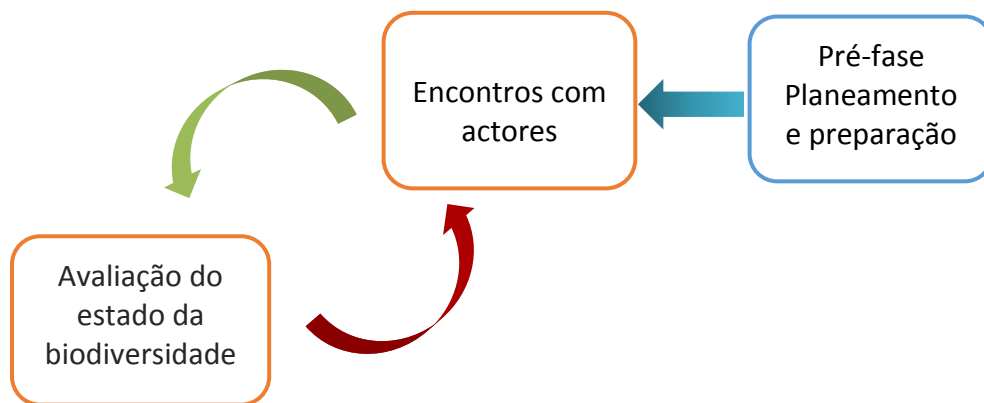
O diagnóstico da situação da perda de Biodiversidade é resultante da análise da documentação consultada, das entrevistas realizadas e dos inquéritos realizados no terreno.

O relatório elaborado foi apresentado em dois ateliês temáticos realizados em Mindelo (ilha de São Vicente) e na Praia (ilha de Santiago), agrupando representantes das ilhas de

Barlavento e de Sotavento, para socialização e recolha de subsídios com vista ao seu enriquecimento.

A figura 1 resume as etapas desta primeira fase do processo de elaboração da Estratégia Nacional e Plano de Ação Nacional sobre a Biodiversidade.

Figura 1. Etapas de elaboração do relatório das causas e consequências da perda de Biodiversidade



III. Realização de ateliês regionais de restituição do diagnóstico de causas e consequências e definição de metas e prioridades nacionais

Foram realizados dois ateliês regionais na cidade da Praia, na ilha de Santiago e em Mindelo, na ilha de S.Vicente. Estes ateliês tiveram como objetivos: i) fazer a restituição do “Diagnóstico das causas e consequências da perda de Biodiversidade” e recolha de subsídios e ii) definir prioridades e metas nacionais para a conservação da Biodiversidade de Cabo Verde.

O ateliê realizado na cidade da Praia nos dias 20 e 21 de Novembro de 2013, reuniu representantes de diversas instituições do Estado, de organizações da sociedade civil (OSC) e municípios das ilhas da Boa Vista, Maio, Santiago e Fogo, enquanto o ateliê realizado em Mindelo nos 3 e 4 de Dezembro de 2013, reuniu representantes das seguintes ilhas de Barlavento: São Vicente, Santo Antão, São Nicolau e Sal.

IV. Elaboração de prioridades nacionais e metas para conservação da Biodiversidade de Cabo Verde

Para além de terem como objectivo a recolha de subsídios para o “Diagnóstico das causas e consequências da perda da Biodiversidade e sua relação com o bem-estar humano”, os dois ateliês regionais serviram também para a identificação das prioridades nacionais, metas e ações de conservação da Biodiversidade, adaptadas a Cabo Verde, de acordo com as orientações das Metas de Aichi.

Durante os dois ateliês regionais, foram realizadas sessões de apresentações de temas em plenária, seguidas de períodos de debate e esclarecimentos e a realização de trabalhos de grupo, de acordo com temas identificados, baseados na metodologia proposta pelo Secretariado da CBD para a definição de prioridades e metas nacionais.

Para a definição da visão nacional foram recolhidos alguns subsídios dos participantes através de um debate em plenária.

Relativamente às prioridades nacionais, estas foram identificadas em plenária e, posteriormente, foram divididas de acordo com os Objetivos Estratégicos da CBD, definidas no Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020. Os grupos de trabalho multidisciplinares divididos de acordo com os objetivos estratégicos, tinham como tarefa reavaliar as prioridades e propor metas e ações com vista à conservação e gestão racional da Biodiversidade de Cabo Verde.

Os subsídios recolhidos durante os Ateliês realizados na Praia e Mindelo foram sintetizados e refinados pela equipa de consultores, que submeteu as metas, as prioridades e as ações identificadas a uma equipa constituída por técnicos das principais instituições ligadas à conservação da Biodiversidade, num ateliê restrito que teve lugar no dia 7 de Fevereiro de 2014.

V. *Elaboração do documento NBSAP*

Com base na documentação consultada, nos subsídios recolhidos no terreno, no relatório das causas e consequências de perda de Biodiversidade e nos subsídios recolhidos nos diversos ateliês, procedeu-se à elaboração da segunda Estratégia e Plano de Ação Nacional sobre a Biodiversidade (EPANB-II).

Uma vez revisado pela Direção Geral do Ambiente e pelos principais parceiros, o documento foi apresentado num ateliê nacional que visava a recolha de subsídios para a sua melhoria.

Figura 2. Esquema geral do processo de elaboração da EPANB 2014-2030



Capítulo 3

Importância da Biodiversidade



A valorização da Biodiversidade em Cabo Verde está assegurada na Constituição da República nos artigos 7 “Tarefas do Estado” e 72 “Direito ao Ambiente” e em outros dispositivos legais. Contudo, algumas práticas resultantes de atividades humanas como: a utilização de áreas agrícolas para fins urbanísticos, más práticas agrícolas, a pesca destrutiva, a exploração inadequada de florestas e a introdução de espécies invasoras vêm contribuindo para a degradação dos ecossistemas e redução de espécies e do material genético.

Neste contexto, é fundamental que a população cabo-verdiana, principalmente aquela que participa na tomada de decisões que envolvem o uso dos recursos biológicos, seja encorajada a compreender e a apreciar o valor da Biodiversidade. O valor ecológico e a importância económica dos recursos biológicos (plantas, animais, líquenes, fungos, microrganismos) ainda não foram perfeitamente compreendidos por uma boa parte da população. Essas formas de vida criam e mantêm o solo, fazem a reciclagem dos nutrientes, desempenham um papel crítico na manutenção do balanço do oxigénio e do dióxido de carbono que afeta o clima e os padrões pluviométricos, contribuem para a polinização das plantas, servem de barreiras biológicas contra a erosão dos solos e filtram a água.

Estes serviços ecológicos contribuem como base de sustentação da maioria das atividades económicas, que por sua vez, proporcionam o bem-estar humano, através da segurança alimentar, medicamentosa, habitacional, emprego, atividades recreativas, paisagísticas e espirituais.

Por tudo isso, as decisões de desenvolvimento do país devem refletir os valores ecológicos, económicos, sociais e culturais da Biodiversidade. A falha na conservação da Biodiversidade, ou seja, a perda de uma espécie nativa e/ou endémica ou a degradação do seu respectivo habitat afetam negativamente o desenvolvimento económico. Perdem-se oportunidades potenciais de melhoramento genético, desenvolvimento da produção agrícola, florestal, pecuária, produção de medicamentos, desenvolvimento industrial, criação de emprego e de atividades de lazer.

Os últimos dados sobre a taxa extinta apontam para 1 réptil (3,6%), 70 coleópteros (14,9%) 6 Moluscos (12,2%) e 3 Angiospérmicas (1,3%) (Leyens & Lobin, 1996). Sabendo que no grupo dos coleópteros uma grande parte deles é conhecida como auxiliares no combate aos inimigos que afectam as culturas, tornando possível uma produção agrícola menos poluente em pesticidas e mais saudável para o ambiente, pode-se dar o caso de se perder entre essas 70 taxa alguma espécie com grande potencial no controlo biológico de culturas agrícolas cultivadas em Cabo Verde, eliminando assim uma alternativa mais económica ao uso de alguns inseticidas e possibilitando a diminuição de danos ambientais.

Segundo Aguiar-Menezes et al (2009), a agricultura sustentável apoia-se em práticas agropecuárias que promovem a agrobiodiversidade e os processos biológicos naturais. Infere-se daí que o controle biológico é a melhor escolha e, sendo assim, a conservação de cada espécie deve ser vista numa perspectiva ambiental e económica. A conservação pode resultar tanto numa maior diversidade de espécies benéficas quanto numa grande população de cada espécie, conduzindo a um melhor controlo de pragas.

Segundo Schatz (1990) citado por Artur Campos et al (2010), estima-se que aproximadamente novecentas espécies de angiospérmicas sejam exclusivas ou essencialmente polinizadas por insectos da classe dos Coleópteros. Considerando que o serviço de polinização é essencial para a formação de frutos, é indispensável que cada espécie tenha o seu polinizador para que o rendimento seja garantido.

Dado que nenhuma dessas 80 taxa foi alvo de um estudo bioquímico para se conhecer o potencial genético não se pode valorizar, por exemplo, a perda económica do lagarto *Macrocinctus coctei* mas, certamente, a perda biológica, uma vez que cada espécie desempenha um papel no ecossistema onde está inserida.

Contudo, ainda existe na biodiversidade cabo-verdiana muito mais a ser conservada. Artrópodos com 432 taxa endémicas, Angiospérmicas com 83 taxa, Chordata com 15 taxa e Mollusca com 10 taxa (Arechevaleta et al 2005).

Para que se consiga uma verdadeira valorização da Biodiversidade há que compreender que os recursos biológicos sustentam transversalmente toda a economia cabo-verdiana. Estes impactos positivos incluem, o desenvolvimento do setor do comércio externo através das exportações, o desenvolvimento do setor da indústria através da criação de indústrias agroalimentares, o desenvolvimento do setor do turismo, através das atividades eco-turísticas e o capital de investimento na indústria hoteleira, do setor da saúde com a comparticipação de princípios ativos (óleos essenciais, princípio amargo, saponina ácida, resina, sais minerais, ácidos orgânicos, vitaminas, alcalóides, flavonóides, etc) na produção de medicamentos, do setor do trabalho através da criação de empregos. Esses conceitos todavia vêm sendo trabalhados pela DGA e os diversos parceiros de terreno (ONGs) e já se pode colher alguns frutos.

Um indicador importante das políticas de conservação emanadas pelo Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território (MAHOT), implementado pela Direcção Geral do Ambiente (através dos Parques Naturais a funcionar no terreno), é a mudança de categoria de algumas espécies de plantas e animais. Por exemplo o *Echium hypertropicum* que, em 1996, foi catalogado como estando em perigo para as ilhas de Santiago e Brava, neste momento, após algumas medidas de conservação em Santiago, a população dessa espécie aumentou consideravelmente no Parque Natural de Serra da Malagueta (PNSM), podendo mudar para uma nova categoria na tabela da IUCN visto que a população deixou de estar ameaçada ou em perigo.

Outro indicador, resultante das mesmas políticas implementadas pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas (INDP) através das ONG ligadas à pesca, após algumas medidas de sensibilização e educação ambiental, é a redução de algumas práticas destrutivas com impacto bastante negativo na pesca, induzindo novas formas de conduta nos indivíduos e na sociedade.

Os resultados dos inquéritos conduzidos a nível nacional no âmbito do processo da elaboração do EPANB indicam também que as populações que vivem no entorno dos parques reconhecem a importância das florestas no fornecimento de serviços ambientais e

são conscientes quanto à necessidade de preservar as funções básicas da cobertura florestal.

Porém, a valorização **económica** da Biodiversidade ainda é entendida quase exclusivamente como estando relacionada com o setor do ecoturismo que começa muito timidamente a dar os seus frutos. O desenvolvimento de atividades de observação de tartarugas, de baleias, de aves e de corais na ilha da Boa Vista contabilizou, no ano de 2012, um montante estimado bruto de 59 milhões de escudos cabo-verdianos (BIOS, 2012).

O sector da agro-indústria que contribui com uma boa percentagem para o PIB não é visto como contribuição da biodiversidade. A videira (*Vitis vinifera*), o cafeeiro (*Coffea arabica*) e a cana-de-açúcar (*Saccharum officinalis*) estão entre as espécies cultivadas de maior importância na agro-indústria e há grande número de espécies utilizadas atualmente como plantas ornamentais no paisagismo.

Dados do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) indicam que a exportação no ano 2000 de produtos das indústrias alimentares foi de 35.252 milhares de escudos cabo-verdianos e do café de 8.700 milhares de escudos cabo-verdianos. A exportação de produtos na área da economia marítima (peixes, crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos) referentes ao ano 2000, totalizou 86.459 milhares de escudos cabo-verdianos.

O aproveitamento económico dos produtos florestais é bastante limitado. São poucos os relatos de extração de madeira para comercialização, limitando-se a algumas situações de venda de lenha e de carvão vegetal. Contudo, 50% (44.974,7 ha) da área florestal nacional destina-se à produção e 49.7% (44.680,6 ha) para a proteção. Na composição florestal predominam as espécies introduzidas tendo uma área restrita (548,5 ha) com domínio de mais de cinco espécies endémicas (Inventário Florestal Nacional de Cabo Verde, 2014).

No Planalto Leste, na ilha de Santo Antão, em 1991, a produção foi de 270 m³ de madeira de serviço, 15.000 postes e 8.000 toneladas de lenha totalizando um rendimento de 9,575 milhões de escudos cabo-verdianos (P.R.S.A. 1991).

Estudos feitos em 2007, para exploração da área florestal do Parque de Monte Gordo em São Nicolau estimam que com uma boa gestão, podem ser facturados anualmente 19,78 milhões de escudos cabo-verdianos (Bernasconi, 2007).

A Associação dos Amigos da Natureza (AAN) de Abril a Dezembro de 1983, procedeu à venda de carvão e lenha num valor de 970 milhares de escudos (Ponto e Vírgula, 2006). Dentre os produtos não madeireiros apenas as folhas das plantas utilizadas na preparação de chás (*Chenopodium murale*, *Foeniculum vulgare*, *Lavandula rotundifolia*, *Micromeria forbesii*, *Rosmarinus officinalis*, *Ruta chalepensis*, *Persea gratissima* e *Cymbopogon citratus*) são comercializadas regularmente e possuem pouca expressão económica para as pessoas que recolhem e extraem estes produtos das florestas (Vera-Cruz, 1999).

Os dados estatísticos revelam que grande parte da população empregada (23%) trabalha nos setores da agricultura e de produção animal (INE, 2012), este emprego é possível graças à biodiversidade mas não é visualizado como tal.

Capítulo 4

Estado de conservação da Biodiversidade



4. Estado de Conservação da Biodiversidade

A Biodiversidade cabo-verdiana continua sob grande pressão não obstante as medidas de conservação referidas no Capítulo 8. A tendência é atenuada ou revertida nas ilhas onde há projetos de conservação *in situ*. Quanto à Biodiversidade marinha, algumas espécies haliêuticas estão particularmente ameaçadas pela sobre-exploração e/ou pela utilização de artes de pesca destrutivas.

A inexistência de um índice, de um conjunto de indicadores ou ainda de dados e estudos detalhados que permitam monitorar regularmente a Biodiversidade em Cabo Verde, dificulta a avaliação do real estado de conservação da mesma.

Todavia, apesar de não se possuir ainda uma ferramenta de monitorização do estado de conservação da Biodiversidade, durante a realização de inquéritos no terreno, todos os parceiros foram unânimes em afirmar que nas ilhas onde existem os Parques Naturais a funcionar, a Biodiversidade está melhor conservada.

Os trabalhos de reintrodução de endemismos nos parques naturais de Serra Malagueta (Santiago), de Monte Gordo (São Nicolau) e de Chã das Caldeiras (Fogo) têm contribuído imensamente para a reposição do coberto vegetal, que tinha sido perdido com a degradação, quer por falta de conhecimento da importância desses recursos biológicos, quer por falta de alternativas de sobrevivência ou simplesmente por pura ignorância ou curiosidade.

Em 2011, foram plantadas no Parque Natural de Serra Malagueta (PNSM) 22.548 exemplares de plantas endémicas, de 6 espécies que se encontravam bastante reduzidas. Espécie como *Dracaena draco* com a categoria de extinta para a ilha de Santiago, na Lista Vermelha, foi multiplicada e reintroduzida em número significativo. Outra espécie considerada ameaçada na mesma lista é o *Echium hypertropicum* que atualmente, pelo menos para a ilha de Santiago, existe em grande quantidade que deverá ser submetido a uma nova avaliação e deverá ser mudado para outra categoria, ou seja, Baixo Risco (LR).

Esta prática está sendo levada a cabo pelos gestores dos Parques de Monte Gordo e Chã das Caldeiras (Livro Branco sobre o Estado do Ambiente em Cabo Verde, 2013).

Outra medida importante, tem sido a remoção de plantas invasoras, permitindo assim, espaço para desenvolvimento de plantas endémicas e autóctones. No mesmo ano de 2011, foram recuperadas duas áreas, sendo uma de 9,78 ha no PNSM e a outra de 6,32 ha no Parque Natural de Monte Gordo (PNMG).

Paralelamente, os parques têm desempenhado um papel importante na formação e sensibilização dos visitantes, da população em geral. De um universo de 17.071 pessoas que visitaram o PNSM de 2007 a 2011, 3.500 foram alunos, 1.219 visitantes nacionais e 749 visitantes estrangeiros. (Relatório PNSM, 2007).

Resultante das regulamentações associadas ao Plano Nacional de Gestão das Pescas, nas zonas marinhas ao redor de Santa Luzia, São Vicente e S. Nicolau observa-se um aumento do tamanho da cavala preta (FEAPA, 2012), que se traduz na valorização e aumento de benefícios económicos para os operadores e para a população (FEAPA, 2012, INDP, 2009).

O outro recurso muito ventilado pelos parceiros é o desaparecimento de algumas aves como o corvo (*corvus ruficollis*), o pássaro branco (*Neophron percnopterus*, Linnaeus, 1766), o milhafre (*Milvus migrans*) e o aumento de outras como a garça vermelha (*Ardea bournei*), a galinha de mato (*Numida meleagris*), o pardal de terra (*Passer iagonensis*). O pássaro branco que era considerado raro, nos últimos anos, tem sido observado com maior frequência. A parte terrestre, na opinião dos parceiros, está melhor conservada que a parte marinha.

De acordo com Tosco (Tosco et al, 2005) citado pelo Livro Branco para o Ambiente (2014) até 2012 um total de 239 espécies de aves, incluindo espécies nativas e migradoras (41 espécies) foram identificadas no arquipélago. Entre as espécies nativas, 13 taxa são considerados endémicos (5 espécies e 8 subespécies) (Tosco, 2005). Mais de 50% das espécies de aves indígenas estão incluídas na «Lista vermelha de Aves de Cabo Verde», com algum grau de ameaça (Lobin et al., 1996).

Porém, é de se destacar as melhorias nos dados das populações de algumas, tais como:

- A descoberta da espécie endémica considerada em perigo de extinção, *Acrocephalus brevipennis* na ilha do Fogo (Hering & Fuchs, 2009, Hering & Hering 2005, Diniz, 2010);
- Aumento das populações de Cagarra, *Calonectris edwardsii* nos ilhéus, devido às iniciativas da ONG Biosfera I que vem acampando anualmente no local, evitando que os pescadores façam a sua captura massiva;
- Descoberta de populações de *Phaethon aethereus* nas ilhas de Boavista, São Vicente e Sal (INIDA, 2006; 2008; Hazevoet, 2010, Fernandes, 2008);
- A redescoberta de novas populações nidificantes de *Ardea purpurea bournei* em várias localidades de São Domingos (INIDA, 2011; 2012 Rendall, per com) e nas localidades de Serra da Malagueta, Curral Velho e Ribeira de Cuba (Cesarini&Furtado, 2006)
- O aumento exponencial da população de *Alauda razae*, associado sobretudo com melhores pluviometrias nos últimos anos, de 150 a 250 (Ratcliffe *et al.*, 1999) para 490 indivíduos, em 2011, (Brooke *et al.* 2012). Foi registada, pela primeira vez, a presença da espécie fora do ilhéu Raso, em São Nicolau (Hazevoet, 2012).
- Salientam-se também os registos da passarinha, *Halcyon leucocephala*, encontrada pela primeira vez na ilha do Maio e da cotovia *Alaemon alaudipes*, em Santiago (Hazevoet, 2012).

Relativamente à conservação de tartarugas marinhas no arquipélago, um trabalho considerável tem sido realizado no quadro da implementação do Plano Nacional de Conservação das Tartarugas Marinhas. De acordo com informações fornecidas pelas ONG BIOS.CV, SOS Tartarugas e Natura 2000, em 2013 registaram-se no arquipélago, rastros de tartaruga verde (*Chelonia mydas*) a ilha da Boavista, sendo que na ilha do Sal, provavelmente esta mesma tartaruga desovou numa das suas praias, algo que não ocorria há vários anos. Das cinco espécies que ocorrem em Cabo Verde, apenas a espécie *Caretta caretta* desova nas praias de todo o arquipélago.

Capítulo 5

Análise das causas e consequências da perda de Biodiversidade



5. Análise das causas e consequências da perda de Biodiversidade

As principais ameaças, que estão na origem da perda da biodiversidade de Cabo Verde, foram identificadas tendo por base os seguintes documentos:

- Livro Branco sobre o Estado do Ambiente em Cabo Verde (Semedo *et al*, 2013);
- Revisão e Atualização do Segundo Plano de Ação Nacional para o Ambiente – PANA II (Neves *et al*, 2012)
- 4º Relatório sobre o Estado da Biodiversidade em Cabo Verde (DGA, 2009)
- *Invasive Plant Management Strategy* (Mauremootoo, 2012)
- Relatório do “Diagnóstico das causas e consequências da perda de biodiversidade e sua relação com o bem-estar humano” (Benchimol *et al*, 2014)

Todos os relatórios apontam para a persistência e intensificação de seis principais pressões sobre a biodiversidade, cuja perda não tem apresentado redução significativa.

As principais causas identificadas que afetam a biodiversidade em Cabo Verde são:

- A. Exploração excessiva
- B. Destruição de habitats terrestres e marinhos
- C. Introdução de espécies exóticas
- D. Deficiente gestão organizacional e aplicabilidade legislativa
- E. Deficiente conhecimento e consciência ambiental
- F. Alterações climáticas

Para dar resposta à situação actual e reduzir as pressões acima identificadas, são estabelecidas sete prioridades de ação nacionais, apresentadas no capítulo 9.

A. Exploração excessiva da biodiversidade

A exploração excessiva ou sobre exploração dos recursos naturais é uma das principais forças motrizes que afeta a biodiversidade nacional, levando à sua perda e contribuindo para o colapso das funções prestadas pelos ecossistemas.

De entre os principais processos responsáveis que estão na origem desta exploração excessiva, destacam-se (i) a sobrepesca e a pesca ilegal, (ii) a caça furtiva e (iii) a captura excessiva de espécies vegetais.

i. Sobrepesca e pesca ilegal

A implementação dos planos de gestão das pescas têm induzido a práticas mais sustentáveis e verifica-se melhorias na gestão de alguns recursos pesqueiros (i.e cavala preta), porém, a maioria dos estoques pesqueiros apontam sinais contínuos de redução.

Segundo os dados de desembarques do INDP observa-se, nos últimos anos, uma redução do volume de pescado (redução de 1% entre 1999 e 2012). Esta redução apresenta-se ligeira porque, nos últimos anos, os desembarques da pesca industrial têm aumentado. Em contrapartida, os desembarques da pesca artesanal, que sustenta diretamente cerca de 3% da população cabo-verdiana, decresceram 28% durante o período considerado.

O rendimento médio da pesca artesanal também tem descido. Durante o período em análise, o rendimento médio decresceu mais de 25%. Este facto é reforçado pelos testemunhos dos pescadores artesanais que afirmam despendem mais tempo na pesca para a captura de um volume por vezes inferior de pescado que sequer cobre os custos: uma indicação clara que muitos *stocks* pesqueiros de que são exemplos algumas espécies demersais, peixes de fundo, pequenos pelágicos e crustáceos (lagostas costeiras) possam estar a ser pressionados para além da sua capacidade de repovoamento.

Esta perceção é igualmente partilhada pelos profissionais da área e suportada por alguns estudos, embora existam ainda muitas lacunas na investigação. De referir que alguma sobre exploração é essencialmente de carácter localizado, como é o caso da captura do búzio cabra que ocorre nas ilhas do Sal, Santiago, Santo Antão e São Nicolau.

Para algumas espécies como é o caso da cavala preta, a imposição de um período de defeso desde 2008 tem, na perceção dos pescadores, apresentado resultados positivos porque as capturas melhoraram em quantidade e qualidade (tamanho dos indivíduos) após o período de defeso. Verificou-se igualmente uma valorização do produto que passou a ser comercializado a preços superiores.

Os *stocks* avaliados há mais de dez anos, apontaram na altura, para um potencial de captura estimado entre 36 000 e 40 000 toneladas anuais. Entre 1999 e 2012, a média anual dos desembarques globais ronda as 9 209 toneladas, mas estes dados estão subestimados porque a taxa de cobertura dos pontos de pesca artesanal, que representa em média 54% dos desembarques totais, não ultrapassa os 20%.

Ao se comparar os desembarques com o potencial estimado poder-se-ia deduzir que existe uma sub-exploração dos recursos pesqueiros de Cabo Verde. No entanto, deve-se considerar que esta estimativa necessita de atualização e que mais da metade do potencial estimado refere-se aos tunídeos (gaiado e albacora) o que implica que, à partida, existem maiores potencialidades de desenvolvimento para a pesca do atum (Gonzalez & Tariche, 2009).

Esta potencialidade para a pesca do atum pode, contudo, estar comprometida, pois informações recolhidas pelo *International Seafood Sustainability Foundation* – ISSF demonstram que os *stocks* de albacora do Atlântico já estão sobre explorados (WWF, 2014).

Para os outros recursos como as lagostas, os peixes de fundo e os moluscos, as possibilidades de expansão das pescarias são limitadas. Estes recursos são sensíveis a altos

níveis de esforço e possuem uma capacidade de recuperação relativamente baixa quando sobre explorados (Gonzalez & Tariche, 2009).

Algumas espécies de tubarão e búzio, foram apontadas pelos atores como estando sobre forte pressão e eventualmente em perigo. Relativamente ao tubarão, existe uma pressão crescente pela indústria pesqueira internacional devido ao declínio das reservas de outras espécies de peixe e pelas suas barbatanas altamente valorizadas nos países asiáticos.

Os tubarões, como os tunídeos e outros grandes pelágicos, mantêm o equilíbrio do ecossistema marinho, pois a sua natureza predatória ajuda a manter as outras populações sob controlo. A longo prazo, a redução da população de predadores maiores compromete a capacidade dos ecossistemas em satisfazerem as necessidades da população.

A fraca capacidade de gestão dos recursos, a utilização de equipamentos e de artes de pesca inadequados, a utilização permanente dos mesmos bancos de pesca, o aumento da frota industrial, a não observância das leis (no cumprimento de tamanhos e limites estabelecidos e de proibição de uso da garrafa) e o desrespeito pelos períodos de defeso de algumas espécies, têm igualmente contribuído para a exploração excessiva dos recursos pesqueiros do arquipélago. A isso podemos ainda acrescentar o risco de sobre exploração por embarcações ilegais que colocam em desvantagem os pescadores nacionais podendo ser fonte de agravamento, no futuro, da pobreza das comunidades piscatórias.

A proteção das áreas marinhas em Cabo Verde está muito atrasada quando comparada com a proteção das áreas terrestres, embora, desde 2010, tenham sido aprovados os limites de 31 áreas protegidas das 47 declaradas, que englobam áreas marinhas. São as primeiras áreas marinhas a serem efetivamente criadas, visto que a maior de todas, o Complexo de Áreas Protegidas de Santa Luzia e ilhéus Branco e Raso, encontra-se até então em fase de aprovação.

ii. Caça furtiva

A caça de espécies protegidas e ameaçadas é proibida por lei (Decreto-regulamentar nº 7/2002). Muitas destas espécies estão igualmente protegidas por Convenções ratificadas por Cabo Verde. No entanto, a caça furtiva de espécies protegidas é ainda uma realidade que afeta a conservação da biodiversidade, levando ao declínio acentuado de espécies cuja sobrevivência já se encontra ameaçada. É o caso de algumas espécies emblemáticas como a tartaruga comum (*Caretta caretta*) cujas praias de Cabo Verde constituem uma importante área de desova), a Cagarra (*Calonectris edwardsii*), o Gon-gon (*Pterodroma feae*) e o Pedreiro (*Puffinus assimilis boydi*) e o Rabo-de-junco (*Phaeton aethereus*).

Segundo a *Conservation International*, apesar de relativamente abundante, a população de tartaruga *Caretta caretta* de Cabo Verde está entre as 11 mais ameaçadas na tabela mundial, ocupando a oitava posição. Isto deve-se à sua limitada distribuição, à predação humana que ocorre há várias décadas pela sua carne e ovos e à captura accidental pela pesca em Cabo Verde e ao longo da costa oeste africana. Mais recentemente, o turismo desenvolvido na orla costeira e as atividades recreativas danosas, como a circulação de motos de areia nas praias de desova, vieram adicionar-se à lista de ameaças.

De acordo com os registos da Direção Geral do Ambiente e das ONG que operam no terreno, a captura de tartarugas marinhas nas praias e no mar representa ainda uma ameaça à conservação da espécie, mas tem-se reduzido ao longo dos últimos anos, particularmente, nas ilhas do Sal e da Boa Vista, que são as de maior ocorrência da espécie. A patrulha das praias nas principais ilhas de ocorrência de desova e as ações de sensibilização levadas a cabo pelas ONG, Associações Comunitárias, Câmaras Municipais e a Direção Geral do Ambiente têm contribuído grandemente para a redução da captura.

Outras espécies, como as aves, marinhas e terrestres, têm sofrido uma rápida diminuição devido à caça e ao roubo de ovos e filhotes ou devido à predação por parte de espécies introduzidas nas ilhas e ilhéus do país (gatos e ratos).

Uma das aves marinhas endémicas que mais tem sofrido com a predação humana é a Cagarra, cuja principal colónia está localizada no ilhéu Raso embora, desde 2008, que não existem registos de capturas porque são realizadas campanhas de proteção no ilhéu. Atualmente, estão estimados 7 000 casais reprodutivos e acredita-se que em 2014, o número aumente (Melo, pers comm, 2013).

Com as ações de sensibilização e de conservação empreendidas por Instituições, ONG, Associações e algumas Câmaras Municipais tem-se verificado uma redução significativa na captura de tartarugas, em particular, nas principais ilhas de desova (Boavista e Sal) e das cagaras. Contudo, no que respeita às outras espécies, elas continuam a ser amplamente capturadas.

iii. **Captura excessiva de espécies vegetais**

O corte indiscriminado de plantas arbustivas para obtenção de lenha para consumo doméstico ou a apanha de espécies vegetais incluindo as endémicas para fins medicinais ou culturais, contribuem grandemente para a perda da biodiversidade vegetal, agravando ainda mais os processos de erosão e de empobrecimento dos solos.

Segundo dados do MAAP, em 2003, foram retiradas legalmente, 430,4 toneladas de lenha das florestas nacionais e 10 toneladas ilegalmente. De referir que 25,6% da população de Cabo Verde ainda utiliza a lenha/carvão como principal fonte de energia para a preparação dos alimentos (Censo 2010). Nas zonas rurais esta percentagem é, naturalmente, bastante superior.

Com a criação e a implementação dos Parques Naturais de Serra Malagueta, de Monte Gordo e de Chã das Caldeiras, o abate de árvores e a recolha de espécies vegetais em especial as endémicas, foram proibidas nos limites dos Parques. Paralelamente, ações de repovoamento de extensas áreas com espécies endémicas como o tortolho (*Euphorbia tuckeyana*), a Lorna (*Artemisia gorgonum*), o Lantisco (*Periploca laevigata*), entre outras têm sido levadas a cabo pelas equipas dos Parques, sendo possível verificar-se alguma recuperação da vegetação nativa (Livro Branco sobre o Estado do Ambiente, 2013).

B. Degradação e/ou destruição de habitats terrestres e marinhos

A alteração e a destruição de habitats naturais é, atualmente, uma das principais causas de perda da biodiversidade em Cabo Verde.

Os principais fatores que estão na origem da alteração e ou destruição dos habitats naturais do arquipélago são: (i) a intensificação da exploração agrícola pela conversão de áreas naturais em áreas agrícolas; (ii) a extração de inertes; (iii) e o desenvolvimento turístico inadequado na orla costeira.

i. Intensificação da exploração agrícola e o pastoreio livre

Apesar de apenas 10% do território ser considerado propício para a agricultura, as áreas cultivadas têm aumentado anualmente, na maior parte das vezes em zonas de declive (Livro Branco sobre o Estado do Ambiente em Cabo Verde, 2013). A intensificação das práticas agrícolas, particularmente a de sequeiro, tem um efeito direto na perda da vegetação nativa que é eliminada e substituída por culturas.

Depois de algumas colheitas, pragas de insectos, ervas daninhas e o empobrecimento do solo forçarem os lavradores a abandonarem as áreas de cultivo e a repetir o ciclo noutras zonas, não se sabe ao certo, a percentagem de área de vegetação nativa destruída em benefício da agricultura de sequeiro. A isso, podemos ainda adicionar o risco de contaminação do solo e da água pelo excesso de utilização de agro-químicos.

De acordo com o Plano Nacional para a implementação da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs) em Cabo Verde, não existe, atualmente, nenhum pesticida que contenha substâncias químicas registadas como POPs na sua composição, nem mesmo produtos como o DDT e o Aldrine, que anteriormente eram autorizados para fins de saúde pública. Os principais riscos existentes devem-se à utilização de produtos obsoletos e/ou caducados, à (má) manipulação e à ausência de um controlo eficaz.

O pastoreio livre é uma outra forma de degradação de habitat. A forma como é feita, capacidade de carga superior à produção do espaço utilizado, tem múltiplos efeitos sobre o ecossistema natural das ilhas, com destaque para os caprinos pela sua facilidade na utilização de qualquer tipo de vegetação. Ao desfolharem a vegetação os animais afetam o crescimento, o vigor e a reprodução das espécies resultando na sua perda e expondo os solos. O pisoteio do solo pelos animais reduz a densidade e as taxas de infiltração, aumentando os processos de escorrência superficial, a sua erosão podendo conduzir à desertificação.

ii. Extração de inertes

A apanha clandestina de inertes nos leitos das ribeiras e nas praias é um problema social, económico e ambiental que assumiu proporções alarmantes em quase todas as ilhas do arquipélago e que exige soluções alternativas que harmonizem o crescimento económico com a indispensável necessidade de proteção das funções ecológicas das praias e das ribeiras.

O consumo de inertes aumentou consideravelmente nos últimos anos, motivado pelo incremento das redes rodoviária e aeroportuária e pelo crescimento populacional e urbanístico. A existência de uma demanda crescente permitiu o desenvolvimento do mercado de comercialização dos inertes e em consequência, da exploração espontânea dos mesmos nos leitos das ribeiras e nas praias.

Apesar do decreto-lei nº 2/2002 proibir *“a extração e a exploração de areias nas dunas, nas praias e nas águas interiores, na faixa costeira e no mar territorial”*, constata-se um aumento progressivo do consumo de areia após a criação do Decreto-lei, o que demonstra a sua ineficiência na resolução da problemática de exploração clandestina de inertes (Lopes, 2010).

Na realidade, as condições económicas em que vive boa parte da população cabo-verdiana concorrem para que o aspecto económico predomine sobre o ambiental. Por outro

lado, a deficiente fiscalização e a falta de aplicação da legislação contribuem igualmente para a perda de eficácia do referido decreto.

Em 2010, uma estimativa apontou para um consumo de 569 mil toneladas de areia legal em Cabo Verde. Contudo, considerando-se os dados de importação de cimento, o consumo deve ser superior, à volta de pelo menos 800 mil toneladas. Em muitas localidades da ilha de Santiago, a areia das praias já foi inteiramente explorada tendo os “apanhadores” invadido o mar.

Esta degradação silenciosa e acelerada das praias e ribeiras de todo o país provocam impactes ambientais em cadeia que se não forem minimizados e revertidos terão consequências irreversíveis sobre as funções dos ecossistemas associados, contribuindo para o aumento, no futuro, da pobreza das comunidades costeiras e agrícolas. Para além disso, existem os custos acrescidos de saúde com as pessoas que se dedicam à apanha ilegal de inertes pela forma como a mesma é feita. Por isso, torna-se necessário estudar-se alternativas viáveis (importação, indústrias extractivas, reciclagem de resíduos de construção e demolição, desenvolvimento de novas técnicas construtivas, utilização de outros tipos de materiais, entre outros) para a resolução dos problemas de abastecimento em inertes da construção civil e de subsistência da mão-de-obra envolvida na extração clandestina.

iii. Desenvolvimento turístico inadequado na orla costeira

A atividade turística em Cabo Verde tem apresentado desempenhos bastante positivos desde 2000, período em que as receitas do turismo representavam 7% do PIB. Doze anos mais tarde, em 2012, as receitas do turismo já representam 24,3 % do PIB (BCV, 2013).

Este incremento que a atividade turística tem conhecido nos últimos anos, em particular nas ilhas do Sal e da Boa Vista, nem sempre de forma estruturada, coordenada, vem concorrendo para que a pressão sobre os habitats costeiros e marinhos (quais sejam, espaços para construção de infra-estruturas turísticas (zonas de praias, dunas e zonas húmidas, extração de areia) e sobre a fauna e flora, seja cada vez maior e, muitas vezes,

de forma irreversível (Parceria Público-Privada para um Turismo Sustentável em Cabo Verde 2010-2015, 2010).

A ocupação das infra-estruturas turísticas, nas zonas de praias e dunas, e o desenvolvimento de atividades recreativas danosas (i.e motoquad) têm contribuído para a alteração e a degradação das mesmas, com conseqüente modificação de habitats e alteração de funções ambientais.

A circulação das motos de areia em áreas de desova de tartarugas marinhas coloca em risco o nascimento das tartaruguinhas e destrói a pouca vegetação existente. Verifica-se ainda que muitos dos estabelecimentos não respeitam o limite de 80 metros de distanciamento da orla marítima definidos na legislação ou por vezes ignoram as recomendações da avaliação dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA), particularmente, se o empreendimento se desenvolver numa área adjacente a uma AP.

C. Introdução de espécies exóticas

A maioria de plantas existentes em Cabo Verde foi introduzida pelo homem. A componente exótica (introduzida acidentalmente ou de forma deliberada através da agricultura ou dos programas de reflorestação) suplanta largamente a endémica que é representada por apenas 83 taxa (Arechavaleta et al, 2005). Ao propagarem-se de forma descontrolada, as espécies exóticas podem adquirir o comportamento de invasoras gerando grandes desequilíbrios naquele ecossistema natural e acarretando enormes prejuízos ecológicos e económicos.

Muitas invasões de espécies exóticas podem ser interrompidas, controladas e mesmo revertidas. Mas para que tal aconteça é necessária a implementação de medidas de gestão e de controlo das mesmas.

Em 2012, no âmbito de Projeto de Consolidação das Áreas Protegidas foi elaborada uma Estratégia de Gestão das Plantas Invasoras para os parques terrestres do Fogo, de Santo Antão e de São Vicente com propostas de ações, métodos de controlo e guiões para

elaboração de avaliações de impacto ambiental para o uso de herbicidas. As plantas invasoras são consideradas uma das principais ameaças à Biodiversidade nativa de Cabo Verde (Mauremootoo, 2012).

Na ilha de Santiago, espécies como Espinho-catchupa na Bacia Hidrográfica de Ribeira Seca (*Dichrostachys cinerea*) que já foi utilizada como lenha, e *Leucaena leucocephala* têm apresentado comportamentos de invasoras, passando a ocupar, nos últimos anos, maiores áreas em detrimento das outras espécies vizinhas (Livro Branco sobre o Estado do Ambiente em Cabo Verde, 2013).

O mesmo acontece com a acácia americana (*Prosopis juliflora*) introduzida no arquipélago no âmbito de programas de reflorestação, e que tem demonstrado natureza de invasora na ilha da Boa Vista, na Lagoa de Rabil e em algumas zonas de dunas, competindo pelo espaço e pela água com o Tarafe (*Tamarix senegalensis*) e as Tamareiras (*Phoenix dactylifera*). O Ministério de Desenvolvimento Rural, através da sua Delegação na Boa Vista possui um projeto que pretende a eliminação das acácias americanas e o repovoamento da Ribeira de Rabil e das zonas de dunas com espécies originais, Tarafe e Tamareiras respectivamente.

Nos Parques Naturais Serra Malagueta, Monte Gordo e Chã das Caldeiras programas de repovoamento com espécies nativas e medidas de controlo de espécies exóticas têm sido implementadas com algum sucesso, sendo notória por exemplo, a recuperação em algumas áreas no Parque Natural da Serra Malagueta (Livro Branco sobre o Estado do Ambiente em Cabo Verde, 2013).

Animais invasores como gatos e ratos também são alvo de projetos de erradicação. A introdução de gatos e ratos nos ilhéus e na ilha de Santa Luzia terá tido um efeito devastador sobre os répteis e aves existentes. Existe uma ideia de projeto que visa a erradicação dos gatos asselvajados da ilha de Santa Luzia para eventual reintrodução do lagarto gigante.

De entre outras espécies introduzidas, destaca-se o lagarto *Agama agama* que se acredita ter entrado em Cabo Verde através das madeiras importadas. Identificado pela primeira vez em 2009, em Santo Antão, a espécie pode ser igualmente encontrada nas ilhas de São Vicente e de Santiago, sendo que nesta última se estime uma população superior a 200 indivíduos (INIDA, 2011). Este lagarto constitui um perigo para as espécies endémicas de lagartos e insectos, pois estes constituem a base da sua alimentação.

Em relação aos invasores aquáticos, existe pouca ou nenhuma informação (4º Relatório do Estado da Biodiversidade, 2009). A navegação é a principal forma de dispersão e de introdução de espécies exóticas invasoras marinhas. Os principais vectores associados incluem água de lastro e sedimentos, água de porão e incrustações no casco e em outras partes da embarcação.

D. Deficiente gestão organizacional e aplicabilidade legislativa

Observa-se a existência de um número considerável de instituições ligadas direta ou indiretamente à conservação da biodiversidade. Devido à insularidade e aos custos associados a gestão institucional em países insulares, nem todas as ilhas contam com representações de instituições chave, como o caso do ambiente, turismo, pescas, entre outros. Existem conflitos de mandatos e de responsabilidade, relativamente, às questões ligadas ao ambiente, agravadas pela deficiente coordenação interinstitucional, que explica que as instituições cabo-verdianas tendem a funcionar de forma isolada e compartimentada (Benchimol, 2009).

A legislação e a fiscalização são também instrumentos de controlo, essenciais na conservação e gestão da biodiversidade. Cabo Verde possui um conjunto de instrumentos jurídicos na área do ambiente, das pescas, do turismo, da agricultura e da água que têm por finalidade reger as atividades económicas e proteger os ambientes naturais. Um dos grandes desafios atuais, no tocante à proteção destes ambientes naturais consiste no cumprimento desta legislação que se caracteriza por “ser excessiva, fragmentada, nem sempre complementar, por vezes contraditória e de aplicabilidade não clarificada” (Medina, 2007).

Verifica-se, com regularidade, uma morosidade administrativa nas decisões, resultado do grande número de instituições intervenientes. Existe, no caso particular da orla costeira, uma sobreposição de tutelas e uma multiplicidade de entidades envolvidas, o que dificulta a implementação de algumas medidas legislativas.

Em Cabo Verde, a fiscalização é deficiente devido a inúmeros fatores, a saber: a fragmentação do território, os recursos financeiros e técnicos escassos, a insuficiente coordenação institucional, entre outros. Muitos dos projetos de conservação são limitados no tempo e em recursos financeiros, não sendo possível disponibilizar muitos fundos para a fiscalização. Apenas as campanhas de proteção das tartarugas marinhas têm conseguido engajar voluntários e mobilizar alguns fundos para assegurar a patrulha das praias de desova e a pesquisa. De referir que a Câmara Municipal do Sal parece ser a única a inserir no seu orçamento anual, uma verba para a proteção das tartarugas marinhas.

E. Deficiente conhecimento e consciência ambiental

O grande desafio que se possui é promover um desenvolvimento sustentável, que satisfaça de forma rápida e eficiente, as gerações atuais e futuras. Os ecossistemas de Cabo Verde estão na base de toda a vida e atividades económicas desenvolvidas e a sua manutenção garante o crescimento económico e bem-estar da população. Porém, certas atividades socioeconómicas (referidas nos capítulos anteriores) estão a destruir a biodiversidade e a alterar as funções ecossistémicas, o que a longo termo poderá por em causa a sustentabilidade do país.

Apesar das várias iniciativas de conservação desenvolvidas nos últimos anos, a degradação continua, em alguns casos de forma acelerada. Para além das medidas legais e iniciativas de conservação que são necessárias para assegurar a integridade dos recursos naturais do país, é necessário que todos os intervenientes (população, ONG, decisores, setor privado, etc.) tenham consciência e entendimento do real valor da biodiversidade cabo-verdiana, bem como da vulnerabilidade a ela associada. Os inúmeros projetos implementados e as ações de sensibilização levadas a cabo pelas ONG e Associações têm contribuído para

criar uma consciência ecológica e mudanças positivas de práticas nocivas para o ambiente, mas existe ainda muito desconhecimento e falta de atuação perante a perda de biodiversidade.

F. Alterações climáticas

As alterações climáticas são, a nível mundial, a maior ameaça à biodiversidade. As alterações climáticas irão afetar a biodiversidade quer diretamente, ameaçando a sobrevivência das espécies quer indiretamente através do aumento de eventos climáticos extremos (i. e secas, tempestades, etc.).

O aumento da temperatura terá um efeito direto sobre imensas espécies. Estima-se a perda da maioria dos corais até meados do século com impactos adversos sobre a pesca comercial e de subsistência, proteção costeira e perdas económicas. Prevê-se também que 20% de todos os lagartos do mundo poderão extinguir-se até ao final do século, se as previsões de aumento da temperatura se concretizarem.

O aumento da temperatura dos oceanos afeta os processos migratórios e reprodutivos das espécies. Um exemplo são as tartarugas marinhas cujo adiantamento do período reprodutivo na costa atlântica da Flórida (entre 1989 e 2003) está associado ao aumento de 0.8 graus da temperatura da superfície do mar (Livro Branco sobre o Estado do Ambiente em Cabo Verde, 2013).

Caso a tendência de perda de biodiversidade se mantiver e os fatores subjacentes não forem devidamente reduzidos e/ou eliminados, as medidas de mitigação não serão suficientes para aumentar a resistência e resiliência dos ecossistemas nacionais, com consequências diretas sobre o bem-estar da população cabo-verdiana.

G. Causas subjacentes de perda de biodiversidade

Os fatores que ameaçam a biodiversidade cabo-verdiana são muitos e derivados essencialmente do facto que o país depende fortemente da exploração dos seus recursos naturais sejam eles a agricultura, a silvicultura, a pesca e o turismo.

Subjacentes às causas apontadas anteriormente, estão os fatores macroeconómicos tais como o crescimento económico, o aumento populacional e da demanda por alimentos, a pobreza, as políticas nacionais que promovem o turismo ou falham em incorporar os valores ambientais nos processos de decisão, a cultura e as crenças religiosas. Para além disso, existe a falta de educação e de consciência ambiental da população e dos decisores.

A perda de biodiversidade e dos ecossistemas é uma ameaça para a sobrevivência do planeta, das economias e das sociedades humanas. A degradação dos ecossistemas tende a prejudicar mais diretamente as populações rurais do que as urbanas, tendo um impacto maior sobre as camadas mais pobres.

Quadro legal e institucional ligado à conservação da Biodiversidade



6. Quadro legal e institucional ligado à conservação da Biodiversidade

A existência de um quadro legal e institucional adequado, é fundamental para a boa governação ambiental. A gestão dos recursos naturais requer um arsenal jurídico considerável que reflita, por um lado, uma vontade política forte comprometida com os problemas de gestão dos recursos naturais, e confirme por outro lado, o compromisso em assegurar o uso racional e sustentável do património natural para as gerações vindouras, permitindo o desenvolvimento socioeconómico das atuais. Cabo Verde, na qualidade de país insular, com características específicas exige uma estrutura organizacional adequada.

6.1 Quadro institucional nacional associado à Biodiversidade

A gestão dos recursos naturais em Cabo Verde está sob a responsabilidade de diversas instituições e intervenientes, que se encontram distribuídos por agências governamentais, municípios, organizações da sociedade civil e do setor privado.

A política ambiental é implementada através da Direção Geral do Ambiente, Ministério do Ambiente, Habitat e Ordenamento do Território.

Os principais ministérios envolvidos na gestão dos recursos naturais são: o Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território (MAHOT), o Ministério do Desenvolvimento Rural (MDR), o Ministério das Infraestruturas e Economia Marítima (MIEM), o Ministério da Educação e Desporto, o Ministério do Ensino Superior, Ciência e Inovação (MESCI), o Ministério do Turismo, Indústria e Energia e o Ministério das Finanças e do Plano. Pelo envolvimento direto e responsabilidade na conservação da Biodiversidade terrestre e marinha, destaca-se os três primeiros Ministérios apresentados.

O Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território (MAHOT) coordena e executa as políticas em matéria de ambiente, a descentralização, o desenvolvimento regional, o urbanismo, habitação e ordenamento do território, bem como as relações com as

autoridades locais. Este Ministério tem a tutela sobre a Direção Geral do Ambiente (DGA), a Direção Geral de Ordenamento do Território e Urbanismo (DGOTU), a Agência Nacional de Água e Saneamento (ANAS) e o Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INMG), Instituição que implementa as políticas nacionais sobre as mudanças climáticas.

O Ministério das Infraestruturas e Economia Marítima (MIEM) coordena e promove obras públicas, setor da construção civil, infraestruturas, transporte, navegação e segurança aérea e marítima, portos e aeroportos, telecomunicações e comunicações postais, desenvolvimento de políticas de proteção e conservação dos recursos marinhos, bem como todas as atividades relacionadas ao uso e exploração do mar, zonas costeiras, plataforma continental e zona económica exclusiva. Este Ministério tem tutela sobre a Direção Geral dos Recursos Marinhos que substitui a antiga Direção-Geral das Pescas (DGP) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas (INDP) que tem competências específicas no domínio da investigação científica, estudos de natureza biológica e ecológica e formulação de recomendações para a exploração sustentável dos recursos marinhos e conservação da Biodiversidade marinha.

O Ministério do Desenvolvimento Rural (MDR) coordena a gestão dos recursos hídricos, meteorologia e geofísica, agricultura, silvicultura e pecuária, segurança alimentar. Este Ministério tem a tutela sobre a Direção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), o Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário (INIDA) e o Instituto Nacional de Engenharia Agrícola e Florestal (INERF).

Os restantes Ministérios possuem um papel menos direto em questões relativas à Biodiversidade. O Ministério da Educação e do Desporto e o Ministério do Ensino Superior, Ciência e Inovação coordenam e executam políticas de ensino e de investigação científica. O Ministério do Turismo, Indústria e Energia propõe, coordena e executa as políticas públicas ligadas às atividades económicas de produção de bens e serviços, turismo e artesanato e o Ministério das Finanças propõe, coordena e executa políticas para a gestão das finanças do Estado.

Acredita-se que o quadro institucional de Cabo Verde seja demasiadamente pesado. A existência de um grande número de ministérios e instituições de ação direta e indireta sobre as questões relacionadas com a Biodiversidade e a gestão dos recursos naturais traduz-se num sistema muito complexo. A coordenação e as relações interinstitucionais são insuficientes. Devido à insularidade, os recursos naturais do país impõem uma distribuição espacial equilibrada das instituições e serviços. Este facto faz com que o custo dos serviços de gestão aumente sem que a coordenação seja efetiva, acarretando sérias implicações para a gestão ambiental.

Nota-se uma tendência de centralização institucional do Estado nas principais ilhas, Santiago e S. Vicente, que se contrapõe à quase ausência de instituições ligadas ao ambiente e Biodiversidade nas outras ilhas. Da mesma forma, observa-se uma presença institucional fraca nas ilhas ligadas aos setores das pescas, turismo e infra-estruturas.

Como parte da política de descentralização e de planeamento do governo, os municípios desempenham um papel importante na execução dessas políticas no terreno. Os municípios são responsáveis pela promoção do desenvolvimento socioeconómico e pela gestão, conservação e ordenamento dos recursos naturais na sua área de jurisdição em coordenação com os Ministérios e demais serviços.

Em Cabo Verde para fortalecer a participação dos municípios, foi criada a 22 de Setembro de 1995, a Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde (ANMCV), com o objectivo de promover a coordenação e diálogo entre os vários municípios e com o governo.

Atualmente, Cabo Verde conta com 22 municípios, distribuídos pelas 9 ilhas habitadas. Trata-se de um sistema de unidades de gestão territorial complexo para um pequeno país insular, dotado de recursos limitados. Devido aos desafios existentes e dos recursos disponíveis, o governo é obrigado a contribuir significativamente para a gestão municipal da maioria dos municípios impossibilitados de sobreviver de forma independente. Para além da falta de recursos financeiros, observa-se a carência de recursos técnicos e humanos no domínio do ambiente e da Biodiversidade. Esta situação limita bastante o envolvimento

dos municípios nos programas de conservação da Biodiversidade e gestão ambiental. Apesar das dificuldades nota-se, nos últimos anos, uma maior aderência e envolvimento dos Municípios em programas ligados à preservação da Biodiversidade, educação ambiental e de forma geral na gestão de recursos naturais.

Para além dos ministérios e dos municípios, o setor privado e as Organizações da Sociedade Civil (OSC) também intervêm na gestão dos recursos naturais.

Os representantes do setor privado que, profissionalmente estão mais relacionados com a Biodiversidade, tanto marinha como terrestre, são os operadores do agronegócio, operadores das pescas, do turismo de natureza e alguns representantes dos operadores económicos como Associações Comerciais e Industriais. De forma geral, os empresários consideram a preservação do meio ambiente como um factor de custo extra, que representa a restrição de atividades económicas que são estabelecidas pelos instrumentos jurídicos existentes. Os recursos biológicos e o meio ambiente ainda não são vistos como uma oportunidade, salvo pequenas exceções como o turismo associado à observação de tartarugas e baleias, nas ilhas da Boavista e do Sal.

As intervenções dos empresários estão geralmente limitadas a ações ou reações associadas aos aspectos legais ou restrições ambientais. O setor privado cabo-verdiano participa ainda de forma muito incipiente na preservação da Biodiversidade, na gestão ambiental e na promoção de iniciativas de eco desenvolvimento. Apesar de se registar alguma participação e preocupações de algumas empresas para as questões ambientais, como a tendência em reduzir o consumo de facturas em papel e promoção de pagamentos electrónicos, as iniciativas do setor privado ainda são muito tímidas.

Da mesma forma que o setor privado, a sociedade civil tem ainda uma baixa consciência ambiental. Muitas vezes, a baixa participação e conscientização ambiental são explicadas pela falta de uma divulgação abrangente e/ou pela falta de acesso a informações específicas sobre as questões ambientais (PANA II, 2003). Apesar da implementação de políticas ambientais do governo e dos esforços de educação e conscientização ambiental, o cidadão comum não é ambientalmente muito consciente. Ele não se reconhece como um ator

ativo e importante na gestão ambiental, o que explica a baixa participação em iniciativas e debates de natureza ambiental.

De acordo com o PANA II (2003), nos últimos anos, várias ONG e Associações nacionais e regionais foram criadas com o objectivo de proteger o meio ambiente, promovendo a luta contra a pobreza e a participação no desenvolvimento local ou comunitário.

Estima-se que mais de quarenta ONG e Associações comunitárias atuem em diversos sectores do desenvolvimento ambiental, económico e social. De acordo com o levantamento realizado neste trabalho, de entre as várias organizações existentes no país podemos destacar a Associação dos Amigos da Natureza (AAN), a Associação para a Defesa do Ambiente e Desenvolvimento (ADAD), a Organização das Mulheres de Cabo Verde, o Citi-Habitat, SOS tartaruga, a ONG BIOS.CV, a Associação Fauna e Flora de São Francisco de Santiago, a ONG Natura 2000, a BIOSFERA I, a Fundação Tartaruga, a Fundação Maio Biodiversidade, a Federação de Pescadores da AMP de Santa Luzia (FEAPA), a Associação de pescadores do Maio, a Associação para a Autopromoção da Mulher no Desenvolvimento (Morabi) (PANA II, 2003), entre outras.

A Plataforma das ONG nacional, foi criada em Junho de 1996, e constitui um espaço de diálogo e de concertação entre as diversas ONG e Associações.

De acordo com Medina (2007), uma evolução positiva em termos de número e capacidade de resposta das ONG nacionais está sendo observada. Tratam-se de parceiros muito importantes na implementação de planos nacionais para o ambiente a nível local, e desempenham um papel fundamental na divulgação da informação e educação ambiental, na formação de competências, na animação das comunidades, na promoção de desenvolvimento local da comunidade e na luta contra a pobreza, no apoio para o planeamento e execução de projetos locais.

Apesar dos avanços observados, em Cabo Verde, o papel das ONG e associações como força de equilíbrio e de contrapeso no setor ambiental, representa ainda um potencial não explorado, insuficientemente organizado e que ainda não é tomado em conta.

6.2 Quadro jurídico para a preservação da Biodiversidade

Se por um lado o quadro organizacional é importante, ele não pode funcionar de forma competente sem a existência e aplicação de um quadro legislativo adequado. Os aspetos legais são a base da estrutura organizacional, a criação de mandatos e de textos regulamentares necessários à implementação das ações e medidas.

Na secção abaixo, apresenta-se os aspectos legais relacionados com a gestão ambiental interna e compromissos de carácter internacional.

De acordo com o Artigo 12 da Constituição da República de Cabo Verde, o direito internacional geral faz parte da lei cabo-verdiana, uma vez que se encontra em vigor na ordem jurídica internacional. Tratados e acordos internacionais, aprovados ou ratificados, entram em vigor na lei cabo-verdiana após a sua publicação oficial e a entrada em vigor na ordem jurídica internacional em que o Estado cabo-verdiano está ligado. Tendo em conta o carácter recente da legislação ambiental em Cabo Verde, os mecanismos jurídicos internacionais existentes, têm desempenhado um papel essencial na consolidação e fortalecimento do sistema jurídico ambiental nacional que procura acompanhar as orientações internacionais em matéria de Biodiversidade e de ambiente (PANA, 2003).

O sistema legal incorpora um conjunto de disposições legais que regulam as questões relacionadas ao meio ambiente que incluem instrumentos de política ambiental, conservação e preservação da natureza, ar, água, solo e luta contra a poluição.

Cabo Verde ratificou as principais convenções e acordos internacionais na gestão dos recursos ambientais e naturais, como a sobre a Diversidade Biológica, a Luta contra a Desertificação e as Mudanças Climáticas. Cabo Verde assinou a Convenção sobre a Diversidade Biológica em Junho de 1992 e ratificou-a em Março de 1995.

O país faz parte da Convenção sobre a Conservação de Espécies Migradoras da Fauna Selvagem - Convenção de Bona desde 2006, da Convenção sobre Zonas Húmidas -

Convenção de Ramsar e da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção - CITES, desde 2005, entre outros tratados e convenções. No entanto, devido aos problemas de recursos financeiros e técnicos do país, agravados pelo carácter insular do território, a implementação destas convenções e tratados depara-se com algumas dificuldades.

Atualmente, dispõe-se de um quadro legislativo de reconhecida qualidade, absorvendo as principais normas e princípios em termos de Direito do Ambiente, abrangente na sua extensão, tocando as principais matérias concernentes à defesa e preservação do meio ambiente, com uma preocupação permanente em definir os mecanismos e formas de fiscalização, pese embora a existência de muitos aspectos por regulamentar e outras áreas que impõem uma intervenção legislativa.

Nota-se também que tem havido por parte dos diferentes governos a preocupação de acompanhar as tendências e avanços mundiais, tendo para o efeito, o país aderido a um conjunto de Convenções Internacionais em matéria de defesa do ambiente e proteção da natureza. Apesar destes aspectos positivos, a prática tem revelado que a fiscalização das medidas e legislações adoptadas não é eficiente, sendo o maior ponto fraco o Direito do Ambiente em Cabo Verde (Medina, 2007).

O nível de cumprimento dos diplomas legais relativos à Biodiversidade é muito baixo. Esta preocupante situação deve-se em parte, à inadequação das leis face à problemática socioeconómica e educacional das populações e à falta de fiscalização efetiva. O primeiro aspecto pode ser minimizado criando mecanismos que incentivem a participação das populações nos processos que conduzem à elaboração dos instrumentos legais. No que respeita ao segundo, é urgente combater a perceção generalizada de impunidade face ao não cumprimento da legislação, através da aplicação de instrumentos adequados de fiscalização (Medina, 2007).

O atual quadro legislativo relativo ao ambiente está, demasiado disperso e necessita claramente de um novo esforço de coordenação e integração. A vastidão e algum carácter

avulso regulamentador da atual legislação não reflete, antes prejudica, uma visão estratégica para a gestão e conservação da Biodiversidade.

Do atrás exposto, resulta também que, o quadro institucional que suporta a conservação da Biodiversidade é bastante complexo. Existem inúmeros casos de sobreposição de competências administrativas, de indefinição de competências, de excessiva dispersão de poderes e de responsabilidades por vários ministérios. Embora se reconheça, na legislação recente, um esforço de clarificação das competências atribuídas às várias instituições, continuam a existir sobreposições, zonas de sombra e falta de coordenação (Medina R. 2007).

Capítulo 7

Principais iniciativas de conservação da Biodiversidade em Cabo Verde



7. Principais iniciativas de conservação da Biodiversidade em Cabo Verde

De uma forma geral pode-se dizer que hoje, a política ambiental é mais abrangente, contemplando vários pilares do ambiente que não sejam apenas os solos, a água e a reflorestação.

De 1975 a 1991, a política de preservação do meio ambiente em Cabo Verde concentrou-se mais no mundo rural, com importantes investimentos na luta contra a erosão e a desertificação, na recuperação do coberto vegetal e na mobilização e valorização dos recursos hídricos, facto que pode ser verificado através dos sucessivos programas de governo e planos nacionais de desenvolvimento.

Entre 1986 e 1990, a preocupação com o reordenamento do território, o desenvolvimento integrado e o prosseguimento da política de desenvolvimento de energias novas e renováveis surge com alguma força.

A partir de 1991, o Governo passou a dar, nos respetivos programas, uma importância particular ao meio ambiente, com especial realce para a ecologia, o ambiente e os recursos naturais, preconizando a preservação do meio ambiente e a qualidade de vida do cidadão, merecendo no programa de governo para 1996 a 2001, especial destaque o meio marinho e as zonas costeiras. Relativamente ao domínio terrestre adoptou como principais linhas de orientação, a proteção e ampliação das áreas florestais, valorização do ambiente urbano e toda a sua envolvente e a promoção da cooperação internacional.

O programa do Governo da VI legislatura (2001-2005) considerou que «a conservação e o desenvolvimento dos ecossistemas das ilhas constituíam uma preocupação central do Governo, que deveria ser traduzido numa orientação política de carácter horizontal e tomada em devida conta em todas as outras políticas setoriais». Relativamente ao meio marinho, o Governo assumiu o objetivo de proteger os ecossistemas marinhos, bem como os das zonas costeiras, de forma a garantir uma exploração sustentável dos seus recursos.

O programa do Governo da VII legislatura (2006-2011) prosseguiu com a promoção de um desenvolvimento com qualidade ambiental assente nos seguintes eixos estratégicos como a gestão sustentável dos recursos naturais, a conservação e valorização da natureza e do território, a proteção da Biodiversidade e da paisagem, o reforço da integração do ambiente nas políticas setoriais e de desenvolvimento regional e local, o reforço da informação e formação ambiental e a valorização dos recursos humanos. Neste programa, o mar é qualificado como um “recurso estratégico, fonte de riqueza e de progresso de Cabo Verde” sendo o mesmo considerado “uma área em que se deve apostar com vista a promover os interesses e valores de Cabo Verde para além das suas próprias fronteiras.

Durante as últimas 4 legislaturas o Governo elegeu claramente o ambiente como um setor importante no desenvolvimento do país, contudo, o programa do Governo da VIII Legislatura 2011-2016 não contempla o setor do ambiente de uma forma clara e inequívoca, vem mesclado no setor do Turismo. «Promoverá um desenvolvimento sustentável e responsável do turismo, através da planificação, coordenação e harmonização de políticas transversais, tendo em conta a necessidade de compatibilizar a preservação do ambiente e do património histórico e cultural nacional, a gestão dos recursos primários e o ordenamento do território, de modo a garantir um crescimento sustentado do setor da economia capaz de satisfazer as necessidades das gerações presentes e futuras».

Cabo Verde tem procurado acompanhar a dinâmica mundial associada à conservação da Biodiversidade e do ambiente, não só através da ratificação das convenções e de tratados internacionais, mas também através da implementação de planos e programas, sendo já evidentes, mudanças substanciais no domínio do ambiente.

Em 1999, foi elaborada a Primeira Estratégia Nacional e Plano de Ação para a Conservação da Biodiversidade. Em 2003, foi elaborado o Plano de Ação Intersectorial para a Conservação da Biodiversidade para 2004-2014, como documento integrante do PANA II - Segundo Plano de Ação Nacional para o Ambiente. A importância da conservação e valorização da Biodiversidade, em especial através da conservação *in situ* é reconhecida no mesmo momento em que foram identificados um conjunto de sítios

prioritários para a conservação em Cabo Verde. Nesse contexto, em 2003, publicou-se o Decreto-Lei 3/2003 criando a rede nacional composta por 47 espaços protegidos.

Apesar das dificuldades associadas à insuficiência de recursos humanos e financeiros, especificidades do quadro legal e institucional, e da dificuldade de integração entre a conservação e o desenvolvimento socioeconómico, observa-se um avanço significativo em termos de iniciativas de conservação da Biodiversidade, incluindo melhoria de aspetos legais e institucionais, como por exemplo a proposta de criação de um Organismo ou Autoridade Autónoma para a Gestão de Áreas Protegidas (OAAP) que assegure a dinamização da rede de áreas protegidas.

Nos últimos anos, vários têm sido os projetos e programas de conservação e de valorização da Biodiversidade, de reforço da capacidade técnica, de reforço do quadro legislativo e institucional e de educação ambiental.

Além de iniciativas que se traduzem nos projetos concretos acima mencionados, existem outras iniciativas ligadas à conservação de zonas húmidas e criação de reservas da biosfera. Em 2005, no quadro da Convenção de Ramsar, Cabo Verde designou três sítios como zonas húmidas de importância Internacional: Curral Velho e Lagoa de Rabil, situados na ilha da Boavista e Lagoa de Pedra Badejo, situado na ilha de Santiago (IV Relatório Biodiversidade, 2009). A Salina de Porto Inglês, na ilha do Maio foi incluída na lista internacional de Sítios Ramsar em 2013.

No domínio da conservação de espécies ameaçadas é de ressaltar o trabalho efectuado por organizações da sociedade civil de que é exemplo a ONG Biosfera I, que implementa o programa de conservação de Cagarras nos ilhéus Raso e Branco. Da mesma forma, várias instituições do estado, da sociedade civil, centros de investigação e parceiros internacionais, através da Rede Nacional de Proteção das Tartarugas Marinhas (TAOLA), têm feito um trabalho notável em termos de conservação da espécie nas zonas de desova durante o período de reprodução.

Cabo Verde vem trabalhando também para o reconhecimento de Reservas de Biosfera, inseridas no programa Homem e Biosfera da UNESCO. Deu-se início a um processo em 1999 com as Canárias e, posteriormente, em 2005 iniciou-se com a UNESCO, um processo de preparação do dossier de candidatura da primeira Reserva de Biosfera de Cabo Verde que foi retomado em 2011. (IV Relatório da Biodiversidade, 2009).

Como resultados dos diversos projetos e intervenções, nos últimos anos foram desenvolvidos diversos documentos de conservação e valorização da Biodiversidade, incluindo planos de conservação e de gestão/conservação de áreas protegidas e de espécies ameaçadas.

De forma geral, Cabo Verde tem cumprido com os compromissos internacionais assumidos no domínio da conservação da Biodiversidade. Verificam-se avanços importantes, a saber: recuperação de algumas espécies ameaçadas e de zonas degradadas, aumento do envolvimento das instituições nacionais tanto centrais como as desconcentradas, maior informação e consciência para as questões ambientais e maior conhecimento sobre o estado e a importância nacional e internacional da sua Biodiversidade.

Capítulo 8

A implementação da **CBD** relativamente às Metas de 2010



8. A Implementação da CBD relativamente Às Metas de 2010

Para ajudar a implementação da CBD, a Convenção, no seu artigo 6º invoca as Partes Contratantes a desenvolverem estratégias, planos ou programas para a conservação da Biodiversidade e a promover a sua utilização sustentável. Neste contexto, Cabo Verde elaborou a sua primeira Estratégia e Plano de Ação Nacional sobre a Biodiversidade em 1999, que tem norteado, desde o início da sua implementação em 2000, as ações de conservação da Biodiversidade nacional e servido para avaliar os compromissos assumidos.

Em 2002, durante a COP6 realizada em Haia, as Partes adoptaram pela primeira vez, o Plano Estratégico criado para guiar a implementação da Convenção, e foi estabelecido um primeiro conjunto de metas de conservação da Biodiversidade para o período 2002-2010, as Metas de 2010.

O Plano Estratégico visava reduzir de forma significativa a perda de Biodiversidade até 2010. Infelizmente, as avaliações demonstram que a grande meta acordada pelos governos dos países do mundo não foi alcançada, ou seja, *“atingir até 2010 uma redução significativa da taxa atual de perda de Biodiversidade em níveis global, regional e nacional como uma contribuição para a diminuição da pobreza e para o benefício de toda a vida na Terra”*, tornando necessário avaliar os pontos fortes e fracos da implementação das referidas metas para que possam ser devidamente redimensionadas na nova estratégia a desenvolver.

Assim, reunidas em Nagoya durante a Xª Conferência das Partes da Convenção em 2010, as partes aprovaram o novo Plano Estratégico e as novas metas para 2020. Com a adoção do Protocolo de Nagoya, e sendo Cabo Verde uma das partes contratantes, o país deve elaborar uma nova estratégia e apresentar a situação atual de implementação das Metas de 2010.

A tabela 1, abaixo, apresenta o estado de implementação dos objetivos nacionais de conservação da Biodiversidade relativamente às metas estabelecidas pela Convenção para

2010. Esta tabela foi elaborada com base nas informações sobre a avaliação de implementação da CBD em Cabo Verde, fornecidas a partir do 4º relatório do estado de implementação da Biodiversidade elaborado em 2009.

Tabela 1. Estado de implementação dos objectivos nacionais de conservação em relação às metas de 2010

Áreas focais da Meta de 2010	Avaliação em relação aos objetivos do país	Estado de implementação
Área focal 1: Proteger os componentes da Biodiversidade	As principais áreas, com maior valor ecológico de importância nacional e global protegidas por Lei, representando assim mais de 10% da superfície total do país.	
Área focal 2: Promover o uso sustentável	Todas as espécies de fauna e flora do país protegidas por Lei e campanhas de sensibilização realizadas para a redução da perda da Biodiversidade nas várias vertentes a nível nacional.	
Área focal 3: Enfrentar as ameaças à Biodiversidade	Os habitats mais importantes estão sendo protegidos pela Lei bem como, por iniciativas de preservação e de recuperação dos mesmos com a finalidade de controlar a introdução de espécies exóticas, enfrentar as ameaças das mudanças climáticas, poluição e perda da Biodiversidade	
Área focal 4: Manter os bens e serviços da Biodiversidade para sustentabilidade do ser humano	Foram realizadas iniciativas de conservação da Biodiversidade, visando o bem-estar da população, a segurança alimentar e qualidade de vida da mesma.	“?”
Área focal 5: Proteger o conhecimento, inovações e práticas tradicionais	Promovidos a diversidade sociocultural das comunidades locais, os conhecimentos e práticas tradicionais, através do desenvolvimento de diversos projetos ambientais.	
Área focal 6: Assegurar a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados do uso de recursos genéticos	Os recursos genéticos no país não são muito explorados e comercializados, por este motivo não se tem registado conflitos ou ajustes.	
Área focal 7: Assegurar a disponibilidade de recursos adequados	Cabo Verde tem beneficiado de financiamentos provenientes essencialmente da cooperação internacional	

 Indica avanços insignificantes ou sem avanços;
  Indica meta não alcançada, mas com algum avanço;
  Indica meta não alcançada, mas com avanços importantes;
  Indica avanços significativos;
  Indica uma meta totalmente cumprida; e “?” Indica informação insuficientes para definir o grau de alcance da meta.

Fonte: Adaptado do 4º relatório sobre o Estado de conservação da Biodiversidade

Pela análise do quadro acima depreende-se que, na generalidade, a implementação das Metas de 2010 foi deficiente. Porém, ainda que a maioria das metas referidas não tenham sido alcançadas, a implementação da CBD registou ao longo dos anos importantes avanços, a saber: a criação de legislação, a conservação *in situ*, planos de conservação de espécies ameaçadas, o envolvimento das comunidades locais na conservação, os projetos-pilotos de valorização da Biodiversidade, a investigação científica, entre outros.

Lamentavelmente, estes avanços não são consequentes, devido à falta de integração e de continuidade das ações de conservação, às fragilidades inerentes à descontinuidade territorial e à falta de assunção do valor da Biodiversidade pelos atores.

Capítulo 9

Prioridades nacionais e metas de conservação da Biodiversidade 2014 - 2025



9. Prioridades Nacionais e Metas de conservação da Biodiversidade 2014-2030

9.1 Prioridades nacionais

As prioridades nacionais, sobre as quais ações de conservação deverão incidir, foram selecionadas de forma participativa, durante a realização de dois ateliês regionais com setores chave da sociedade, além das reuniões presenciais realizadas durante as visitas de terreno.

Durante estes ateliês, os setores elaboraram propostas de prioridades nacionais, tendo por base o conhecimento e a sua perceção do atual estado de conservação da Biodiversidade cabo-verdiana e dos principais problemas e ameaças que estão na origem da sua perda.

Como resultados dos ateliês realizados na Praia e em Mindelo, foram inicialmente identificadas, nas duas ilhas, 32 prioridades nacionais. Após um trabalho de síntese, estas foram agrupadas em 7 grandes prioridades nacionais a saber:

1. Envolvimento de toda a sociedade na conservação da Biodiversidade (população, organizações públicas e privadas, ONG e Associações);
2. Integração da importância da Biodiversidade nas estratégias, planos, políticas e programas de ação;
3. Redução das pressões e ameaças sobre a Biodiversidade marinha e terrestre;
4. Conservação de habitats prioritários e gestão sustentável dos recursos naturais;
5. Valorização e aumento da resiliência dos ecossistemas;
6. Aumento do conhecimento, monitorização e avaliação da Biodiversidade;
7. Mobilização de fundos.

Estas prioridades refletem as necessidades do país em questões ligadas à conservação e valorização da Biodiversidade nacional nos seus mais diversos aspectos e foram propostas com base no “Diagnóstico das causas e consequências da perda de Biodiversidade em

Cabo Verde e sua relação com o bem-estar humano” (2014) elaboradas como suporte da presente Estratégia e Plano de Ação Nacional sobre a Biodiversidade.

Prioridade Nacional 1. Envolvimento de toda a sociedade na conservação da biodiversidade (população, organizações públicas e privadas, ONG e Associações)

O bem-estar de todos os cabo-verdianos depende inteiramente da biodiversidade que sustenta os ecossistemas e uma grande variedade de serviços essenciais que proporcionam a disponibilidade em alimentos, a água potável, a matéria-prima para as diversas atividades económicas, a proteção contra desastres naturais, a saúde e o lazer, entre outros.

O envolvimento e a participação de todos os setores da sociedade na conservação da biodiversidade é essencial para travar a degradação atual e garantir a preservação e a manutenção da diversidade biológica do país.

É consenso geral, que a população e os diferentes setores de atividade (i.e a agricultura, a pesca, a silvicultura, a construção, o turismo e os serviços) que exercem pressão sobre a biodiversidade devam estar conscientes da sua importância e valor por forma a melhorarem a sua atitude e ações perante a mesma. Para tal a comunicação, a sensibilização e a educação são fundamentais.

É necessário reforçar a comunicação e a participação efetiva de todos os setores da sociedade e, em particular, daquelas pessoas que estão mais próximas dos recursos que por elas devem ser protegidos. Para que boas decisões sejam tomadas, a melhor informação disponível sobre a biodiversidade do país deve ser divulgada e estar acessível.

Uma atenção especial deve ser dada ao setor privado que deve ser incentivado a envolver-se nos esforços de conservação da biodiversidade.

Prioridade Nacional 2. Integração da importância da biodiversidade nas estratégias, planos, políticas e programas de ação

Apenas o reforço da consciência ambiental e o envolvimento das pessoas e dos diversos setores económicos não são garantia de uma conservação efetiva da biodiversidade. Esta, para ser melhor gerida e conservada, deve estar totalmente integrada nas estratégias nacionais, políticas (i.e redução da pobreza) e processos de planeamento mais amplos.

Deve existir uma transversalidade da biodiversidade a todos os níveis e ela deve ser factor importante nas tomadas de decisões dos diversos setores e atividades económicas. Para que esta transversalidade ocorra e que a biodiversidade seja integrada nos processos decisórios, por um lado deve-se conhecer o seu valor e por outro, deve existir melhor comunicação e cooperação entre os diversos ministérios e setores.

Uma forma de reforçar a comunicação e a cooperação entre os vários ministérios é estabelecer a elaboração e a implementação de planos setoriais integrados. Deve-se iniciar com os ministérios chave dos quais constam a agricultura, as florestas, as pescas, a educação, o turismo e a construção civil. Outra forma de integrar a biodiversidade é promover a implementação da avaliação ambiental estratégica.

Toda a sociedade e as atividades económicas desenvolvidas tais como o turismo, as pescas, a agricultura e a construção civil, beneficiam da biodiversidade e dos serviços prestados pelos ecossistemas. Todavia, estes benefícios e o custo da degradação e da perda da biodiversidade não estão totalmente refletidos no sistema económico nacional. A avaliação económica da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas pode ser difícil de realizar, mas permite atribuir um preço ao valor da biodiversidade.

A criação e o desenvolvimento de mercado para a biodiversidade e para os serviços dos ecossistemas pode ser igualmente um meio de valorização da biodiversidade. Já existe um mercado para a observação de espécies como tartarugas, aves e baleias.

Para além disso, é igualmente importante desenvolver mecanismos que incentivam os investimentos e o interesse dos operadores económicos na implementação de projetos que integram o uso racional dos recursos naturais e a sua conservação.

Prioridade Nacional 3. Redução das pressões e ameaças sobre a biodiversidade marinha e terrestre

Apesar dos esforços e das inúmeras iniciativas de conservação desenvolvidas ao longo dos últimos anos, mantêm-se e, em muitos casos, aumentaram as pressões e ameaças sobre a biodiversidade.

Atualmente, as principais ameaças à biodiversidade de Cabo Verde são a sobre-exploração dos recursos marinhos e terrestres, a destruição e a degradação de habitats, a existência de espécies invasoras, a deficiente gestão organizacional e aplicabilidade legislativa, o deficiente conhecimento e consciência ambiental e as alterações climáticas.

A redução das pressões e ameaças passa pela mudança de comportamentos, a adoção de boas práticas e o reconhecimento da importância da biodiversidade. O alcance desta prioridade nacional está portanto, dependente do sucesso da prioridade 1.

Prioridade Nacional 4. Conservação de habitats prioritários e gestão sustentável dos recursos naturais

A extensão de áreas consideradas prioritárias e que foram designadas como áreas protegidas tem aumentado nos últimos anos. Atualmente, das 47 áreas designadas em 2003, 34 áreas protegidas, encontram-se delimitadas e 3 possuem planos de gestão aprovados. Contudo, a cobertura é ainda insuficiente para o número de ecossistemas e espécies representativos da biodiversidade nacional que precisam ser preservados, particularmente no tocante às áreas marinhas. Em fase de aprovação encontram-se mais 26 áreas protegidas, na qual se inclui a que se estima ser a maior área marinha protegida do país, a de Santa Luzia e ilhéus Branco e Raso.

A consolidação da rede de espaços protegidos é uma das formas privilegiadas de conservação que exigirá da parte do Governo a criação de novos mecanismos para apoiar a implementação de uma gestão eficiente das áreas protegidas em parceria com as comunidades, as ONG, o setor privado e parceiros internacionais.

Para determinadas espécies prioritárias que se encontram ameaçadas de extinção deverá melhorar o seu estado de conservação e focalizar na sua monitorização e valorização.

Uma particular atenção deverá ser dada à melhoria do património genético de espécies de valor económico e cultural associados à agricultura e pecuária.

Prioridade Nacional 5. Valorização e aumento da resiliência dos ecossistemas

A resiliência é definida como a capacidade de um ecossistema de recuperar o seu equilíbrio após a ocorrência de um distúrbio. Ecossistemas saudáveis conseguem auto-organizar-se, sendo capazes de restabelecer-se e adaptar-se às alterações ocorridas. Porém, ecossistemas degradados possuem menor resiliência e em resultado, recuperam com maior lentidão o que acaba por comprometer as suas funções.

A biodiversidade e os ecossistemas de Cabo Verde estão sujeitos a inúmeras pressões, sendo que alguns ecossistemas importantes já se encontram degradados (ver capítulo 6 a esse respeito) e muito provavelmente, com parte das suas funções comprometidas.

É importante investir no reforço da resiliência dos ecossistemas naturais chave de Cabo Verde, para garantir a manutenção e o aumento dos benefícios dos serviços essenciais por eles prestados à economia e ao bem-estar da população (i.e alimentos, matéria-prima para as atividades económicas, saúde, lazer). Mas para manter e restabelecer os ecossistemas nacionais identificados como prioritários é necessário conhecê-los e reconhecer a importância dos serviços prestados ou potenciais.

Por outro lado, a manutenção e a recuperação dos ecossistemas prioritários como parte de uma abordagem ecossistémica potenciará e reforçará a conectividade entre os diversos

ecossistemas e espaços naturais, evitando que os mesmos sejam geridos de forma isolada e compartimentada, propiciando a conservação e a persistência da biodiversidade.

Outros fatores importantes que condicionam a persistência da biodiversidade são as alterações climáticas que afetam os hábitos das espécies, obrigando-as a adaptar-se ou forçando-as à extinção. Assim, todas as estratégias e planos de conservação nacional passarão a integrar elementos de resiliência e adaptação às mudanças climáticas.

A redução das causas diretas de perda da biodiversidade contribuirá para a manutenção dos ecossistemas essenciais e prevenir que os mesmos se degradem. O grande desafio será investir na prevenção de ecossistemas em vez de alocar montantes significativos na sua recuperação. As comunidades locais que fazem uso direto da biodiversidade e as ONG e Associações comunitárias serão atores importantes a envolver na proteção e gestão das áreas de conservação.

Prioridade Nacional 6. Aumento do conhecimento, monitorização e avaliação da biodiversidade

A eficiência das ações de conservação da biodiversidade está intimamente relacionada com o conhecimento que se possui da mesma. Dá-se valor e protege-se melhor o que se conhece. O conhecimento, seja ele tradicional ou científico, permite priorizar as áreas e as espécies a conservar e investir, eficientemente, em ações que contribuirão para a conservação da biodiversidade a longo -prazo.

Apesar dos vários estudos realizados no âmbito de projetos de conservação, de trabalhos escolares, de dissertações de mestrado e de teses de doutoramento e que foram referidos no documento de diagnóstico e nesta estratégia, existe ainda um enorme vazio de informações sobre a biodiversidade nacional, com particular relevância para a marinha cuja obtenção é consideravelmente mais custosa. Foi muito recentemente (com os processos de criação das áreas marinhas de Murdeira, de Santa Luzia e dos ilhéus Branco e Raso) que se criou capacidade nacional para a sua realização.

Por outro lado, os diversos estudos e pesquisas realizados encontram-se dispersos e com muita frequência, não se tem conhecimento dos mesmos porque não estão disponibilizados numa plataforma de dados permanentemente atualizada. Há portanto, necessidade de sistematizar e divulgar toda a informação existente sobre a biodiversidade nacional e sua conservação, para evitar o gasto desnecessário de recursos sobre temas similares. A informação deve estar igualmente acessível para todos e numa linguagem que assegure a sua compreensão e favoreça a melhoria de comportamentos e a tomada de decisões.

Existem, atualmente, várias entidades tais como institutos de pesquisa, universidades, ONG, municípios e instituições do Estado que desenvolvem estudos e pesquisas sobre espécies ameaçadas e áreas representativas da biodiversidade nacional, mas não de forma alinhada e sistematizada. No caso das tartarugas marinhas, as metodologias de recolha, tratamento e análise de dados variam de entidade para entidade.

Esta Estratégia irá orientar doravante, todas as ações de conservação da biodiversidade e melhorar a colaboração e cooperação entre as diversas entidades envolvidas em benefício de melhores resultados na conservação das espécies.

Já foram feitos alguns estudos de base e pesquisas sobre a biodiversidade de Cabo Verde, mas a grande maioria mantém-se por fazer. A pesquisa envolve somas consideráveis de dinheiro e capacidade técnica, logo deve-se priorizar as necessidades de conhecimento sobre a biodiversidade para melhor definição e priorização de medidas de conservação e de gestão que garantam resultados continuados a longo prazo. Deve-se igualmente privilegiar a capacitação dos profissionais da área promovendo o princípio *“learning by doing”*.

O conhecimento tradicional deve ser igualmente valorizado e integrado na conservação da biodiversidade nacional.

Para saber se os esforços de conservação estão efetivamente a gerar resultados e se os mesmos não necessitam de reajustes e uma nova priorização, deve-se implementar um sistema de monitorização com indicadores chave para avaliar o estado da biodiversidade.

Prioridade Nacional 7. Mobilização de fundos

O país deverá criar mecanismos de mobilização de recursos internacionais e nacionais para garantir a implementação da Estratégia. Atualmente, a maioria dos recursos para o ambiente e a conservação da biodiversidade têm sido direcionados para Cabo Verde através de fundos multilaterais, cooperações bilaterais e de ONG internacionais.

O *Global Environmental Facility* (GEF) é o fundo multilateral que mais tem contribuído para a conservação da biodiversidade de Cabo Verde, tendo financiado dois projetos de mais de 8 milhões de dólares para a criação e consolidação da rede de áreas protegidas do país. Para além disso, através do seu Programa das Pequenas subvenções às ONG (GEF SGP) foram, até à data, investidos mais de 1 milhão e oitocentos mil dólares em projetos que abrangem diversas áreas focais.

Tabela 2. Número de projetos financiados pelo GEF-SGP por área focal, em USD (entre 2009 e 2013)

Área Focal	Projetos	Montante (em USD)
Biodiversidade	35	474 594
Mudanças climáticas	15	395 100
Águas internacionais	3	75 500
Áreas multifocais	6	80 409
Químicos	3	38 300
Degradação das terras	39	565 888
Adaptação mudanças climáticas	7	133 385
Desenvolvimento de capacidades	5	88 000

Fonte: GEF-SGP, 2014

Para além disso, existem os fundos provenientes do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUMA) e da UNESCO para a criação das reservas da biosfera.

Paralelamente, cooperações bilaterais com alguns países como a Holanda e a Espanha têm resultado em fundos alocados ao ambiente através de apoio orçamental. Entre 2005 e 2007, o Governo dos Países Baixos disponibilizou a Cabo Verde aproximadamente 10 milhões de euros destinados à implementação do II Plano de Acção Nacional para o Ambiente (PANA II) e ao sector da Educação.

A ajuda orçamental disponibilizado pelo Governo da Espanha ascendeu, no mesmo período, a pelo menos 3 milhões de dólares, tendo o montante sido distribuído para a implementação do PANA II, em particular água e saneamento. Mais recentemente, em 2013, a cooperação espanhola financiou a elaboração dos planos de gestão das áreas protegidas do Maio.

Foram também implementados vários projetos de conservação com fundos provenientes da cooperação bilateral e ONG internacionais de que é exemplo o Projeto de Conservação Marinha e Costeira, implementado pelo WWF - WAMER e financiado pelo governo holandês.

Os fundos nacionais são bem mais modestos, mas igualmente importantes porque abrangem ações ligadas ao saneamento, à conservação de espécies, à conservação de solos e de recursos hídricos, entre outros. Ainda no que diz respeito à água e saneamento existem os projetos financiados no âmbito do *Millenium Challenge Account* e da Cooperação Luxemburguesa que contribuem indiretamente para a conservação da biodiversidade.

Os fundos da cooperação internacional apresentam sinais de redução. O problema que se coloca neste tipo de financiamento é que se acabam os montantes, terminam os projetos e as atividades de conservação, que devem ser contínuas.

Esta Estratégia terá um plano de mobilização de fundos que engloba a procura de parceiros internacionais e o envolvimento das instituições chave na sua execução. Estas deverão integrar nos seus planos anuais, atividades para a implementação da Estratégia.

9.2 Metas

Das metas identificadas ao longo do processo de elaboração da EPANB, foram retidas 15 metas para Cabo Verde.



As metas apresentadas foram elaboradas de acordo com o contexto e as prioridades nacionais do país. Procurou-se igualmente chegar a um conjunto de metas que fossem atingíveis e passíveis de monitorização. Elas encontram-se divididas pelos 5 Objetivos estratégicos propostos pela Convenção sobre Diversidade Biológica, tendo sido alinhadas com as Metas Aichi da CBD.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO A. *Abordar as causas subjacentes da perda de Biodiversidade através da integração da Biodiversidade em todos os âmbitos governamentais e da sociedade*

1. Até 2030, a sociedade estará consciente da importância e dos valores da Biodiversidade e das medidas necessárias para a sua conservação e utilização sustentável;
2. Até 2025, os valores ecológicos, económicos e sociais da Biodiversidade estarão integrados nas estratégias e nos processos de planeamento nacional e local e de redução da pobreza, sendo devidamente incorporados nas contas nacionais

3. Até 2025 o governo, as empresas e a sociedade civil, implementam planos e medidas para assegurar a produção e o consumo sustentáveis, mantendo os impactos do uso dos recursos naturais dentro de limites ecológicos seguros

OBJECTIVO ESTRATÉGICO B. Reduzir as pressões diretas sobre a Biodiversidade e promover o uso sustentável da mesma

4. Até 2018, a poluição será reduzida, as suas fontes identificadas e controladas para níveis que não sejam prejudiciais para o normal funcionamento dos ecossistemas
5. Até 2020, os recursos marinhos de interesse económico serão geridos de forma sustentável

OBJECTIVO ESTRATÉGICO C: Melhorar o estado da Biodiversidade, salvaguardando ecossistemas, espécies e diversidade genética.

6. Até 2025, pelo menos 20% das áreas terrestres e 5% das zonas costeiras e marinhas, ecologicamente representativas e importantes serão conservadas através de um sistema coerente de AP, geridas de forma eficaz e equitativa através da implementação de Planos Especiais de Ordenamento de Áreas Protegidas (PEOAP)
7. Até 2025, as espécies marinhas e terrestres ameaçadas e prioritárias serão preservadas e valorizadas
8. Até 2025, melhorar o património genético das plantas cultivadas e dos animais domésticos com valor económico e cultural

OBJECTIVO ESTRATÉGICO D. *Aumentar os benefícios da Biodiversidade e dos serviços do ecossistema para todos*

9. Até 2025, Cabo Verde reforça a proteção, melhora a conectividade e recupera os seus ecossistemas chave para que estes continuem a prover serviços essenciais à economia e ao bem-estar da população
10. Até 2018, todas as estratégias e planos de conservação nacionais aprovados integram elementos de resiliência e adaptação às mudanças climáticas
11. Protocolo de Nagoya implementado até 2015

OBJECTIVO ESTRATÉGICO E. *Aumentar a implementação por meio de planeamento participativo, gestão de conhecimento e capacitação*

12. Até 2015, Cabo Verde terá adoptado a EPANB como instrumento de política e começado a implementá-la com a ampla participação de todos os setores chave da sociedade
13. Até 2025, as comunidades locais têm uma participação plena e efetiva na implementação dos programas de conservação e seu conhecimento tradicional é valorizado
14. Até 2025, o conhecimento científico e empírico contribuirá para a conservação da Biodiversidade de Cabo Verde
15. Até 2025, Cabo Verde terá mobilizado dos recursos financeiros necessários para a implementação da estratégia

Capítulo 10

Implementação da Estratégia e Plano de Ação



10. Implementação da Estratégia e Plano de Ação

Com a orgânica do Ministério do Desenvolvimento Rural, publicada no B.O N° 12, 1ª Série de 26 de Fevereiro de 2013, a Direção-Geral do Ambiente deixou de existir. No seu lugar foi criada a Direção Nacional do Ambiente na dependência do Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território ao qual compete, no setor de ambiente e recursos naturais:

- Planear, estudar, propor, executar e coordenar a política dos setores do ambiente, habitação, descentralização e desenvolvimento regional, urbanismo e ordenamento do território;
- Participar na definição e execução da política de recursos naturais; e nas ações de defesa dos componentes ambientais e do património natural;
- Promover e coordenar a elaboração do plano nacional da política do ambiente;
- Preparar e executar a estratégia nacional de proteção e conservação da natureza e da biodiversidade.

Na orgânica prevê-se que o Ministro tenha a competência para se articular com dez outros Ministros. Contudo, no que concerne aos aspectos ambientais articula-se apenas com os Ministros de Desenvolvimento Rural, em matéria de gestão dos recursos naturais, e o das Infra-estruturas e Economia Marítima, em matéria de gestão da orla marítima.

Do ponto de vista institucional, são várias as entidades (MAHOT, MDR, MIEM, MTIE) que têm uma intervenção direta na gestão dos espaços naturais e com competências na área ambiental. Porém, não se pode deixar de realçar que a coordenação na maioria dos casos é insuficiente ou nula, sem cuidar suficientemente da compatibilização e coordenação dos vários instrumentos legais existentes e que assim o requerem. Existem alguns exemplos de conflitos entre políticas relacionadas com a conservação da biodiversidade e políticas de desenvolvimento ou políticas setoriais como é o caso do turismo que têm limitado alguma eficiência das áreas protegidas.

Apesar do esforço de consolidação legislativa que se tem vindo a verificar e da legislação em vigor mencionar que estes ministérios acima referidos devem articular-se, ainda as políticas ambientais não são entendidas como sendo transversais a todos os setores de atividade produtiva, privilegiando assim o desenvolvimento de projetos e ou atividades que em vez de se complementarem, são por vezes bloqueadores de um desenvolvimento harmonioso e sustentável.

A Lei nº 86/IV/93, de 26 de Junho, que define as Bases da Política Ambiental, fixou as grandes orientações da política de ambiente e as normas constitucionais que devem reger as relações do Homem com o Ambiente, de modo a assegurar uma efetiva proteção das suas diversas componentes. Em termos de condicionantes da Lei, tanto as administrações públicas como as instituições privadas estão obrigadas ao cumprimento das disposições que contém a Lei. O Decreto-Lei n.º 2/2002, de 21 de Janeiro proíbe a extração e exploração de areias nas dunas, nas praias e nas águas interiores, na faixa costeira e no mar territorial. No entanto, assiste-se a uma extração desenfreada de inertes, quer pelos Municípios quer pelos operadores privados sem obedecer a qualquer plano ou legislação, com implicações diretas na degradação da biodiversidade e do seu habitat comprometendo assim o desenvolvimento económico do país.

Tendo a EPANB como um dos objetivos definir estratégia para eliminação das fontes das causas e consequências da perda da Biodiversidade identificadas durante o processo da elaboração da mesma, e sendo a integração e a responsabilização dos vários parceiros, a única via para se transferir o discurso da interdisciplinaridade para a prática, é imprescindível que sejam desenvolvidas e implementadas políticas, planos, legislação e programas integrados de gestão dos recursos biológicos que articulam as áreas de Agricultura, Florestas, Pecuária, Pesca, Turismo, Indústria, Construção Civil e Saúde.

O conciliar dos diferentes atores numa política integrada vai exigir uma reorganização da definição e execução da política ambiental de modo a estabelecer um processo participativo de todos esses parceiros na definição e determinação de usos de carácter potenciador, preventivo, corretivo ou de monitorização.

A falha na interdisciplinaridade e co-responsabilização das políticas que regulam o ambiente irá comprometer a curto prazo, o desenvolvimento económico e a longo prazo, a sobrevivência do próprio Homem cabo-verdiano ao não integrar no seu processo de desenvolvimento a diversidade biológica e as relações sócio- ambientais.

A estrutura governamental definida pelo Decreto-Lei nº 5/95 de 6 de Fevereiro, onde o Secretariado Executivo para o Ambiente e a Comissão consultiva integravam a Presidência do Conselho de Ministros, salvaguardava a integração das ações públicas de proteção do ambiente com vista ao desenvolvimento económico sustentado e visava aspectos importantes como a manutenção dos ecossistemas, a preservação do património genético, a existência de um novo quadro de vida compatível com a perenidade dos sistemas naturais. Aspectos esses que vêm sendo esvaziados dos novos instrumentos de políticas.

Sabendo por um lado que a formação, a informação e a sensibilização apenas, não são suficientes para a promoção da conservação da biodiversidade, e por outro lado que a forma desarticulada como os vários setores da economia nacional vêm atuando também não contribuem para a melhoria desse setor, torna-se necessário uma abordagem ecossistémica na implementação de qualquer programa ambiental.

Para concretizar as políticas e programas do Governo, o Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território deve contar com vários parceiros que incluem instituições governamentais, instituições de investigação, setor privado, ensino superior, associações de defesa do ambiente, organizações não-governamentais e doadores. Para a realização das funções que incumbem ao Ministério, deverão ser criados grupos de trabalho permanentes ou temporários, de carácter pluridisciplinar e interdepartamental sob a direção da Autoridade Ambiental.

As atribuições da Direção Geral do Ambiente deveriam concentrar-se em quatro pilares: a) Conceber políticas ligadas especificamente ao uso dos recursos naturais e proteção do ambiente para todos os setores (Turismo, Indústria, Agricultura, Florestas, Saúde, Construção Civil,) que de forma direta interferem com o Ambiente; b) Fiscalizar a implementação dessas políticas; c) Promover a Educação e a Formação (aumentar o nível de

conscientização ambiental da população); d) Produzir a Informação e a Documentação (compilar e difundir toda a informação ambiental produzida no país em qualquer setor de desenvolvimento).

Pretende-se com o quadro institucional e de responsabilidades, detalhar como os atores sociais do governo e os representantes da sociedade civil e do setor privado devem articular-se na implementação das ações propostas. O sistema de implementação pretende complementar os factores ambientais com os sócio-económicos pois, dada a transversalidade do tema biodiversidade, cada um desempenha o seu papel no assegurar do desenvolvimento sustentável.

A coordenação da implementação da Estratégia Nacional e Plano de Ação para a Conservação da Biodiversidade deve ser da responsabilidade da DGA. A execução deve ser liderada pela Entidade responsável pela área do ambiente (EA) e com a participação dos vários ministérios que de forma direta ou indireta interferem com o ambiente. Também devem ser implicados, embora a outro nível o Setor Privado, as Câmaras Municipais, as ONG e as Associações Comunitárias. Cada ministério deverá assegurar a elaboração dos planos setoriais com a superintendência do mesmo mas tendo na equipa a participação direta de todas as outras valências que interferem com esse plano.

Quanto à implementação das diferentes atividades propostas na EPANB devem ser da responsabilidade das seguintes Instituições:

A entidade responsável pelas Áreas Protegidas deve liderar o processo da conservação *in situ* da biodiversidade dos ecossistemas nas unidades de conservação, mantendo os processos ecológicos e evolutivos, a oferta sustentável dos serviços ambientais e a integridade dos ecossistemas, através das Áreas Protegidas Marinhas e Terrestres implicando no processo os seguintes ministérios: MAHOT, MDR, MIEM, MTIE, MESCI, as Câmaras Municipais, as ONG e as Associações Comunitárias;

A entidade para as Áreas Protegidas deve assegurar a conservação *ex-situ* juntando as vantagens naturais a investimentos turísticos, através do INIDA, do INDP, dos Museus e

Aquários Nacionais e/ou Municipais, implicando no processo os seguintes ministérios: o MAHOT, o MDR, o MIEM, o MTIE, MESCI, as ONG e as Associações Comunitárias. Os recursos dessas iniciativas podem impulsionar as economias locais de muitos municípios.

A entidade para as Áreas Protegidas deve assegurar a conservação, a gestão e a exploração das Florestas através das áreas protegidas terrestres e a Direção Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural, implicando no processo as Câmaras Municipais, as ONG e as Associações Comunitárias;

O Ministério do Desenvolvimento Rural deve assegurar o melhoramento genético através do INIDA, do INDP e das diferentes Universidades no país, implicando no processo o MAHOT, MIEM, MED;

O Ministério das Infraestruturas e Economia Marítima deve assegurar a produção e exploração dos recursos marinhos, bem como todas as atividades relacionadas ao uso e exploração do mar, zonas costeiras, plataforma continental e zona económica exclusiva através do INDP, DGRM, IMP, Associação de Armadores, pescadores, implicando no processo o MAHOT, MTIE, MESCI, as Universidades e instituições de investigação.

A Direção Nacional do Ambiente deve conceber o Plano de Educação Ambiental e a sua implementação deverá ser assegurada pelas Escolas, ONG, Associações Comunitárias, Câmaras Municipais, Rádios, Televisões, implicando no processo o MAHOT, MIEM, MTIE, MESCI.

A nível de cada ilha também poderão ser criadas uma plataforma de instituições e ou Municípios visando uma gestão otimizada dos recursos naturais e humanos. Em circunstâncias apropriadas, essas plataformas podem ser interligadas formando redes capazes de fazer intervenções de carácter macro.

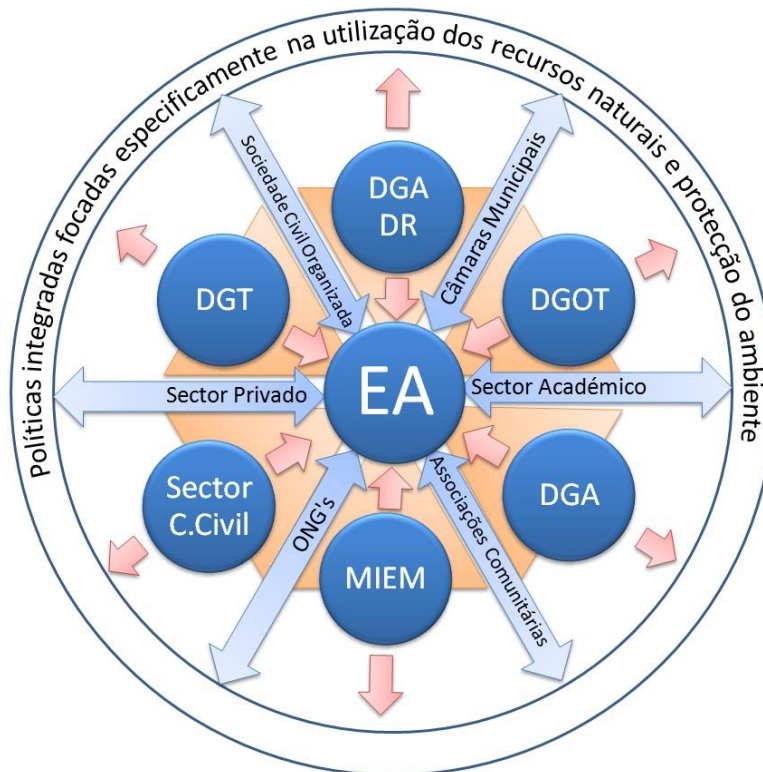
Sendo Cabo Verde um país jovem, esta colaboração poder-se-á também estender-se a instituições congéneres no estrangeiro e ONG internacionais com larga experiência na área do ambiente.

A importância da verdadeira integração entre as instituições (instituir regras e normas formais de criação de pontes entre instituições) com impacto direto no ambiente foi aqui apresentado como um potencial a ser desenvolvido para melhorar a gestão da biodiversidade e solucionar os atuais conflitos entre instituições na utilização de espaços naturais.

A articulação entre estes 6 setores e demais parceiros permitirá a instituição responsável pelas áreas protegidas, a aquisição de ferramentas capazes de implementar ações que tragam o equilíbrio entre as componentes ambientais e com isso possibilitar ao país um desenvolvimento económico sustentável.

O esquema que se segue sumariza a forma como se pretende a interconexão entre os vários parceiros na implementação do Plano de Ação do EPANB.

Figura 3. Sistema de articulação dos atores na implementação do EPANB



O sucesso na implementação da Estratégia dependerá em grande medida do grau de envolvimento de todos os parceiros na adoção da sua visão e no cumprimento dos seus objetivos através do Plano de Ação, para que o valor e a importância da Biodiversidade estejam reflectidos nas ações e decisões de todos os setores da sociedade.

Dado ao amplo campo de ação da Estratégia torna-se necessário estabelecer prioridades nas ações a serem desenvolvidas. Isso requer uma avaliação das intervenções de carácter urgente e/ou também aquelas que por se tratar de questões estratégicas e transversais devem ser priorizadas.

A forma como o EPANB foi concebida, tendo sempre presente a inter-institucionalidade e a interdisciplinaridade vai permitir a participação dos vários ministérios no co-financiamento do orçamento global.

Esta contribuição também implica a contabilização dos vários projetos em curso e todo o recurso humano que cada parceiro irá afectar para o cumprimento cabal do mesmo. Por este facto, a fase de implementação deverá ser acompanhada de procedimentos resultantes da coordenação entre os parceiros.

Ações

A seguir, apresenta-se as ações identificadas para o alcance das sete prioridades nacionais e respectivas metas. Algumas das ações permitem dar continuidade às atividades de conservação que antecedem a presente Estratégia.

Quadro 1. Prioridades, metas, ações e responsabilidades

Prioridade Nacional 1. Envolvimento de toda a sociedade na conservação da biodiversidade (população, organizações públicas e privadas, ONG e Associações)		
Meta	Ação	Responsabilidades
1. Até 2030, a sociedade estará consciente da importância e dos valores da biodiversidade e das medidas necessárias para a sua conservação e utilização sustentável	A1. Sensibilizar os diversos setores da sociedade (população, organismos públicos e privados, comunidades e media) sobre a importância e valores da biodiversidade e envolvê-los nas atividades de conservação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Todas as áreas governamentais ▪ Municípios ▪ ONG ▪ Setor privado
	A2. Desenvolver e implementar programas de capacitação para reforçar o conhecimento sobre a biodiversidade e sua conservação (organismos públicos, comunidades, ONG, media)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Governo, área da Educação ▪ ONG
	A3. Desenvolver estratégia para incentivar e aumentar o envolvimento do setor privado na conservação da biodiversidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Governo ▪ Setor privado
Prioridade Nacional 2. Integração da importância da biodiversidade nas estratégias, planos, políticas e programas de ação		
2. Até 2025, os valores ecológicos, económicos e sociais da biodiversidade estarão integrados nas estratégias e nos processos de planeamento nacional e local e de redução da pobreza, sendo devidamente incorporados nas contas nacionais	A4. Elaborar e implementar planos setoriais integrados (agricultura, florestas, pescas, educação, turismo e construção civil) minimizando os impactos negativos sobre a Biodiversidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Governo ▪ Municípios ▪ ONG ▪ Parceiros internacionais (doadores)
	A5. Promover a adoção da Abordagem de Gestão de Áreas Integradas (GAI)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Governo ▪ Municípios
	A6. Fazer uma avaliação económica da biodiversidade e ecossistemas prioritários de Cabo Verde (exemplo: Avaliação Ecosistémica do Milénio)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Governo, área do ambiente ▪ Municípios ▪ ONG ▪ Setor privado ▪ Parceiros internacionais
3. Até 2025 o governo, as empresas e a sociedade civil, implementam planos e medidas para assegurar a produção e o consumo sustentáveis, mantendo os impactos do uso dos recursos naturais dentro de limites ecológicos seguros	A7. Desenvolver mecanismos para encorajar investimentos e interesse dos operadores económicos na implementação de projetos que integram o uso racional dos recursos naturais e a sua conservação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Governo (Economia, Ambiente, Turismo, Infra-estruturas, Cabo Verde Investimentos) ▪ Setor privado ▪ Parceiros internacionais
	A8. Promover e implementar a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Governo ▪ Municípios

	A9. Promover e desenvolver um sistema de atribuição de selo de qualidade de produto	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Governo ▪ Setor privado ▪ Parceiros internacionais (doadores)
	A10. Desenvolver medidas de mitigação e / ou prevenção para enfrentar casos de desenvolvimento industrial ou turismo que possam ter impactos destrutivos sobre os ecossistemas e espécies.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Governo ▪ Sector privado
	A11. Desenvolver estratégias de compensação (<i>biodiversity offsetting</i>) para o desenvolvimento inevitável ou casos da indústria extrativa, que possa ter impactos negativos, destrutivos e não-reversíveis sobre a biodiversidade.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Governo ▪ Sector privado ▪ Parceiros internacionais
Prioridade Nacional 3. Reduzir as pressões e ameaças sobre a biodiversidade marinha e terrestre		
4. Até 2018, a poluição será reduzida, as suas fontes identificadas e controladas para níveis que não sejam prejudiciais para o normal funcionamento dos ecossistemas	A12. Eliminar ou reduzir as fontes de poluição marinha e terrestre	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Governo ▪ Municípios ▪ ONG ▪ Setor privado
	A13. Elaborar e implementar um sistema de monitorização da qualidade ambiental	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Governo (Ambiente, Institutos de Pesquisa, Universidades) ▪ Municípios ▪ Parques Naturais ▪ Setor privado
5. Até 2020, os recursos marinhos de interesse económico serão geridos de forma sustentável	A14. Elaborar e implementar planos de exploração e monitorização de recursos marinhos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Governo, ▪ Comunidades e ONG ▪ Setor privado
	A15. Promover a prospeção de novos recursos marinhos incluindo os sensíveis e ou ameaçados de importância económica	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Governo (INDP, Pescas, Ambiente) ▪ Parceiros internacionais
	A16. Promover a abordagem ecossistémica na gestão dos recursos marinhos de áreas identificadas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Governo (Pescas, INDP) ▪ ONG e Representantes das comunidades piscatórias ▪ Setor privado
	A17. Promover e regulamentar as actividades de valorização dos recursos marinhos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Governo (Pescas, Ambiente, Turismo) ▪ ONG e Associações ▪ Setor privado

Prioridade Nacional 4. Conservação de habitats prioritários e gestão sustentável dos recursos naturais		
6. Até 2025, pelo menos 20% das áreas terrestres e 5% das zonas costeiras e marinhas, ecologicamente representativas e importantes serão conservadas através de um sistema coerente de AP	A18. Melhorar a eficiência de gestão das Áreas Protegidas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Órgãos de Gestão das Áreas Protegidas ▪ Governo (Ambiente) ▪ ONG e comunidades ▪ Parceiros internacionais
	A19. Identificar e declarar novas AP	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Governo ▪ Universidades e Institutos de Pesquisa ▪ ONG e Comunidades ▪ Parceiros internacionais
	A20. Promover a inserção e a valorização das áreas protegidas no contexto de desenvolvimento nacional	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Governo (Ambiente, Turismo,...) ▪ Órgãos de Gestão das Áreas Protegidas ▪ ONG e comunidades ▪ Setor privado
7. Até 2025, as espécies marinhas e terrestres ameaçadas e prioritárias serão preservadas e valorizadas	A21. Elaborar e implementar programas de conservação <i>in situ</i> das principais espécies ameaçadas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Órgãos de Gestão das Áreas Protegidas ▪ ONG e comunidades ▪ Governo (Ambiente)
	A22. Elaborar e implementar programas de monitorização dos habitat prioritários	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Órgãos de Gestão das Áreas Protegidas ▪ Universidades e Institutos de Pesquisa ▪ Governo (Ambiente) ▪ ONG e comunidades
	A23. Aumentar atividades de florestação com espécies autóctones	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Governo ▪ Áreas Protegidas ▪ ONG e comunidades
	A24. Elaborar uma nova Lista Vermelha de Cabo Verde e mantê-la actualizada a cada 5 anos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Governo ▪ Universidades e Institutos de Pesquisa ▪ Parceiros internacionais
	A25. Elaborar e implementar planos nacionais de conservação e monitorização para as espécies ou grupos de espécies ameaçadas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Governo ▪ Universidades e Institutos de Pesquisa ▪ ONG e comunidades
	A26. Elaborar e implementar programa de controlo de espécies invasoras	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Governo ▪ Áreas Protegidas ▪ ONG e comunidades
	A27. Elaborar e implementar projetos piloto de valorização das espécies ameaçadas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Governo ▪ ONG e comunidades
8. Até 2025, melhorar o património genético das plantas cultivadas e dos animais	A28. Elaborar, actualizar inventário de recursos genéticos (fitogenéticos e agro-genéticos)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Governo ▪ Universidades e Institutos de Pesquisa
	A29. Elaborar/suportar e implementar um programa de conservação de	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Governo ▪ Universidades e

domésticos com valor económico e cultural	recursos genéticos (fitogenéticos e agro-genéticos)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Institutos de pesquisa ▪ Comunidades
	A30. Incentivar a implementação de programas de cruzamentos de raça de animais de criação doméstico e das variedades cultivadas de forma a melhorar esses recursos biológicos sem perder as melhores características do património genético local existente	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Governo ▪ Universidades e Institutos de pesquisa ▪ Comunidades
	A31. Realizar intercâmbios e estabelecer protocolos com instituições ligadas à preservação genética	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Governo ▪ Universidades e Institutos de pesquisa
Prioridade Nacional 5. Valorizar e aumentar a resiliência dos ecossistemas		
9. Até 2025, Cabo Verde reforça a protecção, melhora a conectividade e recupera os seus ecossistemas chave para que estes continuem a prover serviços essenciais à economia e ao bem-estar da população	A32. Identificar a biodiversidade e ecossistemas provedores de serviços essenciais prioritários, de particular valor para a biodiversidade e as populações mais vulneráveis (mulheres e mais pobres) e promover a sua protecção e monitorização	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Governo ▪ Universidades e Institutos de pesquisa ▪ Parceiros internacionais ▪ Setor privado ▪ ONG e comunidades
	A33. Realizar um diagnóstico dos ecossistemas degradados e seleccionar aqueles chave a recuperar, em benefício da conservação da biodiversidade e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Governo ▪ Áreas Protegidas ▪ Universidades e Institutos de pesquisa ▪ ONG
	A34. Elaborar e implementar plano de acção para o controlo e extracção sustentável de inertes	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Governo ▪ Universidades (nacionais e internacionais) ▪ Sector privado
	A35. Reforçar a conectividade existente entre os ecossistemas prioritários por meio de corredores ecológicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Governo ▪ Áreas Protegidas ▪ ONG e comunidades
	A36. Reforçar os projetos e programas de gestão participativa das áreas protegidas em benefício das comunidades locais e, em particular das mulheres	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Areas Protegidas ▪ ONG e comunidades
	A37. Implementar Programas de formação em gestão participativa para os técnicos e comunidades locais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Areas Protegidas ▪ ONG e comunidades ▪ Parceiros internacionais
10. Até 2018, todas as estratégias e planos de conservação nacionais aprovados integram elementos de resiliência e adaptação às	A38. Incluir elementos de resiliência às mudanças climáticas na elaboração/revisão dos Planos de Gestão e Planos de Ação de Conservação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Governo ▪ Areas Protegidas ▪ ONG e comunidades

mudanças climáticas	A39. Desenvolver ações para aumentar a contribuição da biodiversidade à resiliência dos ecossistemas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Governo ▪ ONG e comunidades ▪ Setor privado
	A40 Desenvolver e implementar um programa de conservação de solos e água (CSA) visando o combate da erosão, aumentando a disponibilidade hídrica e evitando a perda de biodiversidade nas áreas protegidas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Governo ▪ ONG e comunidades ▪ Setor privado
	A41 Aperfeiçoar e implementar o sistema de monitorização dos efeitos das mudanças climáticas sobre a biodiversidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Governo ▪ Universidades e Institutos de pesquisa ▪ ONG e comunidades
11. Protocolo de Nagoya implementado até 2015	A42 Ratificar o Protocolo de Nagoya	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Governo ▪ ONG e comunidades
	A43. Inventariar os Recursos genéticos do país e possíveis utilizações em observância das directrizes do protocolo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Governo ▪ ONG e comunidades ▪ Universidades nacionais e internacionais ▪ CBD
	A44. Harmonizar a legislação nacional com o Protocolo de Nagoya	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Governo
	A45. Implementar actividades de sensibilização dirigida aos utilizadores dos recursos genéticos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Governo ▪ ONG e comunidades
Prioridade Nacional 6. Aumento do conhecimento, monitorização e avaliação da biodiversidade		
12. Até 2015, Cabo Verde terá adoptado a EPANB como instrumento de política e começado a implementá-la com a ampla participação de todos os setores chave da sociedade	A46. Avaliar a implementação da EPANB - Monitorizar e avaliar os estudos de caso propostos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Governo ▪ ONG e comunidades ▪ Parceiros internacionais
	A47. Rever, actualizar, adequar e implementar toda a legislação ambiental pertinente	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Governo
13. Até 2025, as comunidades locais têm uma participação plena e efectiva na	A48. Compilar e analisar a pertinência e valor de toda a informação e conhecimento tradicional	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Governo ▪ ONG e comunidades ▪ Universidades e

implementação dos programas de conservação e seu conhecimento tradicional é valorizado	existente no uso da biodiversidade (estudo de saberes locais e praticas tradicionais)	institutos de pesquisa
	A49. Promover a troca de conhecimentos (tradicionais e científicos) de forma a valorizar o papel do conhecimento tradicional na conservação da BD	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Universidades e Institutos de pesquisa ▪ ONG e comunidades
	A50. Implementar plano de capacitação das associações, ONG e grupos mais vulneráveis	<ul style="list-style-type: none"> ▪ ONG ▪ Áreas Protegidas ▪ GEF-SGP
	A51. Aumentar as oportunidades de emprego das comunidades locais na conservação da biodiversidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Governo ▪ ONG ▪ Setor privado
14. Até 2025, o conhecimento científico e empírico contribuirá para a conservação da biodiversidade de Cabo Verde	A52. Compilar e divulgar toda a informação existente sobre a biodiversidade, as causas e conseqüências da sua perda, os serviços dos ecossistemas e outros relevantes	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Governo
	A53. Avaliar e priorizar as necessidades de conhecimento sobre a biodiversidade e de capacitação dos profissionais na área para melhor definição de medidas de conservação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Governo ▪ Universidades e Institutos de pesquisa ▪ ONG
	A54. Elaborar e implementar uma estratégia de fomento à pesquisa aplicada à biodiversidade nacional (componentes terrestres e marinhos) e uso sustentável dos recursos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Governo ▪ Universidades e Institutos de pesquisa ▪ Setor privado
	A55. Implementar plano de capacitação dos profissionais da área aplicando o princípio "learning by doing"	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Governo ▪ Universidades e Institutos de pesquisa
	Prioridade Nacional 7. Mobilização de fundos	
15. Até 2025, Cabo Verde terá mobilizado os recursos financeiros necessários para a implementação da estratégia	A56. Desenvolver e implementar um plano de mobilização de recursos necessários para a implementação da Estratégia	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Governo ▪ Municípios ▪ ONG ▪ Parceiros internacionais
	A57. Incorporar no orçamento do Ministério do Ambiente e de outros ministérios relevantes (i.e pescas, agricultura, turismo, infra-estruturas) actividades para a implementação da estratégia	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Governo

	A58. Promover a criação e funcionamento de uma plataforma de instituições, por ilha, visando uma gestão otimizada dos recursos	<ul style="list-style-type: none">▪ Governo▪ Municípios
	A59. Promover a convergência / integração dos Planos, Programas e Projetos e analisar as dotações previstas em actividades similares para redução de custos e garante de recursos extras para a implementação da Estratégia	<ul style="list-style-type: none">▪ Governo▪ Municípios▪ ONG▪ Parceiros internacionais

Seguimento e monitorização



11. Seguimento e monitorização

A implementação de uma Estratégia e Plano de Ação Nacional sobre a Biodiversidade implica desafios tanto do ponto de vista institucional, técnico e financeiro. Muitas das vezes, durante a sua implementação encontram-se obstáculos e situações que dificultam ou impedem a sua materialização colocando em risco o alcance das metas propostas.

Assim, o sistema de seguimento e monitorização constitui um instrumento fundamental para assegurar a interação entre o planeamento e a execução, possibilitando a correção de desvios e retroalimentação permanente de todo o processo de planeamento, potencializando a experiência adquirida com a execução do Plano.

Devido à mudança situacional da realidade e das eventuais mudanças do ambiente de implementação, a Estratégia e Plano de Ação Nacional sobre a Biodiversidade constitui um instrumento orientador das ações ligadas à conservação e valorização da Biodiversidade e, por conseguinte, deve ser concebido de forma flexível e dinâmica, como um processo gradativamente aprimorado.

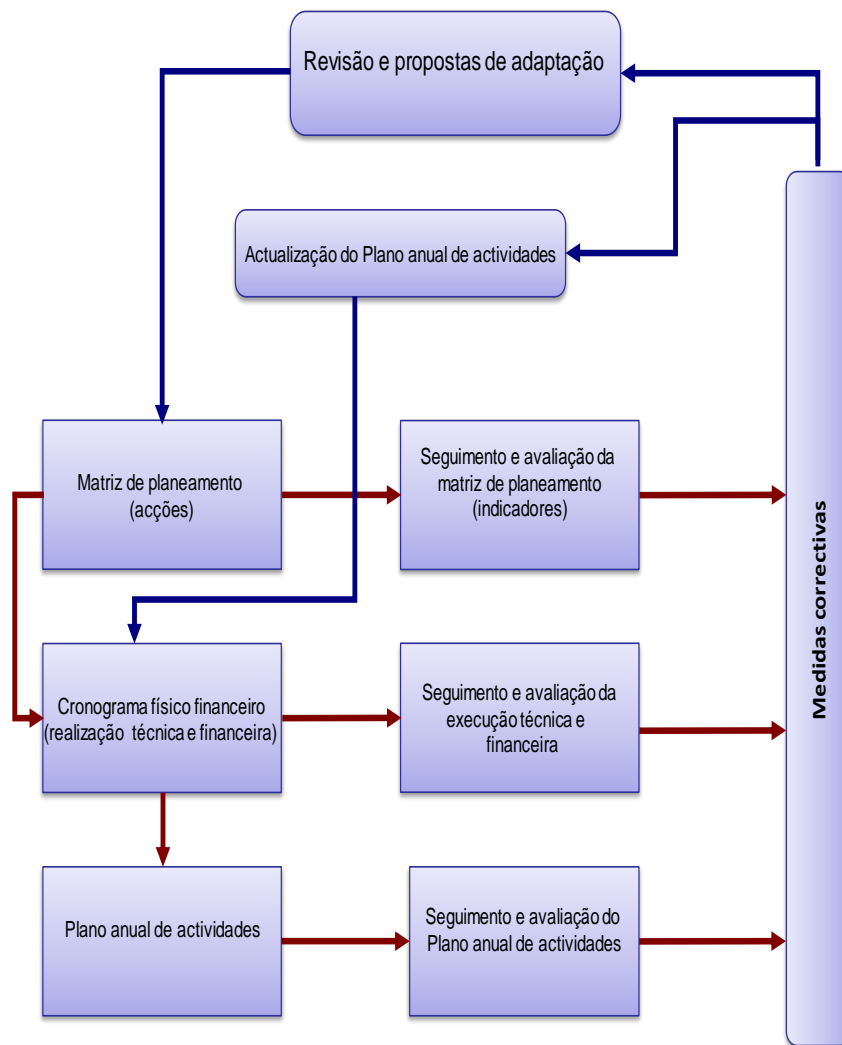
Neste sentido, o papel do sistema de seguimento e monitorização ultrapassa o simples acompanhamento da implementação, pois além de documentar sistematicamente o processo, avalia os desvios na execução das ações propostas, realizando um prognóstico das possibilidades de alcance dos objetivos e metas definidas, recomendando as ações corretivas para ajuste ou replaneamento. O sistema de seguimento e monitorização deve por um lado assegurar o cumprimento das ações planeadas e por outro, deve ter a capacidade de propor reajustes ao Plano de Ação de elaborado em caso de eventuais mudanças de contexto e de ambiente externo que possam surgir.

O seguimento e monitorização da Estratégia Nacional e Plano de Ação sobre Biodiversidade deve assegurar a coordenação permanente e sistemática da equipa de implementação bem como a integração das ações previstas no EPANB com os demais planos e políticas nacionais e diversos intervenientes implicados.

Por outro lado, deverá haver também um seguimento externo, realizado de forma periódica ou circunstancial, pelo Comité nacional de seguimento designado pelo Conselho Nacional de Ministros responsável pela área do Ambiente.

O esquema de seguimento e monitorização proposto é segundo a figura seguinte:

Figura 4. Esquema de seguimento e monitorização da EPANB



A avaliação da implementação da Estratégia Nacional e Plano de Ação da Biodiversidade deve ser realizada anualmente e de forma sistemática pela equipe técnica de coordenação ou pelo comité de seguimento proposto, com base nos relatórios de seguimento produzidos.

No primeiro trimestre de cada ano, o comité de coordenação deverá apresentar um relatório técnico anual de acompanhamento. Este relatório deverá permitir identificar: o grau de realização do plano de execução anual, os progressos alcançados na direção dos objetivos da EPANB e as propostas de orientação para o plano de execução anual do período seguinte. Da apreciação deste relatório e das propostas nele apresentados, as entidades governamentais envolvidas decidirão em relação às orientações e prioridades das ações de conservação.

Para permitir reajustes regulares necessários e o cumprimento das metas preconizadas, a execução da presente Estratégia, deve ser alvo de avaliação de três em três anos, com base num relatório elaborado com as contribuições setoriais dos diferentes ministérios e demais entidades envolvidas.

Estas avaliações a cada 3 anos devem ser coordenadas pela Direção Geral do Ambiente, e deve ser aprovada pela Comissão de Coordenação Interministerial, criada mediante parecer prévio do Conselho Nacional do Ambiente. As mesmas devem considerar, entre outros aspectos, as taxas de implementação, a disponibilidade de recursos e a contribuição para a conservação efetiva dos recursos biológicos de Cabo Verde e sua utilização racional. A contribuição dos diferentes ministérios para este processo de avaliação, incluirá uma referência expressa sobre a adequação ou necessidade de revisão dos instrumentos de planeamento estratégico setorial existentes, bem como sobre a pertinência da elaboração de planos de Ação adicionais.

Na avaliação em causa, que deve articular-se sempre que possível com a avaliação promovida no âmbito da Convenção sobre a Diversidade Biológica, devem ter-se em conta os Relatórios anuais sobre o Estado do Ambiente, apresentados pelo Governo à Assembleia Nacional da República, os quais traduzem a evolução da situação de referência e passarão a incluir uma menção específica ao desenvolvimento da presente Estratégia. A avaliação

deve apoiar-se, sempre que possível, na análise de indicadores que permitam avaliar de forma objectiva, a evolução do estado de conservação da Biodiversidade, a situação das espécies, dos habitats e dos ecossistemas, bem como a eficácia dos planos e programas aplicados.

A avaliação de implementação da Estratégia Nacional e Plano de Ação da Biodiversidade deve ter em conta os indicadores apresentados, com especial atenção aos indicadores relativos à taxa efetiva de conservação e recuperação dos habitats e populações de espécies ameaçadas, às iniciativas descentralizadas de conservação e de gestão, bem como à promoção de atividades de utilização sustentável da Biodiversidade.

A avaliação deve ser capaz de convergir para a formulação de recomendações destinadas a aperfeiçoar a execução da Estratégia, sempre que possível indicando as medidas adequadas que importa adoptar, rever ou incrementar tendo em vista a prossecução dos objetivos visados.

12. Bibliografia

Aguiar-Menezes Elen de Lima, Alice Teodoro Lixa. 2010.

Artur Campos Dália Maia, Clemens Schlindwein, Daniela Maria Almeida Ferraz Navarro, and Marc Gibernau 2010. Pollination of *Philodendron acutatum* (Araceae) in the Atlantic Forest of Northeastern Brazil: a single scarab beetle species guarantees high fruit set

Banco de Cabo Verde (2013). Relatório do Conselho de Administração: Relatório e Contas 2012.

Bannerman, D. A. & W.M. Bannerman (1968) History of the birds of the Cape Verde Islands. 458 pp Edinburgh

Benchimol C., Patrice Francour, & Michael Lesourd (2009). The preservation of marine biodiversity in West Africa, the Case of Cape Verde Islands: proposal of a new biodiversity policy management. Paper apresentado no I Congresso de Desenvolvimento Regional de Cabo Verde.APDR., 6 a 11 Julho 2009.

Benchimol,C., M.T.Vera-Cruz & Katya Neves (2014). Causas e Consequências da Perda da Biodiversidade Nacional e a sua Relação com o Bem-estar Humano. Direcção Geral do Ambiente – MAHOT, 205 pp.

Bernasconi, L. (2007). Serra Malagueta - Relatório Florestal. Integrated Participatory Ecosystem Management in and around Protected Areas, Phase 1 , Governo de Cabo Verde/GEF/UNDP, Serra Malagueta, Cabo Verde

BIOS.CV (2012). Relatório Ecoturismo Tartarugas. 12 pp.

Borges A., 2007; O estado da arte da educação de Cabo Verde Ambiental em Cabo Verde– I Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países Lusófonos e Galiza. Santiago de compostela

- Brochmann, C.O., H. Rustan, W. Lobin & N. Kilian. (1997). The endemic vascular plants of Cape Verde Islands, W. Africa. *Sommerfeltia Cabo Verde*. 181 pp.
- Carqueijeiro, E. et al (2013). Planos de Gestão e Ecoturismo- Projecto Consolidação do Sistema de Áreas Protegidas de Cabo Verde, GEF/UNDP/MAHOT, Praia Cabo Verde
- Carqueijeiro, E. et al., (2013). Planos de Gestão e Ecoturismo- Projecto Consolidação do Sistema de Áreas Protegidas de Cabo Verde, GEF/UNDP/MAHOT, Praia Cabo Verde
- Cassiolato Martha e Simone Guerresi (2010). Como elaborar Modelo Lógico: roteiro para formular programas e organizar avaliação. Ipea Instituto de Pesquisa Economica Aplicada. Brasília, Setembro 2010 #6
- Cesarini D. and Furtado A., (2006). Preliminary ecological report- Serra Malagueta Natural Park. Integrated Participatory Ecosystem Management In and Around Protected Areas (Phase I) Government of Cape Verde/GEF/UNDP, Serra Malagueta, Cape Verde 108pp.
- DGA (2014). Relatório Nacional da Campanha de Conservação das Tartarugas Marinhas em Cabo Verde, 2013.
- FEAPA (2012). Avaliação socioeconómica do Plano de Gestão das Pescas e do Plano de Gestão do Complexo de Áreas Protegidas de Santa Luzia e Ilhéus Branco e Raso: Estudo preliminar sobre o impacto socioeconómico dos Planos nos pescadores artesanais do Complexo de Áreas Protegidas de Santa Luzia, Ilhéus Branco e Raso, 141 pp.
- Freitas Rui. 2013. Biology Of Reef Fish From Cape Verde Islands Community Structure & Biogeography of Reef Fish from Cape Verde. DECM- UNICV, Cape Verde – 22 April 2013.

- Gomes, S. F. (2011). Avaliação do impacte de apanha de areia e extração de inertes na Ribeira da Barca, Ilha de Santiago, Cabo Verde, Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa, p.82
- González, J.A. & O. Tariche (editores) (2009) Um olhar sobre a biodiversidade marinha e bases para a sua gestão sustentável. Potenciais recursos pesqueiros de profundidade de Cabo Verde /Una mirada sobre la biodiversidad marina y bases para su gestión sostenible. Recursos pesqueros potenciales de profundidad de Cabo Verde. Presidencia del Gobierno de Canarias / Fundación Universitaria de Las Palmas. Las Palmas de Gran Canaria: 176 pp.
- Hazevoet Cornelis J. , Vanda Monteiro , Pedro López 3, Nuria Varo, Gergely Torda 5, Simon Berrow 6 & Barbara Gravanita . 2010.Recent data on whales and dolphins (Mammalia: Cetacea) from the Cape Verde Islands, including records of four taxa new to the archipelago *Zoologia Caboverdiana* 1 (2): 75-99 ISSN 2074-5737
- INDP (2003). Boletim Estatístico das pescas nº 12, Dados Sobre Pesca Artesanal, Pesca Industrial, Conservas e Exportações, Ano de 2003, Mindelo, São Vicente, Cabo Verde, 93p.
- INDP (2004). Boletim Estatístico das pescas nº 13, Dados Sobre Pesca Artesanal, Pesca Industrial, Conservas e Exportações, Ano de 2004, Mindelo, São Vicente, Cabo Verde, 79p.
- INDP (2005). Boletim Estatístico das pescas nº14, Dados Sobre Pesca Artesanal, Pesca Industrial, Conservas e Exportações, Ano de 2005, Mindelo, São Vicente, Cabo Verde, 83p.
- INDP (2006). Boletim Estatístico das pescas nº15, Dados Sobre Pesca Artesanal, Pesca Industrial, Conservas e Exportações, Ano de 2006, Mindelo, São Vicente, Cabo Verde, 87p.
- INDP (2007). Boletim Estatístico das pescas nº16, Dados Sobre Pesca Artesanal, Pesca Industrial, Conservas e Exportações, Ano de 2007, Mindelo, São Vicente, Cabo Verde, 85p.

- INDP (2008). Boletim Estatístico das pescas nº17, Dados Sobre Pesca Artesanal, Pesca Industrial, Conservas e Exportações, Ano de 2008, Mindelo, São Vicente, Cabo Verde, 77pp.
- INDP (2009). Boletim Estatístico das pescas nº 18, Dados Sobre Pesca Artesanal, Pesca Industrial, Conservas e Exportações, Ano de 2009, Mindelo, São Vicente, Cabo Verde, 74pp.
- INDP (2011). Boletim Estatístico das pescas nº 20, Dados Sobre Pesca Artesanal, Pesca Industrial, Conservas e Exportações, Ano de 2011, Mindelo, São Vicente, Cabo Verde, 82pp
- INDP (2012). Boletim Estatístico das pescas nº 21, Dados Sobre Pesca Artesanal, Pesca Industrial, Conservas e Exportações, Ano de 2012, Mindelo, São Vicente, Cabo Verde, 83pp
- INDP (2010). Boletim Estatístico das pescas nº 19, Dados Sobre Pesca Artesanal, Pesca Industrial, Conservas e Exportações, Ano de 2010, Mindelo, São Vicente, Cabo Verde, 77pp.
- INIDA- MAA, (2008). Plano de Conservação das Aves Marinhas de Cabo Verde. Projecto de conservação marinha e costeira.
- Int. J. Plant Sci. 171(7):740–748. 2010.
- Lopes, E. (2010). A problemática da apanha de inertes na ilha de Santiago (Cabo Verde), Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, 106 pp.
- MAAE (1999). Rapport National sur L'Etat de la Biodiversite. SEPA
- MAHOT (2013) Livro Branco do Estado do Ambiente. Direcção Geral do Ambiente
- Medina R. (2007). Estudo sobre o Inventário e Análise da Legislação Nacional existente relacionada com a Protecção Marinha e Costeira. Projet de conservation marine et còtière du Cap Vert, DGA/WWF

- Millennium Ecosystem Assessment (2009). Ecosistemas e Bem-Estar Humano: Resultados da Avaliação para Portugal do Millennium Ecosystem Assessment. 734 p. Sumário Executivo. 8 pp.
- Pereira Serra M. C. 2006. O valor da purgueira na economia de Cabo Verde
- Peter Wirtz, Alberto Brito, Jesús M. Falcón, Rui Freitas, Ronald Fricke, Vanda Monteiro, Francisco Reiner & Oksana Tariche. 2013 The coastal fishes of the Cape Verde Islands – new records and an annotated check-list (Pisces) SPIXIANA 36 1 113-142 München, September 2013 ISSN 0341-8391
- Plano Regional de Santo Antão 1991. Fase II Perspectivas e Esboço de Conteúdo
- Ponto e Vírgula, 2006 Revista de intercâmbio cultural 1983-1987 facsimile das revistas editadas no Mindelo
- Programa do Governo da VII legislatura 2006-2011
- Programa do Governo da VIII Legislatura 2011-2016
- Raquel Vasconcelos, José Carlos Brito, Sílvia B. Carvalho, Salvador Carranza, D. James Harris. 2012. Identifying priority areas for island endemics using genetic versus specific diversity – The case of terrestrial reptiles of the Cape Verde Islands. *Biological Conservation* 153 (2012) 276–286
- Relatório Anual de Actividades de 2007 do Parque Natural de Serra Malagueta
- Schatz (1990), Vera-Cruz, M.T. 1999. Plantas medicinais existentes em Santiago. INIDA, S. Jorge dos Orgãos. Cabo Verde
- Schatz GE 1990 Some aspects of pollination biology in Central American forests. Pages 69–84 in KS Bawa, M Hadley, eds. *Reproductive ecology of tropical forest plants*. Parthenon, Paris.
- Wranik Wolfgang. 2007. Faunistic survey Serra Malagueta Natural Park (Santiago Island) Monte Gordo Natural Park (São Nicolau Island) Republica de Cabo Verde Parte I: Vertebrates. Documento preparado no âmbito do Projecto CVI/03/007 Gestão

Integrada e Participativa dos ecossistemas nas Áreas Protegidas, Fase I Ministério do Ambiente e Agricultura da Republica de Cabo Verde

13. Anexos

Anexo 1. Quadro Estratégico de Objectivos, Metas e Indicadores

Quadro Estratégico de Objectivos, Metas e Indicadores					
Objectivos	Meta	Indicador	Valor de referência	Meios de verificação	Riscos e Pressupostos
Objectivo A: Abordar as causas subjacentes da perda de biodiversidade através da integração da biodiversidade em todos os âmbitos governamentais e da sociedade	1. Até 2030, a sociedade estará consciente da importância e dos valores da biodiversidade e das medidas necessárias para a sua conservação e utilização sustentável	<ul style="list-style-type: none"> – 60% dos sectores (media, ONG, privado) capacitados a nível da conservação da Biodiversidade – Número e qualidade de programas e/ou materiais de educação implementados Número de pessoas (individuais e colectivas) participando em actividades de conservação da biodiversidade 		Avaliação anual do Departamento responsável pela Comunicação Relatório anual da Entidade Ambiental Programas televisivos e radiofónicos nacionais Resultados da sondagem nacional	DGA disponha de um banco de dados da Biodiversidade de Cabo Verde actualizado Que sejam atribuídos meios necessários ao Departamento responsável pela comunicação Que sejam utilizados meios adequados para cada público-alvo
	2. Até 2025, os valores ecológicos, económicos e sociais da biodiversidade estarão integrados nas estratégias e nos processos de planeamento nacional e local e de redução da pobreza, sendo devidamente incorporados nas contas nacionais	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de um quadro legal para a Avaliação Ambiental Estratégica - AAE - Implementação da AAE em todos os níveis de planificação no tocante à biodiversidade - Avaliação económica da biodiversidade nos ecossistemas prioritários - Integração dos valores da Biodiversidade nos Planos e Estratégias Nacionais 		Relatórios de AAE realizadas Relatório da avaliação económica da biodiversidade nos ecossistemas prioritários Planos e Estratégias Nacionais que integram a biodiversidade	Que a população seja receptiva à sensibilização e formação

Quadro Estratégico de Objectivos, Metas e Indicadores					
Objectivos	Meta	Indicador	Valor de referência	Meios de verificação	Riscos e Pressupostos
<p>Objectivo A: Abordar as causas subjacentes da perda de biodiversidade através da integração da biodiversidade em todos os âmbitos governamentais e da sociedade</p> <p>(Cont.)</p>	<p>3. Até 2025 o governo, as empresas e a sociedade civil, implementam planos e medidas para assegurar a produção e o consumo sustentáveis, mantendo os impactos do uso dos recursos naturais dentro de limites ecológicos seguros</p>	<ul style="list-style-type: none"> – # de empresas com um sistema de gestão da qualidade e/ou ambiente implementados – # de planos/estratégias submetidos a Avaliação Ambiental Estratégica (PDM/PDU/ZDTI) – 50% de penetração de energia renováveis a nível nacional – Planos de Gestão das Pescas/das Áreas Protegidas avaliados de forma estratégica 	<p>Pelo menos 7 empresas certificadas ISO 9001:2008, tendo uma também certificação ambiental</p> <p>Electra (2012): 0,8% eólica; 6,5% solar</p>	<p>Relatórios anuais do Instituto de Gestão da Qualidade</p> <p>Relatórios de AAE de PDM/PDU/ZDTI</p> <p>Relatórios anuais da Caboeólica e Electra</p>	

Quadro Estratégico de Objectivos, Metas e Indicadores					
Objectivos	Meta	Indicador	Valor de referência	Meios de verificação	Riscos e Pressupostos
Objectivo B: Reduzir as pressões directas sobre a biodiversidade e promover o uso sustentável da mesma	4. Até 2018, identificar e controlar as fontes de poluição para níveis que não sejam prejudiciais para o normal funcionamento dos ecossistemas	<ul style="list-style-type: none"> – Pelo menos 1 auditoria de inspecção ambiental realizada por ano – Um sistema de monitorização da qualidade ambiental elaborado e implementado – Identificadas pelo menos 3 fontes concretas de poluição 		Relatórios anuais de auditoria Relatórios de monitorização ambiental Relatórios de implementação de ações e de programas de controlo das fontes de poluição	Descontinuidade de financiamento
	5. Até 2020, os recursos marinhos de interesse económico serão geridos de forma sustentável	<ul style="list-style-type: none"> – Pelo menos 4 ecossistemas marinhos sensíveis monitorizados (1 AMP no Sal; 1 AMP no Maio; 1 AMP na Boavista; AMP Santa Luzia); – Pelo menos 6 Populações e/ou espécies sub-explorados identificadas (grandes pelágicos/pequenos pelágicos/lagosta/búzio); – 5 práticas destrutivas nas pescas eliminadas (explosivos; garrafa; <i>fining</i>; arrasto; captura em época de defeso) – 4 AMP operacionais (Santa Luzia/Sal/Boavista/Maio); – 8 recursos haliêuticos com medidas de gestão adequadas (tunideos, lagosta rosa, cavala, chicharro, dobrada, Tubarão, demersais, búzio) 		Relatórios de monitorização das AMP Relatórios de seguimento da implementação dos planos de gestão das pescas e espécies prioritárias Relatórios anuais de gestão das AMP de Santa Luzia, Sal, Boavista e Maio	

Quadro Estratégico de Objectivos, Metas e Indicadores					
Objectivos	Meta	Indicador	Valor de referência	Meios de verificação	Riscos e Pressupostos
<p>Objectivo C: Melhorar o estado da biodiversidade, salvaguardando ecossistemas, espécies e diversidade genética.</p>	<p>6. Até 2025, pelo menos 20% das áreas terrestres e 5% das zonas costeiras e marinhas, ecologicamente representativas e importantes serão conservadas através de um sistema coerente de AP</p>	<ul style="list-style-type: none"> – 20 Áreas protegidas prioritárias (marinhas e terrestres) com gestão efectiva – 80.660 Ha de áreas protegidas terrestres e ...Ha de áreas marinhas do país protegidas – Pelo menos 65% de implementação do plano anual da Entidade Responsável pela Gestão das Áreas Protegidas 	<p>3 áreas protegidas com gestão efectiva (10 194,5 ha)</p>	<p>Publicação no boletim oficial dos limites e planos de gestão das áreas protegidas (marinhas e terrestres)</p> <p>Seguimento anual das áreas totais protegidas (ha)</p> <p>Relatórios anuais da Entidade Responsável pela Gestão das Áreas Protegidas</p>	<p>Crescimento e demanda de espaços naturais para agricultura</p> <p>Mudanças climáticas que resultam em secas prolongadas</p> <p>Descontinuidade de financiamento incêndios florestais</p>

Quadro Estratégico de Objectivos, Metas e Indicadores					
Objectivos	Meta	Indicador	Valor de referência	Meios de verificação	Riscos e Pressupostos
<p>Objectivo C: Melhorar o estado da biodiversidade, salvaguardando ecossistemas, espécies e diversidade genética</p> <p>(Cont.)</p>	7. Até 2025, as espécies marinhas e terrestres ameaçadas e prioritárias serão preservadas e valorizadas	<ul style="list-style-type: none"> – Actualização/Nova lista vermelha das espécies ameaçadas elaborada – 7 planos de conservação e de monitorização de espécies ameaçadas prioritárias (marinhas 5 (tubarão, corais, tartarugas, baleia, aves marinhas) e terrestres 2 (Tchota-cana, Garça vermelha, reptéis)) implementados – Pelo menos # de espécies invasoras com programa de controlo implementado. – 2 Projetos-pilotos de valorização sustentável da biodiversidade marinha ou terrestre de Cabo Verde (mergulho de observação, cultura tradicional de cura) implementados – Pelo menos 25% de diversidade de espécies endémicas conservadas nos ecossistemas de origem (maioria estão inseridas nas APs) – Pelo menos 3 espécies endémicas terrestres comprovados cientificamente das suas propriedades de cura (utilizada na medicina tradicional) 	Lista Vermelha de Cabo Verde	<p>Nova lista vermelha de Cabo Verde</p> <p>Relatórios anuais de conservação e de monitorização de espécies prioritárias</p>	
	8. Até 2025, conhecer e proteger o património genético das plantas cultivadas e dos animais domésticos com valor económico e cultural	<ul style="list-style-type: none"> – Número de inventário de recursos fitogenéticos elaborados e ou actualizados – Nº de diplomas legais (sementes) aprovados – Patentear pelo menos x variedades de plantas de valor económico e cultural 		<p>Inventário de recursos fitogenéticos</p> <p>Publicações no boletim oficial de diplomas legais</p>	

Quadro Estratégico de Objectivos, Metas e Indicadores					
Objectivos	Meta	Indicador	Valor de referência	Meios de verificação	Riscos e Pressupostos
Objectivo D: Aumentar os benefícios da biodiversidade e dos serviços do ecossistema para todos	9. Até 2025, Cabo Verde reforça a protecção, melhora a conectividade e recupera os seus ecossistemas chave para que estes continuem a prover serviços essenciais à economia e ao bem-estar da população	<ul style="list-style-type: none"> – Número de projetos e programas desenvolvidos nas áreas protegidas através de gestão participativa – N° de projetos de investimento avaliados com base em critérios socio-ambientais pré-definidos 	Vários projetos desenvolvidos em 3 áreas (PNSM, PNF, PNMG) protegidas através de gestão participativa	Relatório da Avaliação Económica dos Serviços dos Ecossistemas Relatórios de monitorização dos projetos e programas desenvolvidos em co-gestão	Descontinuidade do financiamento
	10. Até 2018, todas as estratégias e planos de conservação nacional integram elementos de resiliência e adaptação às mudanças climáticas	<ul style="list-style-type: none"> – # de Planos que integram elementos de resiliência às mudanças climáticas – 50% de incidência de uso de energias limpas a nível nacional – # de áreas protegidas identificadas como sendo mais susceptíveis aos efeitos das mudanças climáticas com projetos de mitigação/adaptação implementados 		Planos de conservação e estratégias que integram elementos de resiliência Relatórios anuais de seguimento dos planos e estratégias	
	11. Protocolo de Nagoya implementado até 2015	<ul style="list-style-type: none"> – Protocolo de Nagoya ratificado até 2014 – Protocolo de Nagoya implementado e harmonizado com a legislação nacional 		Publicação no Boletim Oficial da ratificação do Protocolo de Nagoya Relatórios de monitorização da implementação do Protocolo	

Quadro Estratégico de Objectivos, Metas e Indicadores					
Objectivos	Meta	Indicador	Valor de referência	Meios de verificação	Riscos e Pressupostos
Objectivo E: Aumentar a implementação por meio de planeamento participativo, gestão de conhecimento e capacitação	12. Até 2015, Cabo Verde terá adoptado a ENPAB como instrumento de política e começado a implementá-la com a ampla participação de todos os sectores chave da sociedade	<ul style="list-style-type: none"> – Aprovação do ENPAB pelo Conselho de Ministros – Implementação da ENPAB em curso – Inclusão e participação de todos os parceiros na implementação da ENPAB – % do orçamento do Estado alocado para a ENPAB 		Publicação no Boletim Oficial da ENPAB Relatórios anuais de seguimento da implementação da ENPAB Relatórios nacionais de biodiversidade Orçamento anual do Estado	Descontinuidade do financiamento
	13. Até 2025, as comunidades locais têm uma participação plena e efectiva na implementação dos programas de conservação e seu conhecimento tradicional é valorizado	<ul style="list-style-type: none"> – Pelo menos 15 de comunidades locais participam na conservação da biodiversidade nas áreas protegidas – Pelo menos 20 projetos de capacitação e conservação de recursos para as comunidades locais por ano – Pelo menos # de projetos GEF SGP financiados as comunidades locais anualmente que promovem a conservação da biodiversidade – Um projecto-piloto desenvolvido seguindo os princípios da Iniciativa Satoyama – Pelo menos 7 iniciativas de integração da conservação e valorização da biodiversidade inseridas no planeamento e formulação de ações comunitárias 	7 Comunidades locais participam na conservação da biodiversidade nos parques naturais de Serra Malagueta, do Fogo e do Monte Gordo Projetos financiados anualmente pelo GEF-SGP para a conservação da biodiversidade	Relatórios dos projetos implementados Relatórios anuais da Entidade Responsável pela Gestão das Áreas Protegidas Fotos de actividades de conservação com comunidades Relatórios anuais de progresso do GEF-SGP	Descontinuidade do financiamento

Quadro Estratégico de Objectivos, Metas e Indicadores					
Objectivos	Meta	Indicador	Valor de referência	Meios de verificação	Riscos e Pressupostos
Objectivo E: Aumentar a implementação por meio de planeamento participativo, gestão de conhecimento e capacitação (Cont.)	14. Até 2025, o conhecimento científico e empírico contribuirá para a conservação da biodiversidade de Cabo Verde	<ul style="list-style-type: none"> – Pelo menos 5 programas de investigação sobre a biodiversidade implementados – Pelo menos 10 estudos sobre espécies/ecossistemas realizados – 1 base de dados sobre espécies realizada e actualizada periodicamente – Pelo menos 2 listas vermelhas publicadas – Nº de inventários continuados de espécies usados na implementação da CBD – Pelo menos 5 habitats restaurados – Pelo menos 2 publicações sobre o conhecimento empírico 	1 lista vermelha publicada	Publicações científicas Base de dados de espécies Publicação da lista vermelha de Cabo Verde Relatórios nacionais de biodiversidade Listagem das universidades nacionais com programas de investigação da biodiversidade implementados	Descontinuidade do financiamento
	15. Até 2025, Cabo Verde terá mobilizado 70% dos recursos financeiros necessários para a implementação da estratégia	<ul style="list-style-type: none"> – % do orçamento anual do MAHOT dedicado à implementação da Estratégia – % de recursos mobilizados – % do sector privado envolvidos na implementação da Estratégia – % do orçamento da cooperação multilateral envolvidos na implementação da Estratégia – % do orçamento da cooperação bilateral envolvidos na implementação da Estratégia 	Orçamento anual das Áreas protegidas assegurado pelo MAHOT GEF: 8 milhões de dólares entre 2006 e 2013 (inclui ações da primeira Estratégia) GEF-SGP: 1 milhão e oitocentos mil dólares nos últimos 5 anos (2009 -2013)	Relatório de execução do orçamento anual do MAHOT e outras instituições do Estado na área da biodiversidade Relatórios de execução orçamental do GEF-SGP	

Anexo 2. Ações e atividades específicas

Ações	Atividades específicas
A1: Sensibilizar os diversos setores da sociedade (população, organismos públicos e privados, comunidades e media) sobre a importância e valores da biodiversidade e envolvê-los nas atividades de conservação	Desenvolver e implementar uma ampla campanha de comunicação, sensibilização e informação sobre a Estratégia, a importância da biodiversidade e seus valores
	Criar sinergias com a instituição responsável pela implementação do Plano Nacional de Educação Ambiental (i.e desenvolver módulos sobre ambiente, biodiversidade e sua conservação para integração nos currículos escolares, estabelecer centro de comunicação, educação e informação)
	Criar oportunidades de subvenções no domínio da conservação dos recursos, com ênfase no emprego e sustentabilidade nas comunidades locais
A2: Desenvolver e implementar programas de capacitação para reforçar o conhecimento sobre a biodiversidade e sua conservação (organismos públicos, comunidades, ONG, media)	Fazer um levantamento das necessidades de capacitação por grupo alvo
	Identificar formadores, ateliês e outras atividades de capacitação
	Desenvolver os conteúdos das formações
	Implementar programas de capacitação (ateliês, visitas de estudo, de intercâmbio, outros)
	Fazer o seguimento das ações de capacitação.
A3. Desenvolver e implementar estratégia para incentivar e aumentar o envolvimento do setor privado na conservação da biodiversidade	Fazer levantamento da perceção do sector privado sobre a biodiversidade, valor e ações de conservação e boas práticas levadas a cabo
	Fazer levantamento das estratégias, programas e experiências existentes (nacionais e internacionais) de envolvimento do sector privado e exemplos de boas práticas
	Selecionar sectores a priorizar (turismo, construção, agricultura, pesca)
	Desenvolver estratégia de comunicação e de sensibilização por grupo alvo (encontros de socialização da importância da biodiversidade e valor, divulgação da Estratégia e legislação, visitas a áreas protegidas, visitas de intercâmbio para partilha de experiências)
	Promover as boas práticas do sector privado e envolvê-los nas atividades de conservação e celebrações de efemérides relacionadas com o ambiente
	Em parceria com as Câmaras de Comércio e Indústria e de Turismo, realizar sessões de capacitação adaptadas ao sector privado
	Promover a integração da conservação da biodiversidade na estrutura de responsabilidade social das empresas (incluindo no sistema de reporting das mesmas)
	Difundir o "Green Awards"
	A4. Elaborar e implementar planos setoriais integrados (agricultura, florestas, pescas, educação, turismo e construção civil) minimizando os impactos negativos sobre a Biodiversidade
Preparar um guião de procedimentos técnicos e processuais para a integração dos diversos planos setoriais	
Desenvolver planos e programas que integram a biodiversidade e promovam o uso racional dos recursos	
Reforçar a cooperação existente entre os diversos sectores	
Fazer o seguimento dos planos e programas (comité intersectorial)	
A5. Promover a adoção da Abordagem de Gestão de Áreas Integradas (GAI)	Analisar as lacunas existentes e rever os mandatos e responsabilidades de todas as instituições envolvidas na conservação da biodiversidade e ambiente em geral
	Reformular as competências e responsabilidades das diferentes

Ações	Atividades específicas
	entidades evitando conflitos e sobreposição Desenvolver e implementar um projeto piloto de abordagem GAI Assegurar que todos os usos e atividades na área em causa sejam coordenados de acordo com um conjunto de políticas aceites Clarificar e promover a integração efetiva de elementos de conservação da biodiversidade no Documento Estratégico de Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP)
A6. Fazer uma avaliação económica da biodiversidade e ecossistemas prioritários de Cabo Verde (exemplo: Avaliação Ecosistémica do Milénio)	Definir a necessidade de uma avaliação económica da biodiversidade e ecossistemas prioritários e identificar diferentes instrumentos de avaliação existentes Criar um grupo técnico de trabalho, liderado pelo Ambiente, para definir a viabilidade, as necessidades, o contexto e a extensão da avaliação (elaborar projeto base) Envolver continuamente os principais atores (diretos e indiretos) para recolha de subsídios e melhoramento do projeto base (criar um grupo consultivo) Explorar oportunidades de financiamento e elaborar projeto (s) para busca de financiamento Identificar, selecionar e contratar equipa multidisciplinar (técnicos nacionais e internacionais) para a realização da avaliação Reunir grupo técnico de trabalho para apreciar os resultados da avaliação e recolha de subsídios Realizar ateliê de apresentação da avaliação destinado aos técnicos das diferentes instituições públicas e privadas, atores, utilizadores diretos e doadores Definir o “follow-up” da avaliação (integração)
A7. Desenvolver mecanismos para encorajar investimentos e interesse dos operadores económicos na implementação de projetos que integram o uso racional dos recursos naturais e a sua conservação	Fazer levantamento (e identificar lacunas) dos projetos/atividades existentes que integram a utilização de tecnologias e técnicas compatíveis com o uso racional dos recursos Identificar, avaliar os custos e benefícios, e selecionar mecanismos para encorajar o uso sustentável dos recursos por parte dos operadores económicos (subsídios, incentivos fiscais, regulação,...) Promover estudo de caso que ilustra a necessidade de incentivos fiscais ou aduaneiros a empresas que implementam ações concretas de conservação da biodiversidade (ex. Financiamento de planos de gestão de AP, re-exportação de material nocivo) Promover o desenvolvimento de um “Sustainable Finance Toolkit” para o sector do turismo (PwC tem experiência na matéria) Promover a criação de um Conselho Empresarial de Desenvolvimento Sustentável
A8. Promover e implementar a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)	Avaliar o contexto legal, político, institucional e as capacidades existentes para a realização de AAE Definir o quadro legal e normativo para a aplicação de AAE em Cabo Verde Reforçar as capacidades institucionais para a implementação de AAE (Elaborar e implementar programa de capacitação) Elaborar <i>roadmap</i> para apoiar a realização de AAE para sectores chave (turismo, pesca, agricultura)
A9. Promover e desenvolver um sistema de atribuição de selo de qualidade de produto	Identificar e selecionar os sectores e produtos chave para atribuição de selo de qualidade (agricultura, pesca, construção,...) Fazer um levantamento dos sistemas de certificação existentes e identificar o mais apropriado para os produtos selecionados, tendo em conta a credibilidade, a possibilidade de seguimento, a disponibilidade e o custo Criar lei e regulamentação para produtos certificados Criar incentivos (fiscais e financeiros) para estimular a certificação e a demanda por produtos certificados Promover parcerias entre produtores

Ações	Atividades específicas
	Desenvolver e apoiar campanhas de divulgação e promoção de produtos certificados
A10. Desenvolver medidas de mitigação e / ou prevenção para enfrentar casos de desenvolvimento industrial ou turismo que possam ter impactos destrutivos sobre os ecossistemas e espécies.	A desenvolver
A.11 Desenvolver estratégias de compensação (biodiversity <i>offsetting</i>) para o desenvolvimento inevitável ou casos da indústria extrativa, que possa ter impactos negativos, destrutivos e não-reversíveis sobre a biodiversidade.	A desenvolver
A12. Eliminar ou reduzir as fontes de poluição marinha e terrestre	<p>Avaliar a legislação existente e necessidades de reforço em matéria de poluição e outras preocupações relevantes</p> <p>Reforçar a aplicação da legislação</p> <p>Promover, desenvolver e implementar uma política de gestão e valorização dos RSU com vista à conservação dos recursos</p> <p>Elaborar e aprovar planos locais e nacionais de gestão de RSU</p> <p>Diagnosticar impactos à biodiversidade decorrentes de cadeias produtivas e propor alternativas para reduzi-los</p> <p>Fazer um levantamento das principais fontes terrestres de poluição marinha em áreas prioritárias</p> <p>Elaborar e implementar plano de ação para eliminar ou reduzir as fontes terrestres de poluição marinha sobre as áreas prioritárias selecionadas</p> <p>Realizar avaliações periódicas do ambiente nas zonas costeiras e marinhas prioritárias</p> <p>Estabelecer intercâmbio de dados e informações</p> <p>Sensibilizar a população para a redução de consumo e reaproveitamento de resíduos</p> <p>Sensibilizar sectores chave para os efeitos das suas atividades sobre o ambiente (agricultura, turismo, construção)</p>
A13. Elaborar e implementar um sistema de monitorização da qualidade ambiental	<p>Desenvolver uma matriz de indicadores padrão para medir aspetos relacionados com as condições ambientais económicas e sociais</p> <p>Monitorizar o nível de poluição atmosférica através do uso de plantas bioindicadoras</p> <p>Promover a elaboração de relatórios ambientais por municípios</p> <p>Criar um sistema compartilhado de informações da qualidade ambiental</p> <p>Criar um guião para a elaboração de relatórios que incorpora informações sobre o estado da qualidade do ambiente e as relações causais que permitem compreender as razões da degradação ambiental</p> <p>Elaborar e divulgar os relatórios anuais da qualidade ambiental em Cabo Verde</p>
A14. Elaborar e implementar planos de exploração e monitorização de recursos marinhos	<p>Determinar os recursos para os quais é obrigatória a elaboração de planos de exploração</p> <p>Elaborar e implementar planos de exploração de recursos marinhos considerados prioritários, com o envolvimento dos utilizadores diretos</p> <p>Informar e sensibilizar sobre os planos de exploração</p> <p>Desenvolver competências dos recursos humanos responsáveis pelo planeamento, gestão e execução</p> <p>Reforçar a fiscalização e a aplicação da lei</p> <p>Desenvolver indicadores e pontos de referência e assegurar o controlo e desempenho</p>

Ações	Atividades específicas
	Promover estudo ou estudos de caso sobre moratórias como medida de prevenção à proteção de certas espécies, como lagostas, búzios e alguns demersais
A15. Promover a prospeção de novos recursos marinhos incluindo os sensíveis e ou ameaçados de importância económica	<p>Divulgar os resultados do Projeto MARPROF-CV(Potencial dos Novos Recursos Pesqueiros de Águas Profundas de Cabo Verde)</p> <p><i>Follow up</i> das recomendações do projeto</p> <p>Incentivar a criação de uma comissão de avaliação independente dos acordos de pesca assinados</p> <p>Promover o estudo sobre a criação de espaços marinhos em alto mar (montanhas submarinas)</p>
A16. Promover a abordagem ecossistémica na gestão dos recursos marinhos de áreas identificadas	<p>Desenvolver planos de gestão das pescas sob a abordagem ecossistémica</p> <p>Promover o aumento das áreas marinhas protegidas</p> <p>Promover a criação sistema fiável de captura e armazenamento, e tratamento de dados estatísticos sobre as capturas haliêuticas exploráveis</p>
A17. Promover e regulamentar as atividades de valorização dos recursos marinhos	<p>Rever e desenvolver legislação e regulamentos sobre o uso dos recursos marinhos para o turismo e ecoturismo</p> <p>Assegurar a implementação da regulamentação</p>
A18. Melhorar a eficiência de gestão das Áreas Protegidas	<p>Elaborar e implementar planos anuais</p> <p>Padronizar um sistema de avaliação periódica da eficiência de gestão das áreas protegidas (RAPPAM, METT, EoU ou outros)</p> <p>Comunicar os resultados das avaliações a todas as partes interessadas e disponibilizá-los numa base de dados</p> <p>Reforçar as capacidades das equipas de avaliação e de gestão</p> <p><i>Follow-up</i> das recomendações das avaliações</p> <p>Promover a criação de mecanismos de financiamento e de eficiência na gestão das AP</p> <p>Promover a institucionalização da participação pública nos processos de declaração e gestão das AP</p>
A19. Identificar e declarar novas AP	<p>Selecionar novas áreas com base em critérios pré-definidos (i.e representatividade, complementaridade, custo-benefício, outros)</p> <p>Realizar estudos técnicos e definir categorias</p> <p>Envolver os principais atores no processo de seleção e criação de novas áreas protegidas</p> <p>Efetuar procedimentos jurídicos para a criação das áreas</p>
A20. Promover a inserção e a valorização das áreas protegidas no contexto de desenvolvimento nacional	<p>Desenvolver e regulamentar leis nacionais e dentro das áreas protegidas para o turismo e ecoturismo</p> <p>Elaborar código de conduta para o ecoturismo e turismo de natureza nas áreas protegidas</p> <p>Desenvolver projetos de valorização diferenciada da biodiversidade e dos serviços ambientais dos ecossistemas das áreas protegidas (i.e Projeto SAVE-Serra da Estrela; Projeto Arte – Manaus, outros)</p>

Ações	Atividades específicas
	<p>Desenvolver mecanismos de valorização de serviços e produtos das áreas protegidas (i.e certificação)</p> <p>Promover o turismo sustentável e o ecoturismo apoiado nas comunidades locais</p>
A21. Elaborar e implementar programas de conservação in situ das principais espécies ameaçadas	<p>Identificar as espécies ameaçadas que necessitam de programas de conservação</p> <p>Elaborar e implementar programas de conservação com o envolvimento de todas as partes interessadas</p> <p>Promover a criação de parcerias com instituições académicas nacionais e estrangeiras no âmbito da elaboração de planos de proteção de espécies</p>
A22. Elaborar e implementar programas de monitorização dos habitats prioritários	<p>Selecionar habitats prioritários para monitorização com base nas características, funções, pressões e ameaças</p> <p>Definir indicadores e instrumentos de monitorização</p> <p>Estabelecer protocolos de monitorização dos habitats prioritários</p> <p>Implementar os planos de monitorização</p>
A23. Aumentar atividades de florestação com espécies autóctones	<p>Produzir espécies endémicas para florestação</p> <p>Implementar campanhas de florestação com espécies endémicas</p>
A24. Elaborar uma nova Lista Vermelha de Cabo Verde e mantê-la atualizada a cada 5 anos	<p>Criar grupo de coordenação científica de revisão da lista vermelha</p> <p>Definir roteiro metodológico para a elaboração da lista vermelha</p> <p>Desenvolver banco de dados científico para a compilação das informações</p> <p>Elaborar (cada grupo de trabalho) a relação de espécies ameaçadas candidatas à lista</p> <p>Consultar especialistas nacionais e internacionais</p> <p>Realizar ateliê técnico para definição do estado de conservação das espécies candidatas</p> <p>Revisar a lista, consolidar e publicar</p>
A25. Elaborar e implementar planos nacionais de conservação e monitorização para as espécies ou grupos de espécies ameaçadas	<p>Promover a criação de parcerias com instituições académicas nacionais e estrangeiras no âmbito da elaboração de planos de proteção de espécies ou grupo de espécies ameaçadas (i.e répteis endémicos)</p> <p>Implementar planos de conservação</p>
A26. Elaborar e implementar programa de controlo de espécies invasoras	<p>Identificar os vetores de propagação de espécies invasoras e avaliar os impactes sobre os ecossistemas e biodiversidade</p> <p>Identificar e implementar medidas de prevenção, controlo e ou erradicação de espécies (<i>follow-up</i> do plano de gestão de espécies invasoras nas áreas protegidas terrestres)</p> <p>Monitorizar as áreas reabilitadas</p>
A27. Elaborar e implementar projetos-piloto de valorização das espécies ameaçadas	<p>Fazer um diagnóstico das espécies ameaçadas (e ecossistemas) terrestres e marinhos que poderão ser alvo de projetos-piloto de valorização (ver experiência da Fundação Boticário com o projeto piloto de valorização de pinhão e erva-mate)</p> <p>Estabelecer parcerias nacionais e internacionais para elaborar e implementar projetos piloto</p>
A28. Elaborar, atualizar inventário de recursos genéticos (fitogenéticos e agro-genéticos)	
A29. Elaborar/suportar e implementar um programa de conservação de recursos genéticos (fitogenéticos e agro-genéticos)	
A30. Incentivar a implementação de programas de cruzamentos de raça de animais de criação doméstico e das variedades cultivadas de forma a melhorar esses recursos biológicos sem perder as	

Ações	Atividades específicas
melhores características do património genético local existente	
A31. Realizar intercâmbios e estabelecer protocolos com instituições ligadas à preservação genética	
A32. Identificar a biodiversidade e ecossistemas provedores de serviços essenciais prioritários, de particular valor para a biodiversidade e as populações mais vulneráveis (mulheres e mais pobres) e promover a sua proteção e monitorização	Fazer levantamento da biodiversidade e ecossistemas provedores de serviços essenciais Elaborar um sistema de informação geográfica (SIG) para os ecossistemas provedores de serviços essenciais Estabelecer mecanismo financeiro de manutenção do SIG
A32. Realizar um diagnóstico dos ecossistemas degradados e selecionar aqueles chave a recuperar, em benefício da conservação da biodiversidade e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas	Desenvolver e implementar projetos de proteção e / ou restauração de ecossistemas identificados como prioritários (i.e GIZC, gestão integrada dos solos e de recursos hídricos, áreas degradadas pela extração de areia)
A33. Elaborar e implementar plano de ação para o controlo e extração sustentável de inertes	A desenvolver
A34. Reforçar a conectividade existente entre os ecossistemas prioritários por meio de iniciativas existentes (áreas protegidas, reservas de biosfera) e outras (mosaicos de conservação, abordagem ecossistémica)	Identificar corredores de ligação entre os ecossistemas Promover iniciativas de conservação e implementar uma gestão integrada (planos de conservação por ilha, EROT) e sugerir, orientar diretrizes a favor dos ecossistemas com os municípios e comunidades envolvidos Otimizar e fortalecer as relações dos órgãos de gestão das áreas protegidas com a comunidade local e sociedade
A35. Reforçar os projectos e programas de gestão participativa das áreas protegidas em benefício das comunidades locais e, em particular das mulheres	Estabelecer indicadores de resultado e monitorar os impactos dos projectos e da gestão participativa na qualidade de vida das populações locais e na conservação da biodiversidade
A36. Implementar programas de formação em gestão participativa para os técnicos e comunidades locais	
A37. Incluir elementos de resiliência às mudanças climáticas na elaboração/revisão dos Planos de Gestão e Planos de Ação de Conservação	Criar equipa de implementação Identificar, priorizar e selecionar medidas de adaptação adequadas Envolver todas as partes interessadas Desenvolver capacidades e implementar medidas Seguimento e avaliação
A38. Desenvolver acções para aumentar a contribuição da biodiversidade à resiliência dos ecossistemas	Promover a criação de jardins botânicos Promover ações de reflorestação Reforçar os programas de prevenção e gestão de incêndios florestais
A39. Desenvolver e implementar um programa de conservação de solos e água (CSA) visando o combate da erosão, aumentando a disponibilidade hídrica e evitando a perda de biodiversidade nas áreas protegidas	Construção de infraestruturas de conservação de solos e água (diques, arretes, socacos, muretes) e barreiras-vivas Criar e implementar um programa de manutenção, recuperação e seguimento das infraestruturas CSA Substituição de culturas erosivas (milho), para culturas perenes (Fruteiras, feijão congo) Incentivar projetos e programas de resiliência e adaptação climática interligadas a conservação da biodiversidade nas AP em benefício das comunidades locais
A40. Aperfeiçoar e implementar o sistema de monitorização dos efeitos das mudanças climáticas sobre a biodiversidade	
A41. Ratificar o Protocolo de Nagoya	
A42. Inventariar os Recursos genéticos do país e possíveis utilizações em observância das directrizes do protocolo	
A43. Harmonizar a legislação nacional com o Protocolo de Nagoya	
A44. Implementar atividades de sensibilização dirigida aos utilizadores dos recursos genéticos	
A45. Avaliar a implementação da EPANB	
A46. Rever, atualizar, adequar e implementar toda a legislação ambiental pertinente <input type="checkbox"/>	
A47. Compilar e analisar a pertinência e valor de toda a informação e conhecimento tradicional existente no uso da	

Ações	Atividades específicas
biodiversidade (estudo de saberes locais e praticas tradicionais)	
A48. Promover a troca de conhecimentos (tradicionais e científicos) de forma a valorizar o papel do conhecimento tradicional na conservação da BD	
A49. Implementar plano de capacitação das associações, ONG e grupos mais vulneráveis	
A50. Aumentar as oportunidades de emprego das comunidades locais na conservação da biodiversidade	
A51. Compilar e divulgar toda a informação existente sobre a biodiversidade, as causas e consequências da sua perda, os serviços dos ecossistemas e outros relevantes	
A52. Avaliar e priorizar as necessidades de conhecimento sobre a biodiversidade e de capacitação dos profissionais na área para melhor definição de medidas de conservação	
A53. Elaborar e implementar uma estratégia de fomento à pesquisa aplicada à biodiversidade nacional (componentes terrestres e marinhos) e uso sustentável dos recursos	
A54. Implementar plano de capacitação dos profissionais da área aplicando o princípio "learning by doing"	
A55. Desenvolver e implementar um plano de mobilização de recursos necessários para a implementação da Estratégia	Promover a integração e direcionamento de recursos e esforços provenientes das cooperações, embaixadas, e programas (SGP e PNUD) à implementação da Estratégia
A57. Incorporar no orçamento do Ministério do Ambiente e de outros ministérios relevantes (ie pescas, agricultura, turismo, infraestruturas) atividades para a implementação da estratégia	
A58. Promover a criação e funcionamento de uma plataforma de instituições, por ilha, visando uma gestão otimizada dos recursos	
A59. Promover a convergência / integração dos Planos, Programas e Projetos e analisar as dotações previstas em atividades similares para redução de custos e garante de recursos extras para a implementação da Estratégia	

Anexo 3. Cronograma indicativo de atividades

ACTIVIDADES	2014-2017	2018-2021	2022-2025
1.1 Sensibilizar os diversos setores da sociedade (população, organismos públicos e privados, comunidades e media) sobre a importância e valores da biodiversidade e envolvê-los nas atividades de conservação			
1.2 Desenvolver e implementar programas de capacitação para reforçar o conhecimento sobre a biodiversidade e sua conservação (organismos públicos, comunidades, ONG, media)			
1.3 Desenvolver estratégia para incentivar e aumentar o envolvimento do setor privado na conservação da biodiversidade			
2.1 Elaborar e implementar planos sectoriais integrados (agricultura, florestas, pescas, educação, turismo e construção civil) minimizando os impactos negativos sobre a Biodiversidade			
2.2 Promover a adopção da abordagem de gestão de áreas integradas (GAI)			
2.3 Fazer uma avaliação económica da biodiversidade e ecossistemas prioritários de Cabo Verde (exemplo Avaliação Ecosistémica do Milénio)			
3.1 Desenvolver mecanismos para encorajar investimentos e interesse dos operadores económicos na implementação de projetos que integram o uso racional dos recursos naturais e a sua conservação			
3.2 Promover e implementar a Avaliação Ambiental Estratégica			
3.3 Promover e desenvolver um sistema de atribuição de selo de qualidade de produto			
3.4 Desenvolver medidas de mitigação e / ou prevenção para enfrentar casos de desenvolvimento industrial ou turismo que possam ter impactos destrutivos sobre os ecossistemas e espécies.			
3.5 Desenvolver estratégias de compensação (<i>biodiversity offsetting</i>) para o desenvolvimento inevitável ou casos da indústria extrativa, que possa ter impactos negativos, destrutivos e não-reversíveis sobre a biodiversidade.			
4.1 Combater as fontes de poluição marinha e terrestre			
4.2 Elaborar e implementar um sistema de monitorização da qualidade ambiental			
5.1 Elaborar e implementar planos de exploração e monitorização de recursos marinhos prioritários			

ACTIVIDADES	2014-2017	2018-2021	2022-2025
5.2 Promover a prospecção de novos recursos marinhos incluindo os sensíveis e ou ameaçados de importância económica			
5.3 Promover a abordagem ecossistémica na gestão dos recursos marinhos de áreas identificadas			
5.4. Promover e regulamentar as atividades de valorização dos recursos marinhos			
6.1 Melhorar a eficiência de gestão das Áreas Protegidas			
6.2 Identificar e declarar novas AP			
6.3 Promover a inserção e a valorização das áreas protegidas no contexto de desenvolvimento nacional			
7.1 Elaborar e implementar programas de conservação <i>in situ</i> das principais espécies ameaçadas			
7.2 Elaborar e implementar programas de monitorização dos habitats prioritários			
7.3 Aumentar atividades de florestação com espécies autóctones			
7.4 Elaborar uma nova Lista Vermelha de Cabo Verde e mantê-la actualizada a cada 5 anos			
7.5 Elaborar e implementar planos nacionais de conservação e monitorização para as espécies ou grupos de espécies ameaçadas			
7.6 Elaborar e implementar programa de controlo de espécies invasoras			
7.8 Elaborar e implementar projetos piloto de valorização da Biodiversidade			
8.1 Elaborar, actualizar inventário de recursos genéticos (fitogenéticos e agro-genéticos)			
8.2 Implementar um programa de conservação de recursos genéticos (fitogenéticos e agro-genéticos)			

ACTIVIDADES	2014-2017	2018-2021	2022-2025
8.3 Incentivar a implementação de programas de cruzamentos de raça de animais de criação doméstico e das variedades cultivadas de forma a melhorar esses recursos biológicos sem perder as melhores características do património genético local existente;			
8.4 Realizar intercâmbios e estabelecer protocolos com instituições ligadas à preservação genética			
9.1 Identificar a biodiversidade e ecossistemas provedores de serviços essenciais prioritários, de particular valor para a biodiversidade e as populações mais vulneráveis (mulheres e mais pobres) e promover a sua proteção e monitorização			
9.2 Realizar um diagnóstico dos ecossistemas degradados e seleccionar aqueles chave a recuperar, em benefício da conservação da biodiversidade e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas			
9.3 Elaborar e implementar plano de ação para o controlo e extração sustentável de inertes			
9.4 Reforçar a conectividade existente entre os ecossistemas prioritários por meio de iniciativas existentes (áreas protegidas, reservas de biosfera) e outras (mosaicos de conservação, abordagem ecossistémica)			
9.5 Reforçar os projetos e programas de gestão participativa das áreas protegidas em benefício das comunidades locais e, em particular das mulheres			
9.6 Implementar programas de formação em gestão participativa para os técnicos e comunidades locais			
10.1 Incluir elementos de resiliência às mudanças climáticas na elaboração/revisão dos Planos de Gestão e Planos de Ação de Conservação			
10.2 Desenvolver ações para aumentar a contribuição da biodiversidade à resiliência dos ecossistemas			
10.3 Desenvolver e implementar um programa de conservação de solos e água (CSA) visando o combate da erosão, aumentando a disponibilidade hídrica e evitando a perda de biodiversidade nas áreas protegidas			
10.4 Aperfeiçoar e implementar o sistema de monitorização dos efeitos das mudanças climáticas sobre a biodiversidade			
11.1 Ratificar o Protocolo de Nagoya			
11.2 Inventariar os Recursos genéticos do país e possíveis utilizações em observância das directrizes do protocolo (acesso e repartição justa e equitativa dos benefícios)			
11.3 Harmonizar a legislação nacional com o Protocolo de Nagoya			

ACTIVIDADES	2014-2017	2018-2021	2022-2025
11.4 Implementar atividades de sensibilização dirigida aos utilizadores dos recursos genéticos			
12.1 Avaliar a implementação da EPANB			
12.2 Rever, actualizar, adequar e implementar toda a legislação ambiental pertinente			
13.1 Compilar e analisar a pertinência e valor de toda a informação e conhecimento tradicional existente no uso da biodiversidade (estudo saberes locais e praticas tradicionais)			
13.2 Promover a troca de conhecimentos (tradicionais e científicos) de forma a valorizar o papel do conhecimento tradicional na conservação da BD			
13.3 Implementar plano de capacitação das associações, ONG e grupos mais vulneráveis			
13.4 Aumentar as oportunidades de emprego das comunidades locais na conservação da biodiversidade			
14.1 Compilar e divulgar toda a informação existente sobre a biodiversidade, as causas e consequências da sua perda, os serviços dos ecossistemas e outros relevantes			
14.2 Avaliar e priorizar as necessidades de conhecimento sobre a biodiversidade e de capacitação dos profissionais na área para melhor definição de medidas de conservação			
14.3 Elaborar e implementar uma estratégia de fomento à pesquisa aplicada à biodiversidade nacional (componentes terrestres e marinhas) e uso sustentável dos recursos			
14.4 Implementar plano de capacitação dos profissionais da área aplicando o princípio "learning by doing"			
14.5 Melhorar o sistema de avaliação da qualidade do ambiente através da criação de indicadores chave de monitorização			
15.1 Desenvolver e implementar um plano de mobilização de recursos necessários para a implementação da Estratégia			
15.2 Incorporar no orçamento do Ministério do Ambiente e de outros ministérios relevantes (ie pescas, agricultura, turismo, infraestruturas) atividades para a implementação da estratégia			
15.3 Promover a criação e funcionamento de uma plataforma de instituições, por ilha, visando uma gestão optimizada dos recursos			
15.4 Promover a convergência / integração dos Planos, Programas e Projetos e analisar as dotações previstas em actividades similares para redução de custos e garante de recursos extras para a implementação da Estratégia			

Anexo 4. Correspondência das metas nacionais com as de Aichi

Estratégia e Plano de Ação Nacional sobre a Biodiversidade 2014 - 2030	Meta (s) de Aichi relevante
Meta Nacional 1: Até 2030, a sociedade estará consciente da importância e dos valores da biodiversidade e das medidas necessárias para a sua conservação e utilização sustentável.	1, 2, 4
Meta Nacional 2: Até 2025, os valores ecológicos, económicos e sociais da biodiversidade estarão integrados nas estratégias e nos processos de planeamento nacional e local e de redução da pobreza, sendo devidamente incorporados nas contas nacionais	2
Meta Nacional 3: Até 2025 o governo, as empresas e a sociedade civil, implementam planos e medidas para assegurar a produção e o consumo sustentáveis, mantendo os impactos do uso dos recursos naturais dentro de limites ecológicos seguros	3, 4, 7
Meta Nacional 4: Até 2018, identificar e controlar as fontes de poluição para níveis que não sejam prejudiciais para o normal funcionamento dos ecossistemas	8
Meta Nacional 5: Até 2020, os recursos marinhos de interesse económico serão geridos de forma sustentável	6
Meta Nacional 6: Até 2025, pelo menos 20% das áreas terrestres e 5% das zonas costeiras e marinhas, ecologicamente representativas e importantes serão conservadas através de um sistema coerente de AP, geridas de forma eficaz e equitativa através da implementação de Planos Especiais de Ordenamento de Áreas Protegidas (PEOAP)	11
Meta Nacional 7: Até 2025, as espécies marinhas e terrestres ameaçadas e prioritárias serão preservadas e valorizadas	9, 12
Meta Nacional 8: Até 2025, conhecer e proteger o património genético das plantas cultivadas e dos animais domésticos com valor económico e cultural	13
Meta Nacional 9: Até 2025, Cabo Verde reforça a proteção, melhora a conectividade e recupera os seus ecossistemas chave para que estes continuem a prover serviços essenciais à economia e ao bem-estar da população	14, 15
Meta Nacional 10: Até 2018, todas as estratégias e planos de conservação nacional integram elementos de resiliência e adaptação às mudanças climáticas	15
Meta Nacional 11: Protocolo de Nagoya implementado até 2015	16
Meta Nacional 12: Até 2015, Cabo Verde terá adotado a ENPAB como instrumento de política e começado a implementá-la com a ampla participação de todos os sectores chave da sociedade	17
Meta Nacional 13: Até 2025, as comunidades locais têm uma participação plena e efetiva na implementação dos programas de conservação e seu conhecimento tradicional é valorizado	18
Meta Nacional 14: Até 2025, o conhecimento científico e empírico contribuirá para a conservação da biodiversidade de Cabo Verde	19
Meta Nacional 15: Até 2025, Cabo Verde terá mobilizado 70% dos recursos financeiros necessários para a implementação da estratégia	20

Anexo 5. Modelo conceptual das causas e consequências da perda de Biodiversidade

